



UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**PAU-BRASIL: OS DIFERENTES SIGNIFICADOS
DOS DISCURSOS PARA A SUA CONSERVAÇÃO,
NOS SÉCULOS XIX E XX**

JOSEMARA SALLES LIMA

2009



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**PAU-BRASIL: OS DIFERENTES SIGNIFICADOS
DOS DISCURSOS PARA A SUA CONSERVAÇÃO
NOS SÉCULOS XIX E XX**

JOSEMARA SALLES LIMA

Sob a orientação do professor

Hector Alimonda

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, agosto de 2009

Lima, Josemara Salles.

Pau-brasil: os diferentes significados dos discursos para sua conservação nos séculos XIX e XX. Seropédica, 2009
137 f.

Orientador: Hector Alimonda

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 126-135.

I. 1. pau-brasil – memória - símbolo nacional - história ambiental – Teses. 2. História – Brasil – Teses. I. 3. Hector, Alimonda. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

JOSEMARA SALLES LIMA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Dissertação aprovada em: ____/____/____

Hector Alimonda, dr. CPDA, UFRRJ
(Orientador)

José Augusto Pádua, dr. IFCS, UFRJ

German Palácio, dr. Universidad Nacional de Colombia

DEDICATÓRIA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a todas as pessoas usadas por Ele para me ajudar: Hector Alimonda, Verônica Secreto, José Augusto Pádua, German Palácio, aos amigos e professores do CPDA. Agradeço as orações dos meus amigos e familiares. Em meio a tantos problemas, consegui fazer meu trabalho com calma e tranquilidade.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, pois através do curso consegui continuar e desenvolver o estudo sobre a conservação do pau-brasil. Espero que meu trabalho possa ter contribuído para o entendimento sobre a memória e a natureza da nação brasileira e para refletir como essa relação pode ser construída futuramente.

RESUMO

LIMA, Josemara Salles. **Pau-brasil: os diferentes significados dos discursos de conservação – séculos XIX e XX.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

Neste trabalho foram analisadas fontes de documentação textuais com discursos produzidos desde o início do século XIX até a década de 1970. O objeto de estudo foram os discursos que denotam preocupação de uma árvore na natureza. O estudo teve como objetivo saber qual o sentido (ou os sentidos) dessa preocupação. Por que era importante manter aquela espécie vegetal? Dessa maneira, fontes que trataram exclusivamente da questão da sua presença na “mata” foram analisadas. Durante três séculos de exploração, o pau-brasil foi importante e viável comercialmente, mas no início do XX era tão raro que foi considerado extinto e sua principal utilidade tinha sido superada pela invenção dos corantes artificiais. Mas a árvore já tinha lugar garantido nos livros didáticos de história, em lugares públicos e, na década de 1970, foi declarada árvore nacional. As hipóteses preliminares eram que no século XIX, o pau-brasil seria visto como apenas mais um item de exploração e comércio, cuja conservação atendia interesses puramente econômicos. Nos discursos do início do século XX, a árvore seria considerada praticamente extinta na natureza e vista como um elemento que deveria ser mantido materialmente em espaços públicos como exercício de memória. As medidas governamentais tomadas em relação à árvore nas décadas de 1950 a 1970, não possuíam como argumento principal a preservação ambiental, a árvore era vista como um elemento representativo das riquezas nacionais e importante para a história do país.

Palavras-chave: pau-brasil; memória; símbolo nacional.

ABSTRACT

LIMA, Josemara Salles. **Pau-brasil/Brasilwood: the different meanings related in which attempts to place its maintenance in the 19th and 20th century.** Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

This dissertation has analyzed texts, paper documents, from the beginning of the 19th century until the 1970s, and the records of the concerned thinking related to the preservation of the brazilwood/pau-brasil tree (*Caesalpinia echinata*) which social and political developments were also the object itself. The study aimed to understand the meaning (or meanings) of these concerns and the importance of preserving and maintaining that species of the Atlantic Coastal Forest. Source text that dealt exclusively with species like that tree in the forest has been analyzed. For three centuries of exploitation, the brazilwood was significant and commercially feasible, but at the beginning of the twentieth century, the wood was so rare that it got considered an extinct species. Its main usability and commercial application was dyeing, even so, the wood of the brazilwood got devalued by the application of artificial dyes on that. This tree had already guaranteed place in the history books, public spaces and, in the 1970s, occupied the post of national tree. The preliminary hypotheses were that in the 19th century, the brazilwood would be seen as just an item of exploration and trade, so that its conservation met with purely economic interests. In the speeches of the early twentieth century, the tree would be considered virtually extinct but it is now seen as a material that needs protection and preservation in public spaces for prosecuting the national memory. The governmental measures from the 1950s to 1970 would not have as the main argument the environment preservation. The brazilwood met a representative role of national wealth and it was historically important for Brazil. The speech analysis took into account the historical and symbolic evolution of the pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) in different social contexts in which attempts to place its maintenance.

Dissertation Key Words: brazilwood; memory; national symbol.

SUMÁRIO

PRIMEIRO CAPÍTULO

Introdução	13
------------------	----

SEGUNDO CAPÍTULO

Discursos para a conservação do pau-brasil	33
1 O uso das tintas na Europa	33
2 Pau-brasil, monopólio régio	35
3 Regimento do pau-brasil de 1605	38
4 Pau-brasil, árvore nativa da Mata destruída	40
5 As políticas conservacionistas	41
6 A exploração do pau-brasil no século XIX	42

TERCEIRO CAPÍTULO

Discursos sobre o pau-brasil sem valor comercial e considerado raro na natureza	67
7 Desaparecimento nos mercados e na natureza	73
7.1 Estudos botânicos	73
7.2 O pau-brasil está extinto na natureza?	79
8 Falta de homenagens	81
8.1 O pau-brasil está extinto na memória dos brasileiros?	81
9 As homenagens conhecidas	90
9.1 Bernardino José de Sousa homenageia o pau-brasil.....	90
9.2 Outras homenagens	95

QUARTO CAPÍTULO

A conservação e a ideia do pau-brasil como símbolo da nação	98
10 Projeto de lei 1851/1956.....	101
11 Projeto de lei 3380/1961	105
12 Projeto de lei 1006/1972.....	106
13 O andamento do projeto de Bonifácio, em 1973	109
14 O Projeto do Deputado Faria Lima, em 1973.....	111
15 Parecer da Comissão de Constituição e Justiça	114
16 Parecer da Comissão de Agricultura e Política Rural.....	115
17 Parecer da Comissão de Finanças.....	115
18 O andamento do projeto 1006/1972, em 1974	116
19 A correspondência, em 1977	120
20 A aprovação, em 1978.....	121

QUINTO CAPÍTULO

Considerações finais	124
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
----------------------------------	-----

PRIMEIRO CAPÍTULO

Introdução

A *Caesalpinia brasiliensis* ou *echinata*, segundo a taxionomia botânica atual,¹ ou ibirapitanga, em tupi, ocorre originalmente na Mata Atlântica, em áreas que ficam no litoral entre os Estados do Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro.² Desde 2006, o pau-brasil está listado na CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção) e para exportar toras, madeira serrada e laminados, incluindo artigos de madeira não acabados utilizados para fabricação de arcos para instrumentos musicais de corda é necessária a licença de exportação dessa convenção. Através do IBAMA é feito o requerimento de Licença do CITES.³

Nos séculos XIX e XX, a exploração do pau-brasil e seu progressivo rareamento faziam parte de um processo maior no qual toda a área florestal que hoje classificamos

¹ O pau-brasil recebeu o nome *Caesalpinia echinata* do naturalista francês Jean Baptiste Antoine Pierre Monnet Lamarck (1744-1829), em 1785. *Caesalpinia*, em homenagem a Andrea Caesalpinio, médico e botânico italiano que viveu no século XVI; *echinata* refere-se aos acúleos no tronco. É da ordem Fabales e família Caesalpiniaceae (*Caesalpinioideae*, *Leguminosae*). É um gênero pantropical, com cerca de 200 espécies, distribuídas entre as Américas, a Ásia e a África. CASTRO, Carlos Ferreira Abreu. “Gestão Florestal no Brasil Colônia”. Tese defendida em 2002. Programa de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. p 72.

² A área de ocorrência do pau-brasil ainda não é uma questão plenamente resolvida, “baseado em 23 trabalhos que indicaram a ocorrência da espécie, publicados entre os anos de 1950 a 2000”, CASTRO op. cit. (2002) afirma que “É citada a sua ocorrência natural entre as latitudes 5°39' S, no Rio Grande do Norte, a 23° S, no Rio de Janeiro, sendo encontrada nativa no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Pernambuco, em Alagoas, em Sergipe, na Bahia, no Espírito Santo e no Rio de Janeiro”.

³ Junto com o pau-brasil, estão na lista do CITES o jacarandá-da-bahia (*Dalbergia nigra*), mogno (*Swietenia macrophylla*), xaxim (*Dicksonia sellowiana*), cedro (*Cedrela odorata*), orquídeas e cactáceas, bromeliaceae. A CITES é um dos acordos ambientais para preservação das espécies, tendo a maioria dos países do mundo signatários. A CITES regulamenta a exportação, importação e reexportação de animais e plantas, suas partes e derivados, através de um sistema de emissão de licenças e certificados que são expedidos quando se cumprem determinados requisitos. Governo Federal. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA). Endereço eletrônico www.ibama.gov.br/recursos-florestais e www.ibama.gov.br/fauna. Brasília, acesso em 20 de fevereiro de 2009.

como o bioma Mata Atlântica⁴ estava sendo destruída por práticas consideradas pelos observadores da época como “predatórias” e “esgotadoras”. O “nomadismo agrícola” foi uma prática recorrente nesses dois séculos. Os métodos de plantio e cultivo enfraqueciam o solo rapidamente e logo que a terra já não produzia outras mais férteis eram buscadas. Um fator negativo gerava outro e a cada vez que um solo tornava-se improdutivo a produção se deslocava para outras florestas, estendendo a devastação. As propriedades logo perdiam seu valor com a degradação ambiental. A Mata Atlântica⁵ também sofreu com o crescimento populacional e o desenvolvimento das principais cidades do país.⁶

O pau-brasil teve grande importância na história do Brasil, econômica e também simbólica,⁷ pois segundo Frei Vicente do Salvador⁸ foi por causa do “pau de cor abrasada e vermelha” que as terras descobertas foram chamadas de Brasil, substituindo o nome dado de Terra de Santa Cruz. Para o franciscano o primeiro nome vinha de “um

⁴ No Mapa de Biomas do Brasil do IBGE elaborado em 2003 classificaram-se os diferentes biomas brasileiros, denominados Bioma Amazônia, Bioma Mata Atlântica, Bioma Caatinga, Bioma Cerrado, Bioma Pantanal e Bioma Pampa. Segundo informações do IBGE os nomes adotados foram os mais usuais e populares, em geral associados ao tipo de vegetação predominante ou ao relevo, como no caso do Bioma Pantanal, que constitui a maior superfície inundável interiorana do mundo. O Bioma Amazônia é definido pela unidade de clima, fisionomia florestal e localização geográfica. O Bioma Mata Atlântica, que ocupa toda a faixa continental atlântica leste brasileira e se estende para o interior no Sudeste e Sul do País, é definido pela vegetação florestal predominante e relevo diversificado. O Pampa, restrito ao Rio Grande do Sul, se define por um conjunto de vegetação de campo em relevo de planície. A vegetação predominante dá nome ao Cerrado, segundo bioma do Brasil em extensão, que se estende desde o litoral maranhense até o Centro-Oeste e ao Bioma Caatinga, típico do clima semi-árido do sertão nordestino. Governo Federal. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Endereço eletrônico <http://www.ibge.gov.br>. Brasília, acesso em 20 de abril de 2008.

⁵ Atualmente, restam cerca de 7,3% de sua cobertura florestal original, tendo sido inclusive identificada como a quinta área mais ameaçada e rica em espécies endêmicas do mundo. Fonte Ibama. op.cit..

⁶ DEAN, Warren. *A ferro e fogo, a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁷ VAINFAS, Ronaldo. Verbete “Pau-brasil”. In *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000

⁸ Frei Vicente do Salvador (1564–1636/9) era franciscano e escreveu “História do Brasil” de 1627, livro que compreendia o período de 1500 a 1627, usando fontes variadas como diários, relações, roteiros e testemunhas, o autor produziu uma obra tratando, por exemplo, dos costumes indígenas, dos empreendimentos coloniais e avanço da colonização. RAMINELLI, Ronald. Verbete “Frei Vicente do Salvador”. In VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2000.

divino pau”. Esta questão já aparecia nos escritos do cronista português João de Barros e nos de Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão,⁹ este escrevia:

e em reverência desse fausto dia, deu o título de “Província de Santa Cruz”, que a indiscreta política dos homens, ou a sua imprudente ambição mudou depois em o de Província do Brasil, mostrando, sem o querer, que fazia mais estimação do valor desses paus vermelhos, de que dependem os seus lucros temporais, do que do inestimável preço daquele sagrado madeiro, [...] ¹⁰

João de Barros, em 1552, criticava a preferência ao “nome de um pau que tingem panos, que daquele pau, que deu tintura a todos os Sacramentos por que fomos salvos”. Em 1576, Gandavo escrevia:¹¹

Por onde não parece razão, que lhe neguemos este nome, nem que nos esqueçamos dele tão indevidamente por outro que lhe deu o vulgo mal considerado, depois que o pau de tinta começou de vir a estes Reinos. ¹²

Frei Vicente do Salvador e Damião de Góes escreveram ideias parecidas. O padre Simão de Vasconcellos escreve o seguinte:

Terra de Santa Cruz: título que depois converteu a cobiça dos homens em Brasil, contentes do nome de outro pau bem diferente do da Cruz, e de efeitos bem diversos. ¹³

⁹ Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779) era franciscano, sua principal obra de 1761 foi “Novo orbe seraphico brasílico” ou “Crônica dos frades menores”. Descreveu o descobrimento, os índios, e a atuação da ordem franciscana do Brasil. RAMINELLI, Ronald. Verbete “Frei Vicente do Salvador”. op.cit.

¹⁰ Frei Antonio de Santo Maria Jaboatão, “Novo orbe seráfico brasílico”. Citado por SOUZA, Bernardino José de. *O Pau-brasil na História Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional e MEC, 1978.

¹¹ SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

¹² Citado por SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

¹³ Citado por SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

O comércio do pau-brasil foi principal atividade econômica desenvolvida pelos portugueses nos primeiros anos de contato com as terras onde hoje está o Brasil. Da sua madeira eram produzidos corantes que variavam do marrom ao castanho-claro e conforme a diluição e as misturas produziam-se diversos tons. As manufaturas têxteis europeias utilizavam esses corantes para tingir tecidos. Antes do século XVI, uma árvore semelhante originária do Oriente era usada para a mesma finalidade. Quase todas as “expedições de reconhecimento” ou “guarda-costas” enviadas à nova terra remetiam toneladas de pau-brasil para Portugal e daí para Amsterdã, onde a madeira era raspada e triturada, quando o pó era transformado em corante.¹⁴

Por causa dos lucros que a árvore propiciou, na historiografia brasileira chegou-se a noção de “ciclo econômico do pau-brasil” como o primeiro dos ciclos econômicos da história do país, atualmente essa ideia já foi superada. A exploração do pau tintorial continuou ativa durante todo o período colonial. Ainda na segunda metade do século XIX aparecia com destaque nas exportações.¹⁵

Nos primeiros anos de colonização, “brasileiros” eram os homens envolvidos com o tráfico do pau-brasil, do cabo de São Roque, no Nordeste, ao Cabo Frio, no futuro Rio de Janeiro. O papel dos índios foi fundamental no processo de exploração do pau-brasil tanto dos franceses como dos portugueses que percorriam o litoral. Os índios cortavam a madeira e a transportavam para os navios. O trabalho era árduo, pois as árvores tinham de 20 a 30 metros de altura e os troncos eram duríssimos e eram cortados e transformados em toras que podiam pesar até 30 quilos cada uma, nas medidas atuais. O viajante francês Jean de Lery, que esteve nas novas terras, no século XVI, escreveu que os índios carregavam nos ombros as pesadas toras por duas ou três léguas (de 13 a 20 quilômetros).¹⁶

A introdução de ferramentas reduziu o tempo de derrubada dos troncos em mais de dez vezes. O negócio do pau-brasil estimulou a instalação de “feitorias” por toda costa brasílica, principalmente dos portugueses e estimulou desde cedo a regulamentação da Coroa lusitana.¹⁷

¹⁴ VAINFAS, Ronaldo, op. cit.

¹⁵ VAINFAS, Ronaldo, op. cit., idem.

¹⁶ VAINFAS, Ronaldo, idem.

¹⁷ VAINFAS, Ronaldo, idem.

A exploração do pau-brasil é muito conhecida como componente importante na “história oficial do Brasil”, quase todo brasileiro sabe “contar” que o pau-brasil foi o “primeiro produto de interesse dos portugueses”. Mas na historiografia, a exploração da árvore foi pouco analisada, apesar das muitas citações da sua existência e importância no início da colonização. Nas próximas linhas há uma breve revisão sobre o que foi estudado sobre o pau-brasil e que ajudou a identificar a proposta deste trabalho.

Em 1938, José Bernardino de Souza apresentou um trabalho para as comemorações do centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, esse trabalho foi base para o livro *O pau-brasil na história nacional*, publicado em 1939 na coleção Brasileira, e que teve uma segunda edição em 1978. O livro tem um marco cronológico que vai de 1500 a 1875. Ele sugere, baseado em documentos, ter sido em 1875 a última exportação em que o pau-brasil aparece sozinho nos orçamentos, e que depois foi exportado junto com outras madeiras.¹⁸

O autor esclarecia que nesse livro não analisaria somente o período reservado ao chamado “ciclo do pau-brasil”. Dessa forma, na introdução, o autor justifica o ciclo econômico do pau-brasil no século XVI, mas também escreve sobre as características botânicas da árvore, sobre as descrições dos cronistas e sobre a distribuição geográfica das árvores. O autor tentou escrever uma história da exploração da árvore, de forma descritiva apresentando as medidas tomadas em relação a sua exploração do século XVI ao XIX, tentando calcular a quantidade de madeira explorada em cada período. Talvez por falta de obras que informassem sobre a exploração da árvore, seu trabalho está praticamente todo baseado em fontes primárias. Há poucas citações de outros autores, ele cita Capistrano e Varnhagen, algumas vezes, mas esse fator não faz desmerecer sua obra, pois traz muita riqueza de informações sobre a exploração do pau-brasil.

Bernardino José de Souza foi professor de História, de Direito, foi secretário do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e participou como sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1923, escreveu *Heroínas baianas* e, em 1927, lançou *Dicionário da terra e da gente do Brasil*. Como obra póstuma, em 1958, foi lançado o livro *Ciclo do carro de bois do Brasil*.²⁰

Outra obra da década de 1930, porém feita com o objetivo de analisar a etimologia de “brasil” foi lançada, em 1939, pelo professor Antônio Leôncio Pereira

¹⁸ SOUZA, Bernardino José de., op. cit.

²⁰ SOUZA, Bernardino José de., op. cit.

Ferraz com o título *Terra da Ibirapitanga*. Nesse trabalho, escrito para o Instituto Pan-Americano de Geografia e História, ele apresenta tese sobre o nome “brasil”. Procura indicar através de documentos, o uso do termo nos seus primórdios, e analisa os vários nomes dados à árvore. Assim, para resgatar as origens da palavra “brasil”, o professor Ferraz fala do comércio de tinturaria antes mesmo do século XVI, no qual o brasil asiático (*caesalpinha sappan*) aparece nas exportações para a Europa. Também procura delinear como o nome foi sendo utilizado para denominar as terras portuguesas no Novo Mundo e a importância que teve para o comércio até o século XIX.²²

Em 1937, foi publicado o livro *História econômica do Brasil, 1500–1822* de R. Simonsen.²³ Nesse trabalho o tema da exploração do pau-brasil aparece na forma dos ciclos econômicos. Para explicar a história do Brasil, muitos usaram como categoria central o comércio exterior. Cada fase em que dominou um produto de exportação foi caracterizado como o ciclo de tal produto. As obras iniciais que possuem a “teoria dos ciclos” para o Brasil, são as de J. Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal econômico*²⁴ e J. F. Normano, *Evolução econômica do Brasil*.²⁶

Azevedo analisa a história de Portugal dividida em épocas que correspondem a períodos de maior importância de um produto colonial. Assim, fala dos produtos da Ásia e África e no caso da América portuguesa, a história econômica de Portugal acaba correspondendo à do Brasil. Normano analisa somente o Brasil, com um trabalho mais elaborado e a tentativa de explicar como ocorria a sucessão de “sistemas econômicos inteiros”. Em Simonsen a ideia dos ciclos econômicos atingiu seu acabamento. Em ordem cronológica ele analisou os produtos de exportação de maior relevância em cada época e também os secundários, indicando as fases de formação econômica do país. O pau-brasil, nessa obra, representa o primeiro ciclo.²⁷

Em *História econômica do Brasil*, Caio Prado cita poucas vezes a exploração do pau-brasil, afirmando que “os primeiros contatos com o território que hoje constitui o

²² FERRAZ, A. L. Pereira. *Terra da Ibirapitanga*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

²³ SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957..

²⁴ AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal econômico: esboço de história*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1929.

²⁶ NORMANO, J. F. *Evolução econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1939.

²⁷ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1978..

Brasil devem-se àquela madeira”.²⁸ Também em Sérgio Buarque de Holanda a exploração é citada nos primeiros anos da colonização. O autor escreve que a busca de metais preciosos nos primeiros anos de “descoberta” foram infrutíferas, mas a sondagem na floresta revelou a presença de madeira tintorial, que logo foi considerada monopólio real. Escreve ainda o autor, “A expansão acompanhou a floresta tropical que se estendia da zona costeira até a Paraíba do Norte. Dela provinha o pau-brasil e os troncos de pau-d’arco que se reservavam para a marinha real”.²⁹

Saindo dos trabalhos que analisam o pau-brasil como um produto econômico de importância para a história da nação, da década de 1990 há o livro *A ferro e fogo, a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, que consolida Warren Dean³⁰ dentro do campo emergente da história ambiental. Nesse trabalho, o foco é a destruição da floresta costeira do Atlântico Sul, tratando desde o período pré-colombiano, mas se dedicando mais ao período do século XVI ao XX.³¹

Os problemas, que a prática da extração da árvore trazia, são abordados nesse livro em umas poucas páginas. O assunto é tratado no meio de outros tantos nos cinco séculos de exploração da Mata Atlântica pelos europeus. O autor vai citar a extração do pau-brasil, no século XVI, como um dos primeiros impactos. Nas demais passagens, ele apresenta algumas questões que surgiram não só com a árvore do pau-brasil, mas com outras madeiras consideradas valiosas. Não há um capítulo para as ações que sofreu a árvore, e seu tema aparece em páginas dispersas, pois o livro além de tentar falar de todos os impactos sofridos pela mata, também trata de um período bem longo.³²

²⁸ PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972..

²⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira* HGCB. Tomo I, vol. 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

³⁰ Warren Dean foi professor de História na Universidade de Nova York e autor de “A industrialização de São Paulo” de 1967, e em 1976 lançava “Rio Claro: Um sistema brasileiro de plantation”. A partir dos anos 1980 seu trabalho começou a tomar novas direções. Meio distante dos demais “brasilianistas” norte-americanos, começa a estudar a relação entre a sociedade e o meio ambiente no Brasil. Começou a publicar uma série de artigos sobre história ambiental e se dedicou ao estudo da borracha. “O Brasil e a luta pela borracha” surgiu em 1987 e colocou Dean como o principal historiador do meio ambiente brasileiro, também gerando grande polêmica, pois chegava a uma conclusão a respeito do fracasso da larga produção da borracha no Brasil, detectando problemas ambientais que não possibilitavam o sucesso para essa produção. Prefácio de Stuart B. Schwartz, in DEAN, Warren. *A ferro e fogo, a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³¹ DEAN, Warren. “A ferro e fogo”, idem.

³² DEAN, Warren. “A ferro e fogo”, idem.

German Palácio, em uma breve análise sobre a historiografia ambiental na América Latina, escreve que as duas obras de Warren Dean, deixam como maior contribuição a ideia de que a ecologia deve ser integrada nas explicações históricas. Contudo, critica Dean ao escrever que sua visão ecologista faz com que ele cometa erros “presentistas”. Ou seja, ele atribui a temas do passado, juízos de valor do presente.³³

Em 2000, Shawan Willian Miller em seu livro *Fruitless Trees. Pand Brazil's Colonial Timber*, escreveu sobre a exploração madeireira. Ele argumenta que o impacto “negativo” das atividades sobre a natureza, durante a colonização da América Portuguesa, ocorreu mais pelo fato do monopólio e de uma política florestal que não proporcionou os incentivos para a conservação. Esse autor considera as estratégias dos colonizadores, desnaturalizando uma ideia de que não houve escolhas e que a destruição e desperdício eram características inevitáveis dos indivíduos naquela época.³⁴

Como escreveu Pádua,³⁵ Shawn Miller chegou a defender a tese de que o conjunto das políticas conservacionistas e monopolistas das madeiras nobres do Brasil por parte do Estado português foi contraproducente, ajudando a aumentar os desmatamentos na medida em que dificultou o aproveitamento comercial das madeiras pelos próprios proprietários.

Pádua analisou uma parte dessas medidas que foram estudadas por Miller, mas, como esclarece o autor, seu trabalho “não trata de discutir os resultados concretos dessa política” e sim analisar as bases teóricas que moldaram aquelas políticas.

O historiador J. A Pádua, seguindo a linha de história ambiental, lançou um livro que não fala da exploração do pau-brasil, mas aborda a exploração da Mata Atlântica. Ele propõe uma análise da crítica ambiental, no Brasil escravista, identificada em autores da segunda metade do século XVIII e do século XIX. O autor procura

³³ PALACIO, German A. “En busqueda de conceptos para una historiografia ambiental”. In PALACIO, German A. (org.) *Naturaleza en disputa: Ensayos de historia ambiental de Colombia 1850-1995*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2001.

³⁴ PALACIO, German, idem.

³⁵ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

identificar qual era o sentido desses discursos que criticavam as práticas ambientais, quais os seus limites, já que inseridos no contexto escravista.³⁶

Carlos Ferreira de Abreu Castro, engenheiro-florestal, em *Gestão florestal no Brasil Colônia*, faz um exame histórico dos usos da Mata Atlântica, analisando a extração e exportação do pau-brasil. Castro escreve sobre o suprimento e a exportação do pau-brasil entre 1500 e a década de 1870. Ele revisa leis, modalidades de concessão e práticas comerciais, observando que na documentação existente faltam muitas informações sobre a exploração do pau-brasil.³⁷

Segundo Drummond, a produção de Castro vem na esteira de uma revisão lenta e ainda pouco visível das apreciações sobre as políticas e práticas florestais dos colonizadores portugueses no Brasil. A opinião dominante ainda é a de que os portugueses foram agudamente destrutivos e imprevidentes nas suas práticas florestais no Brasil Colônia.³⁸ Drummond escreve, que entre o “fato de que a extensa Mata Atlântica [ter sido] virtualmente eliminada ao longo da história brasileira e os achados de que certas espécies [tenham sido] produzidas de forma sustentada por mais de 300 anos há campo fértil para novas pesquisas bem focalizadas e fundamentadas quanto à de Castro”.³⁹

Em 2002, Drummond ao escrever um artigo com o título, “Why study Brazilian environmental history?”, afirmou que a história do Brasil possui inumeráveis episódios e processos dignos de atenção dos historiadores ambientais. Ao enumerá-los começa com um subtítulo: “O significado de um nome”. Em que se dedicou a mostrar que o nome Brasil só vem reforçar a importância dos recursos naturais na história do Brasil, pois se trata do nome dado primeiramente a uma árvore.⁴⁰

O autor observava que essa nomeação refletia a importância econômica da árvore e não uma sensibilidade “ambientalista”. O comércio da madeira que fornecia uma tintura de cor vermelha-escura, escrevia Drummond, começou pouco depois da descoberta oficial das novas terras e prosseguiu ininterruptamente até aproximadamente

³⁶ PÁDUA, José Augusto, *idem*.

³⁷ ABREU CASTRO, Carlos Ferreira. *Op cit*.

³⁸ DRUMMOND, Jose Augusto. “Anotações de um integrante de bancas examinadoras”. In *Ambiente e Sociedade*, vol. V, nº 2, ago.-dez., 2002 e nº 1, jan.-jul., 2003...

³⁹ DRUMMOND, Jose Augusto, *idem*.

⁴⁰ DRUMMOND, Jose Augusto “Why study Brazilian environmental history?”

o final do século XIX, quando sua tintura foi substituída por corantes sintéticos criados em laboratórios europeus.⁴¹

Observando os trabalhos que abordaram ou foram dedicados exclusivamente à exploração do pau-brasil, constata-se que o tema aparece quase sempre em uma perspectiva econômica, dando ênfase à exploração feita no século XVI. De fato, a exploração foi mais intensa nesses primeiros anos do século XVI e, entre os poucos recursos explorados, o pau-brasil ganhava destaque pela quantidade e importância econômica. Segundo, pois, como visto, a ideia dos ciclos influenciou a maioria dos estudos e pela ideia dos ciclos a exploração do pau-brasil é o primeiro e se fecha no século XVI.

Assim, além dessa nova periodização com destaque limitando-se aos séculos XIX e XX, o que este trabalho tentou trazer de mais original e novo em relação aos trabalhos históricos fora da história ambiental é o que esse campo possibilita. Ou seja, novas perguntas que fogem das questões econômicas até então colocadas. Além disso, perguntas que talvez só poderiam ser pensadas neste tempo histórico, em que os movimentos ambientalistas ganham força, assim como ganham atenção as preocupações e os questionamentos sobre o tipo de relação que o ser humano e a sociedade estabelecem com a natureza. Assim, há perguntas que buscam saber qual a relação homem-natureza que poderia ser definida quando são estudados os discursos sobre o pau-brasil. O próprio surgimento da história ambiental, na década de 1970, está ligado ao período histórico em que as preocupações ambientais começam a ganhar força.

Pádua e Dean nos aportam alguns elementos a partir dos quais a exploração do pau-brasil pode ser entendida parcialmente. Isso porque essa espécie de árvore faz parte do bioma que esses autores estudaram, seria uma entre tantas espécies e poderia ser um estudo de caso. Mas, o que ocorre de mais importante e faz com que o estudo da exploração não seja um estudo de caso dentro da Mata Atlântica é sua importância simbólica no decorrer da história brasileira. Mais, trata-se de uma espécie importante para o imaginário nacional, considerada símbolo nacional.

Assim, a pesquisa é importante primeiro para revisar uma historiografia sobre a exploração da árvore que enfocou somente o campo econômico, segundo para alargar os debates no campo da história ambiental sobre a Mata Atlântica, terceiro por trazer a pesquisa sobre a exploração de uma árvore que ganhou muita importância na

⁴¹ DRUMMOND, Jose Augusto . “Why study Brazilian environmental history?”, idem.

historiografia e também como símbolo (tanto da nação, quanto da destruição). Por fim, a delimitação temporal proposta ainda não foi analisada dessa forma e novas perguntas serão lançadas.

Neste trabalho, foram analisados os discursos que trataram sobre as várias ações em relação à exploração e conservação do pau-brasil no século XIX e XX. Esta delimitação foi pensada com o objetivo de analisar momentos em que a exploração da árvore mudou significativamente e, assim, os pedidos de conservação também sofreram mudanças no seu sentido. Desde o século XVI a venda da madeira de pau-brasil para os mercados europeus seguiu um mesmo funcionamento, mesmo considerando um primeiro momento em que essa exploração foi mais intensa.

O século XIX foi o último em que a árvore foi explorada para a tinturaria e sua quantidade nas matas permitia isso.⁴³ Durante três séculos de exploração, o pau-brasil foi importante e viável comercialmente, mas no início do XX era tão raro que foi considerado extinto e sua principal utilidade tinha sido superada pela invenção dos corantes artificiais.

Dessa forma, ações como a reafirmação do monopólio da exploração da árvore pela Coroa, através da Carta Régia de 1808⁴⁴ fazia parte de um conjunto de medidas para garantir sua exploração lucrativa. Após a Independência o monopólio continuou e passou para o Governo Imperial. No final do mesmo século a exploração da árvore não era mais uma exclusividade do Estado. O objetivo na sua comercialização já não era mais tintorial⁴⁵ e sim pela qualidade da sua madeira.⁴⁶ Em 1875, o pau-brasil deixou de aparecer sozinho nos balanços do tesouro, passando a ser vendido em conjunto com

⁴³ No século XIX, as ordens determinando a exploração do pau-brasil se destinavam a Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. Também a região de Cabo Frio, no Rio de Janeiro, e algumas áreas do Espírito Santo forneceriam número considerável de pau-brasil. SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

⁴⁴ Com a Carta Regia de 1808, abriram-se os portos do Brasil ao comércio estrangeiro, com a liberdade para se exportar todos os gêneros e produções colônias, menos alguns produtos, entre eles o pau-brasil. O monopólio, depois da Independência, passou para o poder do Governo Imperial instalado no Brasil e durou até 1856. SOUZA, Bernardino José de, idem.

⁴⁵ Em 1826, o químico alemão Unverdoben descobriu a substância que depois foi batizada anilina, este produto deu origem à indústria dos corantes artificiais. Em 1856, o químico inglês Willian Henry Perkin desenvolveu a malveína, um derivado do carvão mineral que se tornou o primeiro corante sintético. ROQUERO, Ana. “Moda e tecnologia”. In BUENO, Eduardo (org.). *Pau-Brasil*. São Paulo: Axis Mundi, 2002.

⁴⁶ BUENO, Eduardo. “Pau-brasil”, idem.

outras madeiras. Antes, a venda do pau-brasil aparecia separada.⁴⁷ Um século depois, em 1978, o pau-brasil foi declarado árvore nacional, em um decreto que valeria para todo o país.⁴⁸ Assim, o período do século XIX ao século XX apresenta mudanças significativas em relação à visão que se tinha da árvore do pau-brasil.

O objetivo geral foi analisar os discursos produzidos sobre a conservação do pau-brasil nos séculos XIX e XX⁴⁹ e questionar quais os diferentes significados atribuídos ao pau-brasil nestes discursos, considerando os diferentes momentos históricos da sociedade brasileira. A partir daí, no segundo capítulo a proposta foi analisar qual o sentido dos discursos para a conservação do pau-brasil no século XIX e analisar quais as práticas que eram consideradas negativas para a exploração e conservação daquela árvore. No terceiro capítulo, o objetivo foi entender qual o significado do pau-brasil nos discursos no momento em que não tem mais valor comercial e é considerado muito raro na natureza nas primeiras décadas do século XX.

Finalmente, no quarto capítulo, buscou-se analisar as diversas ações governamentais realizadas a partir da década de 1950 até 1970, e que levaram à lei que declarou o pau-brasil árvore nacional e promoveu atividades de replantio em diversas partes do país. Em todos os capítulos foi pensado como a raridade do pau-brasil na Mata Atlântica influenciou determinada visão sobre a árvore.

Foram selecionadas para a pesquisa as fontes de documentação textuais com as medidas governamentais e opiniões de diversos meios sociais que tinham como um dos seus objetivos principais a presença do pau-brasil nas matas, seu “rareamento”, sua “propagação” e sua “extinção”.⁵⁰ Discursos produzidos desde o início do século XIX até a década de 1970 e que tiveram esses objetivos.⁵¹ A escolha destas fontes ocorreu, pois

⁴⁷ SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

⁴⁸ IHGB. Arquivo. Coleção: Instituto Histórico. Resumo: Projeto de lei da Câmara Nº 11, de 1975. Declara o pau-brasil árvore nacional, determina o seu plantio e sua divulgação durante a festa anual das árvores.

⁴⁹ É importante esclarecer que há alguns períodos desses dois séculos em que não foram encontrados documentos sobre a conservação do pau-brasil, principalmente os últimos anos do século XIX, podendo ser tema para futuras pesquisas.

⁵⁰ Termos usados com diversos sentidos em diferentes tempos históricos e que serão analisados no decorrer da pesquisa.

⁵¹ No ano de 2004, durante os encontros do laboratório de História Ambiental da UFRJ, surgiu a idéia de estudar os documentos governamentais que dão ordens sobre a exploração do pau-brasil no século XIX e encontra-se em sua maioria na Legislação Brasileira do Império do Brasil. Praticamente todos esses documentos foram transcritos na obra de Bernardino José de Souza. Foram poucos os encontrados na pesquisa que não aparecem nessa obra. Os laboratórios de graduação em História da UFRJ possuem o objetivo de aproximar os alunos da graduação com a

os objetos de estudo são os discursos que denotam preocupação de uma árvore na natureza, a questão é saber qual o sentido dessa preocupação ou os sentidos. Por que era importante manter aquela espécie vegetal? Dessa maneira, fontes que trataram exclusivamente da questão da sua presença na “mata” serão analisadas. Os trabalhos históricos que trataram da exploração da árvore, sua importância para a história do país, só serão considerados caso informem ou denunciem a questão da sua presença nas matas nos séculos XIX e XX. Foram analisados como fontes para pesquisa os trabalhos que de alguma forma tratam da questão da conservação do pau-brasil na sua atualidade. Essas obras que trataram da exploração foram importantes, assim como foram outras produções, inclusive artísticas, para entendimento das concepções de mundo. Como estava sendo produzida a memória sobre a exploração do pau-brasil e em que medida estava influenciando nos discursos da sua conservação.

A hipótese inicial foi que os discursos para “defesa” do pau-brasil possuíam diferentes sentidos em diferentes momentos históricos, dessa forma a análise desses textos começou pela seleção de discursos de diferentes momentos históricos que possuem o mesmo objetivo; depois a diferenciação desses discursos, recuperando os interesses envolvidos em cada período histórico; o entendimento de alguns conceitos presentes no discurso; levantamento de informações dentro do texto que ratifiquem a noção do conceito empregado e a hipótese geral. Comparação com outras análises que chegam a conclusões parecidas sobre determinada época.

Para analisar as diferentes visões sobre a árvore do pau-brasil nos diferentes momentos históricos foram consideradas as análises sobre os discursos ambientalistas do século XIX e as ideias de memória e identidade. Também no quadro da história ambiental a relação homem-natureza foi considerada e vista como um elemento tão importante como a economia, a política e a sociedade para explicar a história. Desta forma, as ideias encontradas neste campo, serão importantes para pensar sobre os debates em torno do pau-brasil.

Para o caso do Brasil, Pádua fez um estudo procurando identificar as origens da crítica ambiental nos séculos XVIII e XIX. A ideia de “conservação”, por exemplo,

prática de pesquisa. Nesse caso, o laboratório de História Ambiental era coordenado pelo professor de História do Brasil, José Augusto Pádua. Após a conclusão da monografia, o objetivo foi expandir a pesquisa para o século XX e para a construção do pau-brasil como símbolo nacional. Dessa forma, procurou-se um programa de pós-graduação que oferecesse um olhar interdisciplinar e pesquisas que envolvessem a relação sociedade e natureza. Assim, encontrei campo produtivo para novas abordagens no CPDA e consegui concluir a pesquisa que agora apresento.

aparece nessas críticas ambientais do século XVIII e XIX, mas não visam à proteção da natureza em si, mas pelo valor utilitário dela, o objetivo era racionalizar as formas de exploração do meio natural e por isso eram criticadas as formas degradantes e esgotadoras. Ele analisou algumas críticas que eram feitas ao modo de produção brasileira por alguns agentes da época. Destacando que a maioria desses críticos havia se apropriado de algumas ideias do Iluminismo. Dessa forma, identifica as especificidades da crítica ambiental feita na Colônia, destacando qual era a natureza dessas críticas.⁵²

Pádua observa que as primeiras críticas ambientais no Brasil foram influenciadas por ideias do Iluminismo como a “economia da natureza”, a “fisiocracia” e em menor proporção a “cultura romântica”. Mas não se tratava de uma transposição de ideias externas e sim de esforços para construir um pensamento político próprio. Além disso, as ideias que viam a natureza como coisa a ser dominada pelo homem foi provavelmente a mais defendida pelos intelectuais do Brasil.⁵³

As ideias ecológicas que aparecem no século XIX podem ser inseridas dentro de um tradição intelectual mais ampla que vinha crescendo desde o século XVIII. Alguns poucos autores neste período, estudantes da colônia, que iam estudar na Universidade de Coimbra, produziam “escritos e memórias em que se condenava o tratamento predatório dado ao meio natural no Brasil”. Essa destruição era vista como fruto da mentalidade colonial, pois “acabava com um conjunto de recursos naturais que seriam importantes para o futuro do país.”⁵⁴

No interior do Iluminismo luso-brasileiro começou se delinear, a partir de 1780, uma tendência minoritária de criticar o caráter ambientalmente predatório da economia colonial brasileira. Em Portugal, o ideário ilustrado ganhou uma leitura própria e foi aderido por uma parte da elite dirigente do Reino que muitas vezes era tradicional.⁵⁵

No quadro da fisiocracia eram defendidos o valor econômico da natureza e o uso inteligente dos recursos naturais. Este, muitas vezes, foi associada com a “economia da natureza” de Lineu, Buffon e Duhamel de Monceau, na qual os seres e espaços naturais viviam com leis que orientavam seu comportamento e promoviam um equilíbrio funcional. Apesar das diferenças entre esses autores, todos manifestam a visão da natureza como uma ordem construída a partir de movimentos interdependentes. O

⁵² PÁDUA, José Augusto, *idem*.

⁵³ *idem*.

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ *Ibidem*.

romantismo foi importante para a valorização do mundo selvagem e uma visão positiva sobre os elementos da natureza, mas a crítica ambiental no Brasil foi mais influenciada pelo racionalismo científico.⁵⁶

Dessa forma, as críticas ambientais produzidas nos séculos XVIII e XIX, no Brasil, foram influenciadas por vertentes iluministas da Europa, mas foram construídas pelos intelectuais brasileiros através de seleção das referências teóricas que mais atendiam suas preocupações.

As ideias iluministas foram mais vistas como instrumentos de progresso científico e desenvolvimento econômico do que de contestação política e filosófica. Era estudada a possibilidade de se cultivar espécies de outros lugares e para isso era importante o estabelecimento dos jardins botânicos e, em segundo lugar, era interesse estudar a natureza da América Portuguesa para descobrir espécies com utilidade econômica. A Universidade de Coimbra e a Academia das ciências de Lisboa eram lugares onde crescia uma nova mentalidade científica, apesar disso, no Império Português, o estudo sobre o mundo natural era menor do que o de outras potências.

Nas críticas feitas, por exemplo, por Domenico Vandelli (fisiocrata italiano que orientava viagens mineralógicas e botânicas no interior de Portugal e suas colônias, no final do século XVIII), a ideia não era de que os territórios permanecessem intocados, mas que fossem aproveitados de maneira racional e cuidadosa, o progresso econômico não era visto como antagônico em relação à conservação da natureza.⁵⁸

O Iluminismo fez com que se difundissem no pensamento europeu ideias novas sobre o entendimento da natureza. Começou-se a perceber que havia uma integração, um funcionamento da natureza como um todo. A chamada “grande cadeia do ser” e o entendimento que se tinha dela era substituída pela “economia da natureza” em que ela era vista como um sistema de equilíbrio. Assim, começam a nascer “análises mais consistentes sobre os danos ambientais pela ação humana”, como, por exemplo, a chamada “teoria do dessecamento”. As ideias-base dessa teoria remontam a pensadores antigos, mas encontram solo fértil na Europa tomada pelas ideias da influência do clima na cultura dos povos, com pensadores como Hume e Montesquieu.⁵⁹

⁵⁶ PÁDUA, José Augusto, *idem*.

⁵⁸ *Idem*

⁵⁹ PÁDUA, José Augusto, *idem*.

Todas essas ideias logo influíram nos pensamentos dos observadores da vida colonial. Assim a crítica ambiental brasileira sofreu essas influências e também, de forma mais suave, as influências de autores românticos que positivavam o mundo natural. Essas principais influências teóricas vindas da Europa tiveram uma interpretação própria na América portuguesa.⁶⁰

Essas novas visões muitas vezes vinham associadas com as idéias da escola fisiocrata. Esta, apesar de enfatizar o produtivismo que poderia aumentar a destruição, atrelada a esses novos componentes teóricos ganhava um viés de cuidado ambiental objetivando uma agricultura racional. Mas as conseqüências negativas que a ação humana poderia trazer para a natureza não foram dominantes na cultura ilustrada. Muitos teóricos defendiam que a natureza deveria sofrer todo tipo de intervenção humana para o desenvolvimento da economia, ela deveria ser “domada” para o máximo proveito do progresso social. Essas visões eram compartilhadas pela maioria dos intelectuais ilustrados do Brasil.⁶¹

Diferentes visões de mundo estão expostas, por exemplo, no livro de A. C. Diegues, no qual estão identificadas duas grandes visões sobre a natureza que vão dominar na Europa e nos Estados Unidos durante o século XIX. Uma corrente, que advogava o uso adequado e criterioso dos recursos naturais, era chamada de corrente conservacionista. Em outra, chamada de preservacionista, havia apreciação estética e espiritual da vida selvagem. Uma pretendia preservar os recursos, e outra procurava proteger a natureza contra as modificações do mundo moderno.

Segundo Diegues, no século XX, começam a aparecer no Brasil movimentos de proteção à natureza influenciados pela ideia de natureza intocada desenvolvida nos Estados Unidos. “A ideia de que a natureza tem um valor em si mesma vem basicamente dos que advogam direitos ao mundo natural independentemente da

⁶⁰ No ano de 2005, Pádua escreveu um artigo para pensar como o romantismo influenciou o ecologismo contemporâneo. Para o caso do Brasil essa análise é muito importante pois a crítica ecológica no Brasil formou-se através da apropriação e produção de várias idéias. Uma análise apressada vai identificar a origem da crítica ecológica no Brasil da forma como ocorreu nos Estados Unidos, ou seja, através de obras produzidas dentro da cultura romântica. O movimento romântico possibilitou uma abertura histórica para valorização do mundo natural. O ecologismo possui uma genealogia híbrida e complexa possuindo influências vindas de diferentes tradições intelectuais e políticas. PÁDUA, J. A. “Herança romântica e ecologismo contemporâneo”.

⁶¹ PÁDUA, J. A., idem.

utilidade que possa ter para o homem”.⁶² Em 1911, era defendida a criação de um parque nacional em Itatiaia com a mesma finalidade dos parques norte-americanos.⁶³

A partir da década de 1930 foi realizada uma conferência para a proteção da natureza e foram criados os primeiros códigos da caça, pesca e, também, de controle e proteção florestal. Na Constituição de 1937 foi definido como responsabilidade da União a proteção das belezas naturais e monumentos de valor histórico. No mesmo ano foi criado o primeiro Parque Nacional, em Itatiaia. Diegues defende que a ideia preservacionista vai ser dominante nos grupos que combatiam a destruição ambiental até a década de 1980.⁶⁴

As considerações sobre “memória” e “identidade” feitas pelo historiador Michel de Pollak também serão importantes para a pesquisa. Para esse autor é importante analisar a função das memórias coletivas fortemente construídas, como a memória nacional. A memória coletiva teria como função manter coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem de comum. Seria mais correto falar em “memória enquadrada” do que memória coletiva, pois aquela sugere um trabalho de enquadramento alimentado pelo material fornecido pela história. Esse trabalho reinterpretaria incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.⁶⁵

Para Simon Schama, em seu livro *Paisagem e memória*⁶⁶ de 1995, os variados mitos e lembranças sobre a natureza possuem duas características comuns: sua permanência ao longo dos séculos e sua capacidade de moldar instituições, como, por exemplo, a identidade nacional. As ideias colocadas no trabalho de Schama são importantes para análise do tema deste projeto, pois além de considerar a ideia de que existem diferentes visões sobre a natureza e de que esta seria um produto da cultura, ele considera as lembranças e as memórias como fatores formadores disso. Para Schama, a visão que uma pessoa tem da natureza comporta lembranças, mitos e significados complexos.

⁶² DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 2000..

⁶³ DIEGUES, Antonio Carlos, idem.

⁶⁴ DIEGUES, Antonio Carlos, idem.

⁶⁵ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

⁶⁶ SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

A natureza e a percepção que temos dela seriam elementos inseparáveis. A natureza seria sempre vista através de uma moldura, da mente e dos sentidos. Para Schama, o ato de identificar algo na natureza terá sempre a “pesada bagagem cultural que carregamos”. Não existiria paisagem livre de nossa cultura, pois ela é seu produto. Produto criado, pois a paisagem seria como “uma representação do que experimentamos em nosso interior”. Os elementos que apreendemos são “desenhados” pela cultura, a convenção e a cognição. Dessa forma, ele propõe pensar sobre as ideias que colocam as ações do homem como negativas, citando essa perspectiva em diversos ramos do conhecimento e pontuando que “os historiadores do ambiente também têm lamentado o uso da natureza pela cultura”. Schama escreve que, apesar desses historiadores considerarem que a paisagem possa ser um texto com informações sobre as sociedades passadas e transformarem as ações e características naturais como fatores tão importantes como o homem, a relação homem e natureza seria quase sempre vista como desastrosa.⁶⁷

Dessa forma, o autor propõe outro modo de olhar o que possuímos na natureza, não sendo um trabalho para falar das perdas, mas para explorar o que existe. Pois a história da paisagem no Ocidente não seria somente uma corrida rumo à destruição. Em muitos casos não seria o valor que ditaria a relação homem-natureza e, sim, a memória. Outro exemplo foi sua experiência de visitar uma floresta na região fronteira entre Polônia e Lituânia. A partir dessa floresta, a chamada Bialowieza, Schama analisa um conjunto de produções e relatos históricos, desde a Antiguidade, passando pelas guerras do século XX, que mostram as diferentes visões sobre os elementos da natureza. Para Schama, Bialowieza foi um “reino natural” de escritores como: Czeslaw Milosz, Tadeusz Kowicki, Adam Mickiewicz. Esses autores criaram um mito consolador de um interior selvático que resistiria, intacto, a todos os desastres que o Estado polonês teria de enfrentar. Também os animais dessa floresta foram reverenciados em diversos autores e poetas, com destaque para o bisão. Apresentado em algumas obras como um animal terrível “símbolo da tenacidade heroica de sua terra e de sua paisagem natais”. Schama escreve que ainda hoje, no parque nacional de Bialowieza existem carvalhos oficialmente designados como “monumentos nacionais”.

Na Inglaterra, toda uma literatura celebrava a ideia da “liberdade das verdes matas”. Era a floresta ideal oposto da corte, da cidade. Mas as florestas medievais

⁶⁷ SCHAMA destaca autores como Stephen PYNE, Willian CRONON e Donald WORSTER.

inglesas não eram esses lugares impenetráveis povoados de marginalidade e liberdade, pois boa parte dela estava sendo, há muito tempo, administrada por seus habitantes. Estes regulavam o corte das árvores e viam os caminhos nas matas como vias em qualquer cidade. Na modernidade, as florestas começariam a ser vistas como bens nacionais e, nesse sentido, a França ganhava da Inglaterra. Assim, o carvalho das florestas inglesas, tão importante como matéria-prima para construção naval e para o poderio da nação, passa a ser visto como algo mais diante do inimigo que era a França. O caráter da árvore e da nação era comparado em diversas obras.

O conceito de natureza é fruto social,⁶⁸ sua noção varia conforme o tempo e o espaço.⁶⁹ Ha várias visões que a natureza recebe conforme a interpretação da sociedade e de seu respectivo sistema; a natureza passa a ser compreendida conforme se modifica o “padrão cultural”. Assim, pensa-se em um evento comum da natureza (uma árvore entre outras árvores), mas que sofre diferentes análises conforme é fruto do sagrado, do científico, do tradicional, do ambiental e dos interesses comerciais. Algumas percepções, assim, ficam naturalizadas. A natureza não é vista por ela própria, mas por um olhar observador dentro de uma determinada cultura. A natureza existe mediada pelo entendimento e pela interpretação humanos.

Pensando que um observador não recebe o objeto tal como ele existe na natureza, esta existe como coisa não apreensível na sua totalidade. Os humanos conseguem captar os fenômenos do mundo através de diversos meios, como a visão, o tato, o paladar, olfato, audição. Através também de outras formas de acesso, um fio, um telescópio e outros meios. Em determinada cultura, às vezes, um sentido é mais treinado do que outro. Estes são os meios disponíveis em determinada cultura e tempo histórico para lidar com certo objeto. Um evento complexo se transforma em objeto através do que é sensível e apreensível pelo homem.⁷⁰

Dentro do quadro da História Ambiental, o historiador Donald Worster destaca três pressupostos básicos. Primeiro, ela rejeita a suposição de que a experiência humana tem sido isenta de constrangimentos naturais. Segundo, tenta compreender como os humanos são afetados e afetam o ambiente e quais foram as conseqüências dessas

⁶⁸. SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual, Natureza, capital e a Produção de Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

⁶⁹ WHITEHEAD, Alfred North. *O conceito de Natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

⁷⁰ WHITEHEAD, Alfred North, *idem*.

interações. Terceiro, lida com o papel e o lugar da natureza na vida humana.^{71 72} A história ambiental começa a aparecer nos anos de 1970, nesse período surgem preocupações com os desequilíbrios ocasionados pela ação humana. Donald Worster escreve que a história ambiental surgiu de uma preocupação moral. Porém, conforme foi crescendo seu estudo, ela “torna-se um empreendimento intelectual que não tem qualquer agenda moral ou política simplista ou única para promover”.^{73 74} Worster relaciona três níveis em que a história ambiental opera. No primeiro, o interesse seria saber como a natureza estava organizada e funcionava nos tempos passados. No segundo, estuda-se a tecnologia produtiva, a transformação da natureza através de determinadas tecnologias e como o uso destas reestruturou as relações ecológicas humanas. O terceiro nível seria o mental, o estudo dos mapas cognitivos do mundo ao redor e das somas das ideias e percepções das pessoas acerca da natureza.^{75 76}

⁷¹ Em um artigo sobre a História Ambiental, McNeill conclui que os historiadores ambientais devem considerar que “A natureza muda por si mesma e pelas ações humanas, e fazendo isso provoca mudanças no contexto em que se desenvolve a história humana. MACNEIL, John R. “Naturaleza y cultura de la historia ambiental”. In *Nómadas*, v. 1. nº 22. Instituto de Estudios Sociales Contemporâneos, abril, 2005.

⁷² WORSTER, D. “Para Fazer História Ambiental”. In *Estudos Históricas*, n. 8, 1991.

⁷³ WORSTER, Donald , idem.

⁷⁴ Jonh R. McNeill também considera que os primeiros trabalhos surgidos nas décadas de 1960 e 1970 tinham forte orientação política, mas os trabalhos foram ganhando mais sofisticação científica e adquirindo um tom mais neutro. MCNEILL, John R., op. cit.

⁷⁵ WORSTER, Donald, op. cit.

⁷⁶ Jonh R. McNeill considera os trabalhos da história ambiental podem ser divididos em três enfoques: material, cultural-intelectual e político. O primeiro investiga as mudanças nos ambientes físicos e biológicos e a forma como essas mudanças afetam as sociedades humanas. O segundo enfoque faz ênfase sobre as representações e imagens da natureza. O terceiro analisa como a lei e as políticas de Estado se relacionam com o mundo natural. Segundo McNeill, os estudos da História ambiental mostraram que as sociedades pré-industriais também provocaram consequências ambientais. McNeill, John R., op. cit.

SEGUNDO CAPÍTULO

Discursos para a conservação do pau-brasil – século XIX

Neste capítulo serão analisados documentos selecionados de um conjunto de ordens, decretos, provisões e outras resoluções ocorridas durante o século XIX para a exploração do pau-brasil. O objetivo não é reconstituir cronologicamente todas as ações, governamentais ou não, sobre o pau-brasil. Bernardino executou esse trabalho e conseguiu reunir em seu livro um conjunto importante de documentos. Como será visto no próximo capítulo, o autor procurou preservar uma memória sobre uma árvore que considerava importante na história do país.

O objetivo é analisar o que representava o pau-brasil nas propostas para sua conservação. Essas propostas aparecem nos discursos produzidos durante o século XIX e tinham o objetivo de formular novos regulamentos, já que a exploração era regulada por determinações do período colonial. Antes da análise dessas propostas, é importante delinear como era estabelecida a exploração do pau-brasil no período colonial.

Duas estratégias adotadas pela Coroa portuguesa, durante a colonização, vão marcar os regulamentos para a exploração do pau-brasil: o monopólio e as normas para impedir o uso indiscriminado da madeira. A segunda estratégia pretendia garantir a primeira e é claramente explicitada a partir da elaboração do Regimento do pau-brasil, de 1605. O Regimento pode ser visto também dentro de um conjunto de medidas que reservava para o uso da Coroa as árvores com madeiras consideradas valiosas e elaborava regras para sua conservação.

1 O uso das tintas na Europa

Ao longo do percurso humano no planeta, os homens de diferentes épocas e culturas em sua interação com a natureza definiram o que era ou não um recurso, o que

poderia ser usado da natureza.⁷⁷ Há registros da Idade Média sobre o comércio da madeira de uma árvore vinda do Oriente para a Europa e usada para produzir corantes e tingir tecidos. Essa árvore aparece nos registros alfandegários com o nome “brasil”. Assim, os europeus que desembarcaram no Novo Mundo atribuíram para quase toda madeira que produzisse algum corante vermelho o nome de “brasil”. A amplitude geográfica e ecológica na qual os cronistas do século XVI localizavam a árvore mostra que eles não estavam se referindo a uma única planta.⁷⁸ Os índios da costa brasileira conheciam uma árvore que chamavam de “ibirapitanga” e que os portugueses do século XVI logo denominaram de pau-brasil. Séculos depois, a botânica classificaria esta árvore como *Caesalpinia echinata* e a variedade oriental de *Caesalpinia sappan*.⁷⁹

Algumas outras matérias corantes foram exportadas da América para a Europa. Entre elas está o “pau-campeche” e suas variantes, aplicado para os corantes azuis. Ainda as raízes de rúbia, ancusa, morinda, cúrcuma e outras substâncias vegetais como o urucum, urzela, o índigo, o pastel, o açafraão, o carcamo, a ceilorifila e a orelana.⁸⁰

Não se sabe ao certo quando começou o comércio de madeira tintorial na Europa, mas já em 851, ela aparece como item de comércio com os povos árabes. Pereira Ferraz apresenta um conjunto de documentos relacionados ao comércio do brasil asiático na Europa desde o século XI até o XVII. De 1085 um documento francês com a tarifa da alfândega de Saint-Omer estipulando o preço do Kerka bresil; de 1151 há uma ordem de cônsules de Gênova mandando pagar a Felipe de Lamberto Guezzi cem libras, sendo $\frac{1}{4}$ em *brazilem*. Numa relação de mercadorias, datada de 1128, aparece “a grama de Brazile”. De 1208, há um foral no qual se vê quanto os senhores de certa vila recebiam de *quintali Brezelli*. Também de 1221 há um documento catalão com tarifa da alfândega de Barcelona, relativa ao pagamento de imposto por carregamento de brasil;

⁷⁷ WORSTER, Donald, Transformações da terra: uma perspectiva agroecológica da história (tradução de Maria Clara Abalo Ferraz de Andrade), In Journal of American History, 1990op. cit.

⁷⁸ Pereira Ferraz escreveu o seguinte sobre essa questão: “O assunto tem dado margem a grande confusão, porque sob o nome genérico de “brasil” eram conhecidos paus vermelho-escuros e amarelo-pardacentos, empregados na indústria de tinturaria a princípio vindos da Ásia, sobretudo da Índia, depois de vários pontos da América, posto que alguns fossem oriundos até das próprias florestas européias.” FERRAZ, A. L. Pereira. *Terra da Ibirapitanga*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939..

⁷⁹ FERRAZ, A L. Pereira, idem.

⁸⁰ SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

de 1262, a tarifa da alfândega de Bruges, onde se lê *brizilien*; de 1300, uma lista de mercadorias na qual há escrito, *et toute espiceric et bresis*.⁸¹

Em manuais com receitas de tinturaria do século XVI, para os tons de vermelho, o “brazil” aparece como ingrediente. Em 1490, Giovanni Reborá publicou *Un Manuale di Tintoria del Quattrocento*, que contém receitas de tinturaria de tradição medieval. Quase em 90% das receitas dedicadas aos tons de vermelho, o “brazil” (ou *verzi*) aparece como ingrediente principal. Em 1540, em um livro, impresso em Veneza, de Gioaventura Rosetti,⁸² de 33 receitas para o vermelho, 26 levavam o brasil asiático. Com a madeira vinda da América as receitas não mudaram muito. Já os grêmios de tintureiros criticavam as condições de despacho e tratamento do pau-brasil. Tal como ocorreria com outros corantes vindos da América, o pau-brasil ameaçaria os interesses dos cultivadores de rúbia, dos comerciantes do escalarte quermes e dos mercadores do mediterrâneo que controlavam o comércio do brasil asiático.⁸³

2 Pau-brasil, monopólio régio

Desde o início da colonização, o pau-brasil teve a sua exploração definida como “estanco régio” – monopólio da Coroa. Como será visto, esse estanco continuou mesmo com a fim do período colonial.

A expansão marítima portuguesa estabeleceu no decorrer do tempo um sistema comercial baseado no monopólio de determinados produtos, rotas e portos comerciais. A Coroa frequentemente transferia esses monopólios a particulares, através de arrendamentos, na forma de contratos. Além do pau-brasil, outros produtos ficaram sob o estanco, como a pesca da baleia (1603–1798), o tabaco (1624–1820), o sal (1658–1801) e os diamantes (1731–1822).⁸⁴

⁸¹ FERRAZ, A L. Pereira, op. cit.

⁸² Ana Roquero retirou essas informações de “Plico de L’Arte de Tintori”, editada pela primeira vez em 1540. Traduzido para o português como “Seleção de técnicas da arte dos tintureiros que ensinam a tingir algodão e seda segundo a arte maior e a arte comum”. ROSETTI, Gioaventura, “Plico de L’Arte de Tentori”. 1º edição em 1540, tradução para o inglês de EDELSTEIN, Sidney M. e BORGHETTY, Hector C. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology, 1969. Ver: ROQUERO, Ana. “Moda e tecnologia”, op. cit.

⁸³ ROQUERO, Ana, idem.

⁸⁴ GOUVÊA, Maria de Fátima. Verbete “Monopólio”. In VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

Segundo Mattos, o monopólio era o elemento que unia as “duas faces da moeda colonial”. O caráter mercantil da colonização tinha como essência seu traço monopolista. O rei abria novas áreas de comércio, evangelizava os pagãos dessas terras distantes e tinha o direito, segundo a fórmula das bulas papais dadas à Coroa portuguesa, de ter para si o monopólio. Com o tempo a colonização portuguesa na América ultrapassou os objetivos de ser essencialmente comercial, não ficou só na esfera da circulação das mercadorias e interveio de maneira direta no âmbito da produção.⁸⁵

Assim, o monopólio produzia o “colonizador”, ditava a política colonial e objetivava o aumento da renda da metrópole. Os colonizadores eram os elementos ligados à administração (leiga ou eclesiástica) e também os comerciantes. O colonizador estava obrigado a resguardar o monopólio, cujo funcionamento era assegurado dentro do domínio colonial português, quando, por exemplo, só certa região tinha direito de produzir algum produto. O domínio era assegurado também no interior das colônias, como, por exemplo, pela concessão de vantagens e privilégios aos colonos evitando a concorrência do estrangeiro ou combatendo insurreições diversas. Os colonizados eram os excluídos do monopólio. Eram os escravos, considerados “coisa” e os homens livres e pobres “donos de suas pessoas”.⁸⁶

O objetivo principal da política monopolista aplicada pela Coroa portuguesa a partir do século XVI era o comércio colonial, o que significava manter produção, rotas e portos comerciais sob seu controle exclusivo. No entanto, por meio de contratos e licenças especiais, a Coroa portuguesa também poderia transferir o “monopólio régio” a particulares,⁸⁷ era esse o caso do pau-brasil.

Na metrópole, o objetivo era ter poder “exclusivo” sobre certas mercadorias, o que também levava ao monopólio dos roteiros e depois da produção de certa mercadoria em certa região. A venda do monopólio régio a contratadores e arrematadores privados se apresentava como uma contrapartida dos direitos consagrados da monarquia. Evitando os impostos diretos de contribuição, “a monarquia desenvolveu um sistema fiscal de atribuição vendendo concessões de comércio e arrematação tributária nos seus

⁸⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Acess, 1999.

⁸⁶ MATTOS, Ilmar Rohloff de, *idem*.

⁸⁷ GOUVÊA, Maria de Fátima, *op. cit.*

domínios do ultramar”.⁸⁸ Sendo um processo econômico inserido no contexto doutrinário da época “a figura do rei” simbolizava o monopólio pelo “colonizador” tanto de mercadorias, roteiros, regiões e créditos quanto dos corações e mentes dos habitantes do reino e suas possessões”.⁸⁹

Há registros desses contratos e Bernardino José de Souza oferece deles alguns exemplos. Em 1635, Luiz de Rezende e Álvaro de Azevedo eram “contratadores do estanco do pau-brasil” pelo governo português, como consta em um alvará de janeiro do mesmo ano. Em documento de 1662, há informação de que por esta época o estanco do pau-brasil estava concedido só à Companhia Geral de Comércio. Em 1726, entrava em vigor o contrato de Manuel Ferreira da Costa por três anos, no qual se poderia conduzir 20 mil quintais, por ano, em Pernambuco. Em 1756, aparecem como contratadores por nove anos Geraldo W. & Cia, eles poderiam retirar anualmente de Pernambuco até 20 mil quintais.⁹⁰

Bernardino transcreveu em seu livro um contrato assinado, em 1750, na cidade de Lisboa. Nele, um sujeito chamado João Batista fez lance, o contrato deixava sob sua responsabilidade o custo, o corte e a condução do pau-brasil por um período de nove anos. Cada quintal custaria 970 réis, a madeira deveria ser entregue no armazém da Coroa, ao provedor, e embarcada para o Reino de Portugal. Em cada três anos deveriam ser entregues 34 mil quintais da árvore. No documento há 18 condições a cumprir; uma delas obrigava o contratador, a cada ano, a colocar nos portos a terça parte dos 34 mil que seriam entregues nos três anos. Outra condição era que o arrematante seria obrigado a pagar todas as despesas com a madeira, aos serradores, aos carreteiros, bem como marcar, pesar e carregar os navios. O contratador deveria também pagar as pessoas que trabalhassem nas embarcações. Nenhuma pessoa teria liberdade para cortar a árvore, só o contratador e aqueles que recebessem sua ordem. Também nenhum “dono de matas” poderia impedir o corte da madeira pelas pessoas que tivessem a ordem do contratador, a pena para isso seria de 200 cruzados, a terça parte dela seria destinada ao denunciante. A madeira que chegasse inútil deveria ser queimada na presença do provedor e dos oficiais da fazenda. O contratador não poderia vender a madeira inútil. Assim, não

⁸⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe. “A economia política dos descobrimentos.” In NOVAES Adauto (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

⁸⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe, *idem*.

⁹⁰ SOUSA, Bernardino José de, *op. cit.*

havendo quem fizesse lance maior, aceitou-se o lance de João Batista, que era 970 réis por cada quintal do pau-brasil.⁹¹

3 Regimento do pau-brasil de 1605

Além de ser exclusivo, o negócio do pau-brasil estimulou desde cedo a regulamentação da Coroa lusitana para a conservação da árvore. O “Regimento do pau-brasil”, de 12 de dezembro de 1605, foi assinado por Felipe II na época da chamada União Ibérica. Foi escrito com a justificativa de que ocorriam desordens na exploração do pau-brasil, que já não era encontrado com tanta facilidade tendo que ser buscado em lugares distantes. Dessa forma, era preciso tomar providências “antes que os danos fossem maiores para aquele produto de importância para a Real Fazenda”.⁹² O “Regimento do pau-brasil” será a base para as demais resoluções governamentais até o século XIX; para um melhor entendimento dos debates do século oitocentista é importante pontuar algumas das suas resoluções.

Uma das decisões era que o pau-brasil não poderia ser cortado sem a devida licença do provedor-mor da fazenda de cada capitania. Outra informação que chegava ao Rei era que as árvores estavam diminuindo na mata, pois não havia o cuidado no corte e por causa do fogo.* Assim, era determinado “que daqui em diante se não [façam] roças em terras de pau do brasil”. O provedor deveria tomar informações sobre a pessoa que pedia a licença, fazer “livro” de registro com as permissões dadas, nomes, a quantidade de pau-brasil que foi permitido retirar e entregar ao contratador essas quantidades. Em outras palavras, deveria entregar para aquele que tivesse arrematado o direito de explorar e vender a madeira.⁹³

Para que a quantidade de pau cortado não fosse superior ao estabelecido no contrato, era determinado que em cada ano fosse estipulada a quantidade de madeira que seria retirada de cada capitania. Havia informação também de que muitas madeiras

⁹¹ Documento completo em SOUZA, Bernardino José de, *idem*.

⁹² Documento completo em SOUZA, Bernardino José de, *idem* e na “Legislação Brasileira ou coleção cronológica das Leis, Decretos, Resoluções de Consulta, Provisões, est., etc., do Império do Brasil, desde o ano de 1808 até 1831”. Coligida pelo conselheiro José Paulo de Figueroa Nabuco Araújo, TYP. IMP. e const, 1837. IHGB: Coleção Thereza Christina. (16, 7, 20).

* É importante observar que o pau-brasil não ocorre nas matas de maneira homogênea, mas espalhado entre outras árvores. W. Dean escreve que a média era de quatro exemplares por hectare. DEAN, Warren. “A ferro e fogo”, *op. cit.*

⁹³ Documento completo em SOUZA, Bernardino José de, *idem*.

já cortadas ficavam pelas matas, pois não eram aceitas pelos contratadores. Como está no Regimento “e querem [os contratadores] que todo [pau-brasil] o que se dá seja roliço e maciço do que se segue, ficar pelos matos muitos dos ramos e ilhargas perdidas, sendo todo ele bom e conveniente para o uso das tintas.”⁹⁴

As resoluções do Regimento e muitas das questões abordadas nele, ainda seriam objetos de debates no século XIX, mostrando que muitos dos costumes na exploração e procedimentos tomados pelo governo permaneceram. No ano de 1818, foi elaborada uma resolução de consulta para uma nova regulação e a substituição do Regimento de 1605.

Segundo Castro, tanto para o pau-brasil como para as chamadas madeiras de lei⁹⁵ foi formulada uma legislação portuguesa durante a colonização que garantiu a muitas áreas de florestas permanecessem bem conservadas até o final do período colonial. O autor considera que no século XIX, com todas suas mudanças, não houve um avanço nestas medidas governamentais.⁹⁶ Foi herdado o monopólio do pau-brasil, as matas reservadas para o abastecimento da marinha e “um imenso patrimônio florestal ainda praticamente intacto”. Para o autor, a intervenção do Estado no que ele chama de “economia florestal” seria gradativamente esquecida com o fim da colonização, devido principalmente à prevalência dos interesses dos fazendeiros. A partir do conhecimento ecológico e silvicultural atual, Castro analisa as práticas e métodos de manejo colonial “verificando a sua eficiência e potencialidade”. A conclusão a que ele chega é que não se justifica a “tão propalada ideia de que muitos dos problemas ambientais do passado e atuais são frutos da herança da colonização lusitana”, pois “embora se caracterize por uma colonização de exploração, as atividades florestais do período tiveram relevantes aspectos conservacionistas”.⁹⁷

⁹⁴ SOUZA, Bernardino José de, *idem*.

⁹⁵ Desde 1652, Portugal começou tomar posse de todas as madeiras consideradas nobres e valiosas existentes no Brasil, inclusive no interior das sesmarias. Era uma política de apropriação monopolista dos recursos madeireiros, essa política continuou até o fim da colonização. Através de cartas régias e alvarás reais foram reguladas e estabelecidas as áreas reservadas para uso da Coroa. PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. op cit.

⁹⁶ Outras medidas “conservacionistas” foram tomadas, não só para o pau-brasil e as madeiras de lei. Por exemplo, já em 1660 a Câmara de Salvador reclamava a falta de lenha, por conta do grande número de engenhos e, em 1681, o Rei determinou maior distância entre os engenhos. FERLINE, V. L. A. “Do verde das matas ao verde da cana.” In *História e meio ambiente: o impacto da expansão européia*. Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 1999.

⁹⁷ ABREU CASTRO, Carlos Ferreira, *op. cit.*

4 Pau-brasil, árvore nativa da Mata destruída

As análises que ressaltam o que foi “destruído”, também devem ser consideradas. Por exemplo, considerando que a produção de cana-de-açúcar no período colonial deve ter ocupado muitas áreas onde existiam matas nativas como o pau-brasil, a análise de Dean traz aspectos importantes para entender que o rareamento do pau-brasil não foi somente resultado de aspectos ligados diretamente à sua exploração. Esse “rareamento”, constatado pelos observadores do século XIX, fazia parte de um quadro de “exploração esgotadora” bem maior.

O pau-brasil que ocorre na Mata Atlântica é uma leguminosa, *Caesalpinia echinata*, aparece mais em ambientes moderadamente irrigados (especialmente costeiros) e cresce na floresta secundária. “Havia três populações distintas: uma ao longo do litoral do Rio de Janeiro, concentrada em Cabo Frio; outra no sul da Bahia; a terceira, ao norte, concentrada no Recife”.⁹⁸ Além do algodão, o plantio da cana-de-açúcar também pode ter consumido áreas florestais onde havia pau-brasil. Dessa forma, é importante delinear como era praticada essa cultura.

O plantio da cana-de-açúcar ocupou áreas de matas densas e terras férteis com uma ação devastadora desses dois elementos. O cultivo era realizado por derrubada e queimada, a floresta primária era destruída porque recobria os solos mais férteis. A cana era colhida e deixada rebrotar para ser colhida por pelo menos mais duas vezes, depois era queimada e replantada; o processo era repetido mais uma ou duas vezes e, por fim, o campo era abandonado em favor de mais plantações em florestas primárias. Além disso, toda a produção envolvida em um engenho de açúcar fez com que houvesse um avanço também sobre as “matas ralas” e solos mais pobres, principalmente para obtenção de lenha para as fornalhas. No início do século XIX, com o agravamento da falta de matas para alguns engenhos foi que começou a se introduzir o “bagaço” no lugar da lenha.⁹⁹

Em relação à cultura canavieira, a Coroa também elaborou durante a colonização regras que buscavam o “uso duradouro dos recursos naturais”. Destacam-se os títulos referentes às queimadas e as provisões e alvarás que estabelecem a regulação do uso das madeiras, e as que estabelecem um ordenamento espacial das unidades produtoras de açúcar.¹⁰⁰

⁹⁸ DEAN, Warren, op. cit.

⁹⁹ DEAN, Warren, op. cit., p. 23 e pp. 62-63.

¹⁰⁰ ABREU CASTRO, Carlos Ferreira, op. cit.

5 As políticas conservacionistas

Desde a Idade Média, na Europa, existiam regulações locais para garantir reservas florestais. A partir do século XVIII, essa tendência ganha maior consistência com as correntes teóricas iluministas e maior preocupação das potências europeias que buscavam garantir o seu suprimento de recursos naturais, especialmente de madeira para os navios de guerra.¹⁰¹

As ideias para conservação do pau-brasil no século XIX podem ser inseridas no conjunto de discursos que previam um uso racional dos recursos naturais e criticavam a destruição do ambiente brasileiro. A crítica ambiental, produzida no Brasil do século XVIII e início do XIX, foi feita por uma minoria e não fazia parte da preocupação da maioria dos pensadores, acadêmicos e dirigentes políticos. Pádua analisou as ideias de um pequeno grupo de acadêmicos e dirigentes políticos que criticaram a destruição do ambiente natural brasileiro no período.¹⁰²

A devastação das “produções naturais” passou a ser discutida na colônia portuguesa no final do século XVIII por um grupo de estudantes que começou a formular críticas ao caráter rudimentar e predatório da economia colonial. “A devastação das ‘produções naturais’ passou, então, a ser condenada como um crime histórico que privava o país de recursos essenciais ao seu progresso. Um enfoque, aliás, que dominou a discussão ambiental brasileira até o final do século XIX”.¹⁰³ Segundo Pádua, nessas análises “a natureza não era defendida por seu valor estético ou espiritual, mas sim por seu valor político e econômico”.¹⁰⁴ As críticas produzidas em relação ao pau-brasil, condenando seu desperdício e “rareamento” também tinham esse sentido.

Como visto entre os autores brasileiros que criticaram a destruição ambiental no período entre o século XVIII e XIX, a conservação do meio natural e da vida selvagem não é defendida “a partir de seu direito autônomo à existência e do seu valor intrínseco, seja biológico, espiritual ou estético”, fato que ocorria na Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. A ideia de conservação estava no valor instrumental da natureza para a sociedade e o país. Não havia a intenção de isolar o meio natural da ação humana, mas

¹⁰¹ PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores, 2002..

¹⁰² idem

¹⁰³ ibidem.

¹⁰⁴ ibidem.

de promover o uso racional, conciliando o aumento da produção econômica com a continuidade dos recursos naturais.¹⁰⁵

6 A exploração do pau-brasil no século XIX

Assim, durante o período colonial, a Coroa portuguesa emitiu ordens, inclusive para a exploração do pau-brasil, no sentido de garantir e controlar o uso de certos recursos na Colônia. Chega-se ao século XIX, um período de grandes mudanças mas ainda de algumas continuidades. A exploração, no início do século XIX, era regulada pelo Regimento de 1605 e o monopólio foi reafirmado em 1808.¹⁰⁷ A transferência da Corte, em 1808, marcou um processo de grandes mudanças que levariam à emancipação política. Muitas leis do período colonial ainda continuariam sem mudanças, mesmo com a emancipação em 1822. As mudanças sobre as leis que regulariam a exploração, conservação e comércio do pau-brasil foram sendo modificadas muito devagar com o decorrer das décadas do século oitocentista.

Nas críticas elaboradas, três problemas eram colocados como principais: as questões relativas ao uso da terra e na noção de propriedade da terra que tiveram grande importância para as decisões que foram tomadas, as questões relativas à conservação da árvore com o objetivo de promover uma exploração racional e a importância de garantir a sua renda para o Estado. Essas questões aparecem ligadas e não são necessariamente opostas. Na opinião de alguns políticos, para a conservação da árvore era necessário deixar a exploração nas mãos de particulares, outros viam isso como um problema. Tanto quem defendia mudanças, quanto quem defendia permanências nas leis que regulavam a exploração do pau-brasil estava informado pelas ideias e interesses do seu tempo.¹⁰⁸

¹⁰⁵ PÁDUA, José Augusto, Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, op cit.

¹⁰⁷ Com a Carta Regia de 1808, abriram-se os portos do Brasil ao comércio estrangeiro, com a liberdade para exportar todos os gêneros e produções coloniais, menos alguns produtos, entre eles o pau-brasil. O monopólio, depois da Independência, passou para o poder do Governo Imperial instalado no Brasil e durou até 1859. SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

¹⁰⁸ José Murilo de Carvalho caracteriza a elite política imperial e a burocracia do Brasil Império a partir da sua homogeneidade ideológica, gerada por educação e treinamento políticos comuns. A elite política produzida pelo Estado foi eficiente na tarefa de fortalecê-lo, na construção da ordem. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

Os cuidados para conservação da árvore foram expressos no século XIX, assim como no período colonial, mas essa preocupação era pensada a partir de novas ideias. O papel dessa exploração na economia muda e o monopólio passa ser combatido ou defendido a partir de outra perspectiva. Como será visto, se ocorreu a defesa do monopólio, o sentido era completamente diferente do ideal colonizador e mercantilista. A defesa ou crítica ao monopólio estavam ligadas a conflitos relacionados ao uso de propriedade privada da terra e defesa dos interesses do Estado. Além disso, as ideias de conservação eram informadas pelas novas descobertas sobre a natureza, sobre seu funcionamento. As ideias de conservação podem ser incluídas em um conjunto de críticas que foram produzidas no Brasil do final do século XVIII e início do XIX e estavam informadas pelas ideias de uso racional e economia da natureza.

No ano de 1810, José Antônio de Miranda enviava nota a d. João, juntamente com o extrato dos mapas de importação e exportação das capitanias de Pernambuco, Bahia, Rio Grande, Angola e Benguela, relativos aos anos de 1808 e 1809. Para ele, o “franqueamento” do pau-brasil, poderia trazer benefícios, como evitar os extravios da madeira, multiplicar os lucros, abastecer o erário e impedir a devastação das matas. Sua finalidade maior seria aumentar as rendas do Estado, contribuindo para a “prosperidade nacional”. Assim, quando ele fala em impedir a devastação, que seria um dos benefícios vindos com o “franqueamento”, o objetivo principal é comercial. Para ele, “seria também muito necessário acautelar a destruição que costumam vulgarmente fazer os povos nas matas, por meio dos fogos; porque há [...] segundo me consta bastante negligência na sua execução, abrangendo igualmente nesta falta a ordem dos extravios”.¹⁰⁹

Poucos anos depois, o “Decreto de 20 de outubro de 1817” estabelecia que fossem feitos por contratos o corte do pau-brasil, “sendo arrematado em hasta pública a quem por menos preço fizer”, demonstrando que seu comércio e corte ainda eram monopólio do Estado. A primeira condição para o contrato definia o direito do contratador de cortar o pau-brasil mesmo em áreas particulares.

¹⁰⁹ Arquivo Nacional, “O Pau-Brasil: do estanco à extinção”. Conjunto documental: Junta do Comércio. Importação e exportação. Notação: caixa 448. Título do fundo ou coleção: Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.

1.º Será livre ao contratador o cortar a sua custa o pao brazil, que se achar em qualquer parte desta Província do Rio de Janeiro e na Capitania do Espírito Santo, [...] sem reserva ou privilégio algum dos donos das matas, em que encontrarem pao brazil, ou seja, em terrenos de particulares, ou de Corporações Religiosas ou devolutos.¹¹⁰

A necessidade de delinear os tipos de terrenos onde os contratadores poderiam explorar, talvez denote que existiam reclamações por parte dos proprietários com a presença dos cortadores ou contratadores, quando havia contratos de pau-brasil.

Para Ligia Osório Silva, no Brasil do início do século XIX, falar em termos de “proprietários de terras” no sentido estrito não se justificaria. Pois do ponto de vista jurídico a situação da propriedade da terra era desordenada. Os ocupantes das terras eram sesmeiros ou posseiros e não possuíam um título legítimo de domínio. Assim, havia um “senhoriado rural” e não uma classe de proprietários de terras. Mesmo com o fim das concessões de sesmarias (a suspensão das concessões ocorreu meses antes da Independência, em 1822), as decisões referentes à terra eram ainda do período colonial. A condicionalidade continuaria. O direito à propriedade não era “absoluto” no sentido romano do termo.¹¹¹

Um debate parecido ocorreu nas décadas anteriores, mas ligado à questão das matas reservadas à Coroa. Na análise que fez das ideias do ministro Rodrigo de Sousa Coutinho,¹¹² Pádua conclui que há um dilema entre “interesses particulares” e “pública utilidade”, também entendida como liberdade dos proprietários e regulação estatal.¹¹³ Coutinho tentou aplicar suas ideias, por exemplo, na carta de instruções enviada, em 1800, para um representante na região de Ilhéus. Nas instruções e atividades propostas, uma das tarefas era

¹¹⁰ “Decreto de 20 de outubro de 1817”, Coleção das Leis do Império.

¹¹¹ SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: feitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

¹¹² Rodrigo de Sousa Coutinho dirigiu a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos entre 1796 e 1801.

¹¹³ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

examinar os planos propostos e estabelecidos para a conservação das matas e arvoredos de Cairum e observar com efeito se os proprietários têm direito a fazerem queimadas, e se a fazenda Real, com vantagem sua e em benefício do país, não deveria reincorporar todas as matas vizinhas ao mar.¹¹⁴

No decreto de 1817, a quinta condição trazia restrições aos moradores e proprietários de terras onde havia pau-brasil. Pois caberia somente ao contratador cortar a árvore. O contrato previa que os donos dos terrenos não poderiam cortar para vender nem para uso particular.

5º Pertencerá ao Contratador, por tempo de três anos a contar do primeiro de janeiro de [...] o privilegio exclusivo do corte do pau-brasil na forma do presente contrato, incorrendo na pena de perdimento do pau-brasil, toda a pessoa que o cortar, ainda mesmo para seu uso particular, sem ter para isso a competente licença do Conselho da Fazenda [...] Na mesma pena de perdimento incorrerão os que cortarem este pau para o venderem [...] além das penas que já se acham estabelecidas contra semelhante contrabando.¹¹⁵

Em relação à qualidade da madeira que deveria ser enviada para a Europa, no Decreto de 1817 há a seguinte passagem: “o páo brasil, antes de ser recebido pela Junta do Banco do Brasil, será examinado e aprovado por dous peritos, um por parte da Real Fazenda e outro por parte do Contratador, afim de ser recebido e enviado para Lisboa somente o que fôr de boa qualidade”.¹¹⁶ Não apareceram contratadores interessados. Na Resolução de Consulta de 1818, há a seguinte informação.

[...] baixou ao Conselho o aviso de trinta de outubro de 1817, com a copia do decreto e instruções de vinte do mesmo outubro, para cujo cumprimento se afixaram os editais do estilo, mas não

¹¹⁴ Citado por PÁDUA, José Augusto, op cit.

¹¹⁵ “Decreto de 20 de outubro de 1817”. op. cit.

¹¹⁶ idem.

se tenha ultimado a dita arrematação por não convirem os licitantes concorrentes nas condições em que ela se propõe.¹¹⁷

A quantidade de quintais de pau-brasil exportados no século XIX era bem modesta comparada com os três séculos anteriores. Se em 1754, um contratador identificado como Geraldo Weyne & Cia arrematava um contrato de nove anos no qual podia retirar até 20 mil quintais anualmente nas proximidades do litoral pernambucano¹¹⁸, a “Provisão de 10 de março de 1826” enviada para a Junta da Fazenda da Província de Pernambuco determinava que se estabelecesse um contrato e esperava que fossem explorados 4 mil quintais* por ano.¹¹⁹

Não há informações precisas sobre quem foi o último contratador e mesmo se ocorreram contratos no século XIX. Há informação, por exemplo, por volta de 1816, que o corte poderia ser feito por qualquer pessoa, desde que fosse entregue nos armazéns do governo, conforme noticiou o *Correio Brasiliense*. Uma edição do jornal, de junho de 1816, noticiava que em Pernambuco um armazém destinado ao depósito do pau-brasil ficava sob a responsabilidade de um administrador que chamavam “fiel”. Também informaram que era permitido a todos cortarem o pau-brasil em qualquer lugar com tanto que levassem para vender ao “fiel” que pagava certa quantia pelo quintal.¹²⁰

A exploração da árvore teve outro espaço nas discussões políticas no ano de 1818, quando foi formulada uma resolução de consulta. Nela o objetivo expresso era fazer um novo regulamento para a exploração do pau-brasil ainda sob o Regimento de 1605, embora com algumas alterações nos séculos anteriores. Para os conselheiros, a construção de um novo regulamento era necessária “visto não ser compatível com o estado atual da agricultura e comércio a restrita observância de todo disposto no referido regimento”.¹²¹

O estanco trazia, na opinião da maioria do Conselho, três prejuízos, nenhum deles relacionados com a conservação da árvore. Primeiro, impedia o agricultor de

¹¹⁷ “Resolução de 30 de setembro de 1818”. Coleção das Leis do Império, op. cit.

¹¹⁸ SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

* Um quintal equivale a 58.982 quilos. SIMONSEN, Roberto. “História econômica do Brasil, 1500-1820”, op. cit.

¹¹⁹ “Provisão de 10 de Março de 1826”. Coleção das Leis do Império, op. cit. ou na “Legislação Brasileira ou Coleção cronológica das Leis, op. cit.

¹²⁰ SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

¹²¹ “Resolução de 30 de Setembro de 1818”. Coleção das Leis do Império, op. cit. ou na Legislação Brasileira ou Coleção cronológica das Leis, op. cit.

cultivar livremente; segundo, como causa do primeiro, diminuía as rendas, pois o governo recebia menos impostos da agricultura, e terceiro trazia a necessidade e o problema para o governo de está sempre punindo o contrabando.

Para alguns conselheiros era necessário tornar o negócio do pau-brasil interessante aos grandes proprietários, fazendo com que estes não vissem um inconveniente com a presença da árvore “em suas matas” e não fossem colocados obstáculos para a agricultura. Para eles a melhor solução para as terras onde tinha pau-brasil era dar prioridade para a lavoura, sem as restrições colocadas. Assim, percebe-se que a presença da árvore só se justificaria se garantisse algum lucro para os proprietários.

O “estanco” era considerado o principal problema. A existência do monopólio da árvore trazia na opinião de alguns conselheiros o “atraso” para a lavoura e estimulava o contrabando.

O estanco do pau-brasil nas atuais circunstâncias é sem contradição um obstáculo à lavoura em toda a longa extensão em que se acham as suas matas [...] ¹²²

Mas o que parecia incomodar mais aos conselheiros, não era o estanco, mas a necessidade do pedido de licença para o corte do pau-brasil, mesmo que para fins particulares.

Esses lavradores não podem cortar estas madeiras para os seus misteres, sem preceder licença de autoridades colocadas em imensa distância da sua habitação e, sendo muitas vezes urgente a necessidade dessa madeira, hão de perder os seus trabalhos ou hão de perpetrar o crime de cortarem o pau-brasil de que carecem.

Facilmente não poderá lembrar um obstáculo mais poderoso contra o bem da agricultura, e é dessa maneira que se pode explicar o fato de em cinco anos não se terem pedido meia dúzia de licenças a este Conselho para o corte dessa madeira para os misteres da lavoura;

¹²² “Resolução de 30 de Setembro de 1818”, idem.

Constando aliás que são muitas as fazendas, em cujas matas entre cinco não se pode cortar um pau que não seja brasil.¹²³

Outra situação era o impedimento da venda da madeira por parte “dos donos das matas”. Desta forma, tanto “lavradores” como “proprietários” não viam vantagens em ter a árvore nos seus terrenos, ao contrário.

Nesse estado de coisas, os lavradores ou proprietários têm por uma desgraça a existência do pau-brasil nas suas terras, e é bem supor que desejem e procurem libertar-se por todos os meios possíveis desse ônus, de que não lhes vêm lucro algum. Estes inconvenientes [...] mostram com evidência a necessidade de substituir a legislação do sobredito regimento de 1605.

No caso das matas reservadas à Coroa, nas cartas enviadas pelo ministro Sousa Coutinho para diversas capitanias na década de 1790, ele defendia posição contrária. Em carta enviada à Bahia em 1799, por exemplo, escrevia que era importante proibir “a indiscreta e desordenada ambição dos habitantes, que com o pretexto das suas lavouras, tem assolado e destruído preciosas matas a ferro e fogo”.¹²⁴

Para o Conselho era importante “conservar o rendimento do comércio do páo brasil”, considerava que não era indiferente ao Real Erário a venda de mais de trezentos mil cruzados que a venda da madeira, pela Coroa, dava nos mercados de Londres. Mas, na opinião deles, esse rendimento poderia ser garantido de melhor forma caso fossem os proprietários os responsáveis pelo corte da árvore.

He a opinião do sobredito Conselho que importa conservar ao patrimônio real o rendimento do estanco do commercio do páo brasil [...] mas he também a sua opinião que os obstáculos que este estanco põe ao adiantamento da agricultura, e os inconvenientes que resultão do contrabando, não se podem tirar e evitar, se não houver Vossa Magestade por bem interessar os grandes proprietários no córte do mesmo páo brasil.¹²⁵

¹²³ “Resolução de 30 de Setembro de 1818”, *idem*.

¹²⁴ Citado por PÁDUA, José Augusto, *op. cit.*

¹²⁵ “Resolução de 30 de Setembro de 1818”, *op. cit.*

Na Resolução de 1818, apesar das críticas ao “estanco” na proposta final ele foi mantido. Era proibido o corte sem a devida licença das autoridades. Pela proposta, seria mantido o monopólio, mas caberia aos proprietários cortar a madeira, cabendo ao Estado oferecer preços atraentes.

Quanto ao primeiro objeto: que deve renovar-se o estanco do corte e comércio do pau-brasil, como um gênero privativo do real patrimônio, proibindo o seu corte em toda e qualquer parte em que ele se achar, debaixo das penas estabelecidas neste regimento.

Quanto ao segundo, parece melhor método encarregar aos grandes proprietários o corte do pau-brasil por preço razoável.¹²⁶

A terceira resolução traz, mais uma vez, a questão do domínio da propriedade de terra, reafirmando a crescente recusa a interferências dentro das propriedades. A opinião era que a conservação das matas onde houvesse pau-brasil dentro de áreas particulares deveria ser da responsabilidade dos proprietários. Mas também caberia ao Estado o poder para “uma inspeção geral”.

Sendo indispensável dar a regra e o método para a conservação das matas, devem os proprietários das particulares ser encarregados de sua guarda e conservação, de baixo da inspeção que for estabelecida, e das públicas deve responder na mesma inspeção a Câmara do respectivo Distrito.¹²⁷

Parece que esse debate também fazia parte de outras regulações da Coroa, quanto aos recursos naturais. O próprio Baltasar da Silva Lisboa, em 1823, publicou o livro *Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria*, dedicado ao novo imperador, em que manifestava a esperança de que o tema recebesse,

¹²⁶ “Resolução de 30 de Setembro de 1818”, *idem*.

¹²⁷ “Resolução de 30 de Setembro de 1818”, *idem*.

os cuidados do nosso corpo legislativo, para as saudáveis regulações que, conciliando o sistema liberal no exercício da propriedade dos cidadãos com os direitos não menos sagrados do interesse geral do Império, previna a destruição e promova a reprodução das matas.¹²⁸

Na mesma Resolução foram apresentadas as opiniões divergentes e que constituíam os votos separados. Os conselheiros Antônio Luiz Pereira da Cunha, Luiz Barba Alardo de Menezes e Luiz Thomas Navarro de Campos defendiam a permanência do estanco do pau-brasil e que se estabelecesse contratos. A justificativa era que se perderia uma renda que não poderia ser a mesma se o processo seguido não fosse este. Na opinião deles, porém, era preciso regular as obrigações e limites dos contratadores e proprietários para conter os abusos.¹²⁹

O conselheiro Francisco Baptista Rodrigues defendia que “o dito regimento devia vigorar para o futuro, e que não admitia alteração alguma, senão na modificação das penas e concessão de licenças a respeito dos cortes”. Já o conselheiro Francisco Xavier da Silva Cabral tinha a opinião de que deveria subsistir o regimento do pau-brasil, “devendo, porém a pena capital imposta contra os transgressores ter modificação”.¹³⁰

Ainda não há definição clara sobre os principais cultivos que eram produzidos nas matas com pau-brasil.¹³¹ Sabe-se que, no início do século XIX, a produção de algodão em Pernambuco era nessas matas. Inclusive há uma memória que foi escrita pelo fazendeiro João Paulo de Araújo, sem data, mas com a referência de que foi feita no tempo do governador Luiz do Rego Barreto (1817–1821). Na memória há informações sobre a cultura do algodão e a exploração do pau-brasil.

Não entra na menor duvida, que a cultura do algodão, que fecundamente produz nas mesmas catingas, fabricado por homens rudes, que comumente estabelecem uns sobre a

¹²⁸ Citado por PÁDUA, José Augusto, op. cit.

¹²⁹ Resolução de 30 de setembro de 1818”, op. cit.

¹³⁰ “Resolução de 30 de Setembro de 1818”, idem.

¹³¹ No século XIX, as ordens determinando a exploração do pau-brasil se destinavam a Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. Também a região de Cabo Frio, no Rio de Janeiro, e algumas áreas do Espírito Santo forneceriam número considerável de pau-brasil. SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

destruição de outros interesses, tem cooperado para a extinção do pau-brasil, e atalhado o seu tráfego e exportação.

Um espaço roçado, levando todos os anos a oito o pau-brasil e as demais árvores inúteis, e tudo reduzido a cinza, ficando tostados os troncos, e morto o germe, como acontece nas madeiras compactas, arrancando-lhe de mais a mais o malicioso agricultor até as raízes, para nunca mais rebentarem.¹³²

No ano de 1806, Pernambuco e Maranhão eram os maiores exportadores de algodão para Portugal. No ano de 1819, também eram os primeiros colocados, apesar do valor total das exportações aparecer nas tabelas com preço bem menor do que de outros produtos como o café. Somente no século XVIII que a Europa começou a empregar o algodão em maior escala, “Divulgado o uso do algodão para o fabrico de panos, tomou sua cultura grande incremento no Norte e no Nordeste brasileiro. Em Pernambuco, no final do século XVIII, alcançou em certos anos tanta importância como o açúcar”.¹³³

Sobre o método para conservar, sugeria o fazendeiro João Paulo de Araújo em sua memória: “O pau-brasil nunca deve ser derrubado rête com o xão, se não deixando-se quatro palmos de tronco, para rebentarem renovos, mutilados os quaes fique somente um até dois, que cresão, e tomem corpo de árvores”. Essa prática já era sugerida no Regimento de 1605, conforme o seguinte trecho:

e porque outrosym sou informado, que a causa de se extinguirem as matas do dito páo como hoje estão, e não tornarem as arvores a brotar, é pelo máo modo com que se fazem os córtes, não lhe deixando ramos, e varas, que vão crescendo, e por se lhe pôr fogo nas raizes, para fazerem roças; Hei por bem, e Mando, que daqui em diante se não fação roças em terras de matas de páo do brasil, (...) e que nos ditos córtes se tenham muito tento á conservação das arvores para que tornem a brotar, deixando-lhe varas, e troncos com que os

¹³² ARAÚJO, João Paulo de. “Memória sobre a conservação e propagação do pau-brasil”. *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 10, 163(416): 381-383. Rio de Janeiro, jul.-set. 2002. .

¹³³ SIMONSEN, Roberto C, op. cit.

possão fazer, e os que o contrário fizerem serão castigados com as penas, que parecer ao Julgador.¹³⁴

Aires de Casal, também no início do século XIX, escreveu sobre esse método, sugerindo inclusive as melhores épocas para se fazer o corte:

Estas árvores, que se dão tanto em morros, como em varzeas, tornão a rebentar da porção do tronco, que ficou pegada a terra. Nota-se que nos matos, onde há abundância de pau-brasil, não se encontram "tapinhuans", nem "paróbas". Hé pau pesado, exelente para construção de edifícios; metido em água, dura eternamente; no fogo estala muito e não faz fumaça". Certo observador notou que o tempo do corte dessa madeira mais próprio para o rendimento da tinta, era o período da lua-nova no inverno, e o do quarto-crescente no verão.¹³⁵

Segundo Castro a rebrota é uma técnica usada até hoje e tem bons resultados.¹³⁶ Ele explica que “diferentemente das roças de gêneros de subsistência – cultivadas praticamente entre os tocos da antiga mata e abandonadas após dois ou três anos, o que abria possibilidade para o retorno da floresta – as culturas de algodão, como as de cana, eram mais intensivas e permanentes”. Castro também considera que o sistema de cultivo proposto na memória é parecido com o sistema agroflorestal adotado atualmente.¹³⁷ Ele se refere à proposta, da memória de João Paulo de Araújo, de que o agricultor de algodão deveria:

meter na terra juntamente com as das suas lavouras a semente do pau-brasil, em distância de 50 braças uma da outra, a fim de que no terceiro ou quarto ano da colheita de sua lã, fique com um sólido patrimônio desta madeira, independente da

¹³⁴ Documento completo em FERRAZ, A. L. Pereira, “Terra da Ibirapitanga”.op cit.

¹³⁵ AIRES de Casal, Corografia Brasílica, citado por SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

¹³⁶ Segundo Castro, as plantas que rebrotam requerem muito menos práticas de manejo e a maior ameaça a elas é o desmatamento. ABREU CASTRO, Carlos Ferreira, op. cit.

¹³⁷ ABREU CASTRO, Carlos Ferreira, idem.

regularidade das estações, e possa ao depois servir-se dos seus intervalos para replanta da mesma lã.¹³⁸

João Paulo de Araújo considerava que a exportação do pau-brasil, que era forte, se enfraquecia e poderia acabar devido à falta “de atenção em propagar e conservar a árvore”. Escreve o autor que para o preparo do roçado a mata era reduzida a cinza, para que as árvores não voltassem a crescer. A sua sugestão para uma nova legislação previa penas parecidas às aplicadas aos contrabandistas. Parece que na sua visão não havia problema em derrubar e colocar fogo nas matas. Para ele, o problema consistia em não retirar a árvore antes do fogo, assim, como usar a madeira para motivos menos nobres como a carpintaria.

2º O agricultor, que derrubar matas, que tenham pau-brasil, e lhes tocar fogo a montão, sem que primeiro o ponha a bom recado, para ser conduzido para a Praça; e não fizer outro sim um aceiro derredor dos troncos para o fogo lhes não matar o germe, terá a mesma pena dos descaminhadores do Fazenda Real; cometendo igual crime os que lançarem mão de semelhante madeira para cercados, casas, ou outra qualquer obra de carpintaria ou marcenaria.¹³⁹

Observa-se que João Paulo de Araújo se preocupa com o fim do comércio da árvore, e não com a árvore em si. Ele escreveu que o roçado preparado todos os anos provocava a destruição do pau-brasil com “as demais árvores inúteis”. É interessante perceber que as outras árvores são percebidas como inúteis, mostrando como o interesse que ele expressa na conservação do pau-brasil consiste no valor da árvore.

A sua exportação fez em outro tempo um grosso ramo de comércio nesta Capitania; mas de dia em dia enfraquecido, vai correndo ao ponto de finar-se se não houver atenção em conservar e propagar um tesouro espontaneamente oferecido pela munificente Natureza.¹⁴¹

¹³⁸ ARAÚJO, João Paulo de, op. cit.

¹³⁹ ARAÚJO, João Paulo de, idem.

¹⁴¹ ARAÚJO, João Paulo de, idem.

Em vários documentos do século XIX fica claro que a madeira do pau-brasil seria enviada para a Europa para a extração da “brasileína” (corante retirado da madeira). João Paulo de Araújo informava sobre a utilidade do pau-brasil no século XIX: “O âmago encarnado do pau-brasil, além de servir para obras polidas de marcenaria e ter duração eterna na construção de casas, o seu principal consumo é nas tinturarias, comprado pelas nações fabris em atenção à abundância da tinta que dele se extrai”.

Em 1826, poucos anos depois da emancipação política em 1822, com o objetivo de conservar a árvore e controlar o contrabando, o monopólio era reafirmado, e se ordenava que a exploração fosse feita por contratos. A Provisão de 10 de março de 1826 foi escrita no Rio de Janeiro, assinada pelo ministro Manuel Jacinto Nogueira da Gama, visconde de Baependi. A provisão foi dirigida à junta da fazenda Pública da Província de Pernambuco. Escrevia o visconde de Baependi que “sendo o produto da venda do pau-brasil uma das rendas nacionais que se acham aplicadas às despesas públicas”,¹⁴³ era preciso tirar dela a maior vantagem possível e que era importante acabar com o contrabando. Determinava quatro ordens para a Junta de Pernambuco em nome do Imperador, declarando como objetivo uma eficaz exploração do pau-brasil.¹⁴⁴

Uma dessas ordens era que o corte se fizesse por contratadores, pois considerava que era mais fácil praticar o “abuso” e “extravio” sendo muitos e diversos os empregados no corte e conduções daquela “tão preciosa madeira”. Essa medida também era tomada com a justificativa de que a despesa seria diminuída.

Para o visconde de Baependi, era necessário que as técnicas na exploração garantissem que não haveria falta da madeira no futuro. Além de sugerir que o corte deveria ser feito em estações em que a madeira daria maior quantidade de tinta, ele também citou as formas e cuidados que deveriam ser tomados no corte.

que a Junta haja de dar as mais eficazes providências para que não se estrague tão útil gênero privativo da nação, fazendo-se os cortes nas estações próprias, e em que as árvores e galhos contêm maior abundância de suco colorante, e deixando-se 4 a 5 palmos de tronco até a raiz, a fim de que possam reproduzir-se estas árvores, não sendo impedidas pelo fogo, de que se

¹⁴³ “Provisão de 10 de Março de 1826”. Legislação Brasileira ou Coleção cronológica das Leis, op. cit.

¹⁴⁴ “Provisão de 10 de Março de 1826”, idem.

devem livrar com o maior cuidado para que de futuro não haja falta de tão preciosa madeira.”¹⁴⁶

A preocupação do visconde de Baependi era para que não fosse estragado um gênero que considerava útil para as rendas do governo. Nesse discurso o pau-brasil é “útil gênero privativo da nação”. Além disso, o interesse em conservá-lo era para manter um produto comercial que contribuía para a prosperidade da “nação”. O interesse é combater, além das técnicas consideradas impróprias no corte, também combater uma prática que o visconde chamou de “extravio”, ou seja, o contrabando. Seu objetivo está em conservar a árvore para o futuro, manter sempre esta renda.

Através de suas ordens, há mais um exemplo de que na Europa a madeira seria usada para obtenção de tinta, dada a sua preocupação em garantir que “as árvores fossem cortadas nas estações próprias, em que as árvores e galhos contêm maior abundância de suco colorante”.¹⁴⁷

Também era importante garantir o valor da madeira nos mercados europeus, e para isso foi ordenado uma fiscalização para manter a qualidade da madeira enviada. Assim era determinado que só fosse comprada pelo governo madeira de boa qualidade. Para isso era necessário “que para o corte e escolha do pau-brasil haja a Junta de dar as necessárias instruções e bitolas, a fim de que somente se pague o que for de boa qualidade e bem preparado, para não perder o seu valor nos mercados da Europa”.¹⁴⁸

Mesmo com todos os cuidados expressos nas ordens governamentais, na prática, a madeira não chegava em bom estado na Europa. Na Provisão assinada pelo ministro da fazenda Calmon du Pin e Almeida, de 18 de abril de 1828, por exemplo, denunciava-se que a venda do pau-brasil não estava dando os lucros esperados na Europa, pois havia a concorrência de outras “madeiras colorantes”, mas principalmente “pelas irregularidades e desleixo que têm havido nas remessas feitas”. A Provisão era dirigida para a província do Rio Grande do Norte. A madeira chegava rachada e imperfeita e muitas vezes modificada pela água do porão dos navios. Assim para que não se arruinasse “um ramo importante das rendas públicas” eram ordenadas algumas medidas que visavam garantir que chegasse na Europa uma madeira de boa qualidade.¹⁴⁹

¹⁴⁶ “Provisão de 10 de Março de 1826”, idem.

¹⁴⁷ “Provisão de 10 de Março de 1826”, idem.

¹⁴⁸ “Provisão de 10 de Março de 1826”, idem.

¹⁴⁹ “Provisão de 18 de abril de 1828”, idem.

Primeiro que todo pau-brasil enviado fosse de “melhor qualidade, em toros grossos, sem fendas ou rachas. Além disso, “cada toro deveria ser marcado, procedimento que não poderia deixar de ser feito”, pois conforme vinha na Provisão muito contribuía para “o crédito do gênero”. O pau-brasil que era embarcado para a Europa tinha que ser qualificado e marcado com as letras “G.B” (governo brasileiro). Os armazéns da madeira eram nacionais e administrados pela Fazenda. Nesse período depois de qualificado e marcado, o pau-brasil era levado quase todo para Londres, onde havia um depósito mantido pela Fazenda Nacional.¹⁵⁰

Também não poderiam ser enviados toros de árvores muito novas e finas, a árvore deveria ser retirada quando estivesse em um “grau de maturidade” ideal. Outro conselho era para que ela fosse embarcada segundo uma velha prática de arrumar os toros nas cobertas e entre sacas de algodão.

Que todo pau-brasil seja cuidadosamente embarcado e bem acondicionado a bordo dos navios, preferindo-se a antiga prática de arrumar os toros nas cobertas e entre sacas de algodão, e deixando-se absolutamente o uso de metê-lo no porão dos navios em contato com a água salgada.¹⁵¹

Não se sabe como essas medidas foram colocadas em prática ou se foram mesmo adotadas. Em 1832, ao contrário do que escrevia Calmon du Pin e Almeida, dizendo que o pau-brasil tinha baixos preços nos mercados europeus, Bernardo Pereira de Vasconcelos escrevia em Relatório apresentado à Assembleia que o produto era bem aceito nesses mercados. Sugerindo até mesmo que as acusações de que o pau-brasil não dava mais lucro, eram incentivadas por interesses particulares. Bernardo Pereira de Vasconcelos escrevia também que não importando os resultados da química com a procura de corantes artificiais, a tinta que se extraía do pau-brasil não teria sua demanda diminuída.¹⁵³

Qualquer que sejam os resultados dos esforços da química para descobrir féculos, ou substâncias, que supram a preciosa tinta, que se extrai deste producto brasileiro, que mereceu dar o nome

¹⁵⁰ “Provisão de 18 de abril de 1828”, *idem*.

¹⁵¹ “Provisão de 18 de abril de 1828”, *idem*.

¹⁵³ “Relatório de 1932”, transcrito por SOUZA, Bernardino José de, *op. cit.*

à mais rica e fértil porção do globo, ela nunca conseguirá, já não digo inutilizá-lo, mas mesmo diminuir a sua demanda. O depreciação, que por vezes se disse que este gênero sofria nos mercados da Europa, se não foi um artifício aí usado para fins particulares, teve outras causas, que não é mister explicar, e não a inverídica falta de demanda.¹⁵⁴

Provavelmente ele estava se referindo à “anilina”, que era uma substância descoberta em 1826 e seria a matéria-prima da indústria dos corantes artificiais que teve seu início na década de 1850. Nesse discurso fica claro que havia certo exagero ao exaltar as possibilidades do comércio, e talvez houvesse mesmo um depreciação da madeira nos mercados da Europa, mas a causa ainda não era o uso da anilina. Pode ser que não houvesse mesmo um cuidado para se exportar um produto de qualidade.

Esse mercado era sustentado por uma demanda que vinha da Europa, principalmente a Inglaterra recebia a madeira. Como foi visto acima, o uso que se fazia da madeira do pau-brasil para obtenção de tinta vermelha remontava há séculos e assim continuou na indústria europeia durante o século XIX até a completa introdução das tintas artificiais.

Na década de 1830, não tinha sido feito um novo regulamento para o pau-brasil. O novo regulamento viria em 1842, provavelmente pelas críticas feitas por Bernardo Pereira de Vasconcelos, em 1832 e Manuel Alves Branco, em 1840. Como observa Ligia Osório Silva, após o ato histórico de desatamento dos vínculos coloniais, inicia-se um período de transição, no qual as normas do regime colonial ainda existiam. Somente com o tempo foi se formando o Estado nacional.¹⁵⁵

A maioria da elite política imperial preocupava-se com a “imposição da ordem” na ex-colônia. Muito em decorrência também da composição heterogênea das diversas regiões. As revoltas ocorridas em diferentes regiões entre os anos de 1831 e 1848 são apontadas por Carvalho como “a melhor indicação das dificuldades em estabelecer um sistema nacional de dominação”.¹⁵⁶

¹⁵⁴ SOUZA, Bernardino José de, *idem*.

¹⁵⁵ SILVA, Ligia Osório, *op. cit.*

¹⁵⁶ CARVALHO, J. M. de. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988..

No mesmo relatório de 1832, o ministro da fazenda, Bernardo Pereira de Vasconcelos apresenta uma posição mais objetiva em relação aos direitos dos proprietários, se comparada com as posições da Resolução de Consulta de 1818. Compara o monopólio a um “bárbaro método” que provocava a insatisfação dos “proprietários dos terrenos, que dele abundam, inspirava-lhes o desejo exterminador de acabar de uma vez a sua semente”.¹⁵⁷

Para o ministro, as soluções para os problemas da exploração do pau-brasil partiam do princípio de “que se sujeitasse a disposições liberais e proveitosas”. Para ele muitos problemas seriam resolvidos

logo que as suas propriedades não forem invadidas, logo que o confisco e outras penas não perseguirem aos cortadores, logo que a Fazenda Pública pagar prontamente aos que lhe vierem oferecer o seu gênero, ou logo enfim que se adote um sistema menos banal, como é possível crer que o sesmeiro do Brasil despreze mais um meio de indústria, mais um veículo de riqueza?¹⁵⁸

Em 1840, apesar desses “resultados da química”, o pau-brasil continuava a ser mandado para a Europa, e contribuía para as rendas públicas. Manuel Alves Branco em seu Relatório do mesmo ano escrevia: “A renda proveniente da venda do pau-brasil, que é um dos poucos gêneros, em que com vantagem se podem fazer as remessas para a Europa em pagamento da nossa dívida”.¹⁵⁹

Manuel Alves Branco pensou na possibilidade de enviar para a Europa, já reduzido, o extrato do pau-brasil.¹⁶⁰ Foram enviadas amostras para análise química para investigar a possibilidade de ser enviado o extrato já reduzido da madeira. Porém,

¹⁵⁷ “Relatório de 1932”, citado por SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

¹⁵⁸ SOUZA, Bernardino José de, idem.

¹⁵⁹ Documento transcrito por SOUZA, Bernardino José de, idem.

¹⁶⁰ Em 1808, o químico francês Michel-Eugene Chevreul, diretor do departamento de tinturaria da Manufacture des Gobelins, conseguiu isolar a “brasilina”. O trabalho de Chevreul foi apresentado com o título “Expériences chimiques sur les bois de brésil e de campeche”. A brasilina é uma substância incolor encontrada na planta viva. Após um processo de fermentação e oxidação se transforma em brasileína, de cor vermelha, já útil para tingir. ROQUERO, Ana, op. cit.

depois dos resultados chegou-se a conclusão de que não convinha exportá-lo de tal maneira, pois eram necessárias grandes despesas.¹⁶¹

Na Resolução de Consulta de 1818, umas das novas ideias sugeridas era ensinar o método de se extrair a tinta. Dever-se-ia dar permissão para a extração de tinta ensinando-se o melhor método, mas isso não ocorreu. Assim, a resolução sugeria: “permitir a extração da tinta do páo brazil, isto hé, do refugado, e ainda dos restos que ficão nas matas depois de feitos os córtes, fazendo ensinar o methodo pratico de se fazer essa operação, e sujeitando esta e a venda do seu producto a huma fiscalisação”.¹⁶²

W. Dean, analisando as limitações de uso de novas técnicas na produção brasileira no início do século XIX, considerava que havia muitos obstáculos que faziam com que os produtos do Brasil sofressem com a concorrência estrangeira. Era o que, por exemplo, ocorria com a carne de sol, que não era aceita e que não sofria um benefício melhor, por causa do monopólio e os impostos sobre o sal. Além disso, o açúcar que poderia ser exportado em barris com custos menores, era enviado em caixas de madeira. Considerando esse contexto, o autor afirma que o mercantilismo pode ter sido o motivo do pau-brasil ser exportado em toros em vez de ser em tintura. Em relação a outros corantes, no Brasil tentou-se por alguns anos a exportação do índigo e da cochinha. O primeiro era um corante azul extraído de espécies nativas da *Indigofera*. O segundo era um inseto do qual se extraía um corante vermelho. Mas estes itens ficaram poucos anos na pautas de exportação desaparecendo quase que totalmente por volta de 1820.¹⁶³

Cada vez era mais entendido como um “mal causado aos proprietários” as práticas que eram mantidas para a exploração do pau-brasil. Um argumento que prevaleceu entre todos os usados contra o estanco foi o da “invasão” das propriedades. As principais decisões vieram com uma lei de 1841 que determinava que somente os proprietários dos terrenos onde havia pau-brasil poderiam cortar a árvore, e a lei que colocou fim ao monopólio, em 1859. Além das questões que eram próprias à exploração da árvore, é importante lembrar que, na década de 1840, foi discutida a regulamentação das ocupações de terra no Brasil, o que resultou na lei de Terras de 1850. As resoluções

¹⁶¹ SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

¹⁶² “Resolução de 30 de setembro de 1818”, op. cit.

¹⁶³ DEAN, Warren, op. cit.

desta lei devem ter colaborado para que não houvesse mais sentido a permanência do monopólio.¹⁶⁴

Argumentos parecidos aos de Bernardo Pereira de Vasconcelos foram usados por Manuel Alves Branco quase oito depois. Alves Branco coloca o problema do contrabando como principal. Por causa do contrabando “a renda proveniente da venda do pau-brasil [...] vai de certo acabar”. Ele enumera três problemas que levavam ao contrabando:

1º O desejo que têm os proprietários de terras de se verem livres de um produto em suas matas, que não só os expõem a grandes comprometimentos, como também suas fazendas a serem devassadas por gente ordinária, e que muitas vezes lhes causam grandes ruínas.

2º O baixo preço por que o Estado paga o corte e condução, em frente do contrabandista, que paga o duplo e o triplo.

3º A maneira por que a Grã-bretanha tem entendido o Tratado de Comércio, dando franca entrada nas suas Alfândegas a uma mercadoria excetuada pelo mesmo, como exclusiva da Coroa do Brasil.¹⁶⁵

O primeiro e segundo problemas são ligados ao uso da terra e aos direitos que os proprietários desejavam ter. Dessa forma, Alves Branco propõe melhores preços para o corte e condução, e a liberação do corte, com a condição de se entregar parte ao governo. As soluções procuravam manter a exploração da árvore em um ritmo que o Estado pudesse aproveitar das suas rendas, mas que garantia vantagens aos proprietários.

¹⁶⁴ No século XIX, havia outras limitações à propriedade plena, como o direito de servidão de passagem. SECRETO, Maria Verônica. “Fronteiras em movimento: o Oeste Paulista e o Sudeste Bonaerense na segunda metade do século XIX. História comparada”. Tese de doutorado. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas: SP, 2001. Osny Duarte Pereira cita que no Império o art. nº 70 da Lei de 21 de outubro de 1843, o Regulamento nº 363 de 20 junho de 1844 e a circular de 5 de fevereiro de 1858 estão enumerando as madeiras cujo corte era reservado mesmo em terras particulares. PEREIRA, Osny Duarte. Direito Florestal Brasileiro. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1950.

¹⁶⁵ “Relatório de 1940”, em SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

Quanto ao mal, que sofrem os proprietários, isso poderia remediar-se, declarando-se que só pudessem cortá-la em suas terras, aqueles que se obrigassem a fornecer ao governo certa soma de quintais¹⁶⁶ de boa madeira, sob pena de pagar uma multa proporcional.¹⁶⁷

Caso essas medidas não dessem os resultados esperados seria melhor, em sua opinião, acabar com aquele monopólio que já era insustentável. Tornar-se-ia livre o comércio e cobrar-se-ia um direito de exportação mais forte do que a dos outros gêneros. Uma proposta de Alves Branco era que caso se provasse que a madeira fosse plantada a taxa seria menor.¹⁶⁸

No ano seguinte o art. 11 da Lei 243 de 30 de novembro de 1841, estabeleceu:

O corte do pau-brasil será unicamente feito pelos proprietários dos terrenos que o produzem. O governo fica autorizado a pagá-lo até a quantia de 8.000 o quintal.¹⁶⁹

O regulamento, que foi feito para lei de 1841, deixou muitas restrições para “os donos das matas onde abundava pau-brasil”. Essas restrições podem ter sido ainda a permanência de algumas reclamações. Por exemplo, no primeiro artigo há indicação de que haveria proibições do corte em determinadas províncias.

O corte do pau-brasil nas Províncias em que for permitido pelo governo,¹⁷⁰ será unicamente feito pelos proprietários dos terrenos que o produzem, conforme as exigências das Tesourarias.¹⁷¹

¹⁶⁶ Unidade de peso e medida equivalente a quatro arrobas, ou seja, aproximadamente 60 quilos. Arquivo Nacional, op. cit.

¹⁶⁷ “Relatório de 1940”, op. cit.

¹⁶⁸ “Relatório de 1940”, idem.

¹⁶⁹ Lei 243 de 30 de novembro de 1841, citada por SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

¹⁷⁰ Há notícias posteriores de que algumas províncias tiveram o corte temporariamente suspenso “até que as matas, nimamente devastadas, se refaçam de árvores robustas ou mais ricas de princípio colorante”. “Relatório de 1843 do visconde de Abrantes”, citado por SOUZA, Bernardino José de, idem.

¹⁷¹ “Regulamento sobre o corte do pau-brasil de 11 de janeiro de 1842”. Coleção das Leis do Império, op. cit.

Mas a restrição maior viria no segundo artigo que previa que “no caso, porém que o proprietário recuse encarregar-se do corte”, a Tesouraria poderia “encarregar o mesmo corte a quem se propuser a fazê-lo com mais vantagem em favor da Fazenda Nacional”.¹⁷² Até mesmo para o corte nos terrenos devolutos havia restrições. Como estava no terceiro artigo: “Nos terrenos devolutos é permitido o corte a quaisquer pessoas, que foram para isso devidamente autorizadas pelas Tesourarias respectivas”. Além disso, os proprietários deveriam pedir permissão para o corte como fica claro no quinto artigo.

As pessoas que se propuserem ao corte assinarão termo por si, ou seu procurador, em que se deverá declarar o preço de cada quintal, e a quantidade que se obrigarão a cortar, sujeitando-se expressamente a não trazerem para o depósito senão pau-brasil de superior qualidade, sob pena de lhe ser rejeitada e queimada a porção que for qualificada como inferior. E prestarão, além disto, fiança idônea, salvo se forem proprietários dos terrenos.¹⁷⁴

A preocupação de enviar para a Europa somente o de melhor qualidade pode também ser notada na ordem do artigo seis. Mostrando que a exploração da árvore era objeto de interesse comercial para o governo. Essa preocupação era para garantir seu lugar nos mercados da Europa e para manter aquela renda pública.

Um dos feitores da mesa do Consulado, nomeado pelo inspetor da Tesouraria, será incumbido de examinar a qualidade do pau-brasil trazido pelos encarregados do corte, e rejeitará todo o que não for de superior qualidade [...] e quando se verifique de má qualidade o pau-brasil recebido pelas Tesourarias, e remetido para a Europa, o referido feitor será por isso responsabilizado.¹⁷⁵

¹⁷² “Regulamento sobre o corte do pau-brasil de 11 de janeiro de 1842”. Coleção das Leis do Império, op. cit.

¹⁷⁴ *idem.*

¹⁷⁵ *ibidem.*

Dessa forma, na mesma década em que se estava discutindo um projeto para regularizar as ocupações de terra, debatia-se o direito dos proprietários cortarem livremente o pau-brasil. Além disso, nas decisões há a preocupação de definir o tipo de ocupação da terra onde havia a árvore.

Para Márcia Maria Menendes Mota, a versão final da Lei de Terras de 1850, que foi debatida ao longo de sete anos, de 1843 a 1850, revela “os conflitos existentes à época de sua votação e expressa percepções diversas sobre os diferentes costumes e concepções em relação ao acesso à terra”. Ela considera que a lei não esteve automaticamente ligada ao problema da transição do trabalho escravo para o livre. Não foi também apenas resultado de clivagens partidárias e também não somente resultado dos interesses dos cafeicultores fluminenses. Para a autora a lei foi o resultado de todas essas situações e outras também.¹⁷⁶

O monopólio ainda permaneceu, mas não houve mais debates para regular a exploração. Ainda seria necessário licença do Estado e somente ele poderia exportar a madeira. O que pode ter contribuído para a permanência do contrabando. Como mostra um relatório apresentado à Assembleia Legislativa, em 1843, no qual escrevia o visconde de Abrantes: “O pau-brasil, cujo produto tem sido exclusivamente aplicado ao pagamento da dívida externa, continua a ser clandestinamente remetido para os mercados da Europa com notável detrimento do monopólio nacional”.¹⁷⁷

O fim do estanco deve ter sido a solução final para a exploração da árvore. Em 1859 a Lei nº 1.040 dispunha no seu art. 12: “Fica abolido o estanco da venda do pau-brasil e permitido o comércio deste produto nos termos da legislação fiscal que regula o de outros gêneros de exportação”.¹⁷⁸

O tema da conservação da árvore se encerrou conforme o problema principal foi resolvido, o monopólio. Mas permaneceram as críticas sobre a destruição do que entendemos hoje por Mata Atlântica. Em 1864, por exemplo, o ministro da agricultura, Domiciano Ribeiro escreveu “o lavrador entre nós é um nômade, que hoje cria e destrói aqui, para amanhã criar e destruir acolá.” No ano de 1878, outro ministro convocou um “Congresso Agrícola” que foi realizado no Rio de Janeiro e participaram proprietários

¹⁷⁶ MOTA, Márcia Maria Menendes. “Nas fronteiras do poder: conflitos de terras e direito agrário no Brasil de meados do século XIX”. Rio de Janeiro: Vício Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

¹⁷⁷ “Relatório de 1843 do visconde de Abrantes”, citado por SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

¹⁷⁸ SOUZA, Bernardino José de, idem.

rurais e profissionais da agricultura. Um dos objetivos era debater os “melhoramentos” da lavoura e somente uma minoria de participantes falou sobre o tema.¹⁷⁹

Portanto, as propostas de conservação da árvore naquele momento se ligam às preocupações da Coroa e de alguns políticos em manter um bem real contra o rareamento e contrabando e ao mesmo tempo repensar a legislação que regulava a exploração da árvore à luz de uma sociedade que mudava. Era importante pensar um novo regulamento num sentido de permanência de uma atividade econômica, não fazia sentido para eles manter regras incompatíveis com a realidade do país e ao mesmo que se “desprezasse mais um meio de indústria, mais um veículo de riqueza”. Pois “se a nação pode ter nele também uma fonte de permanente rendimento, por que desprezá-la, por que deixá-la em abandono , e ate concorrer para extinção de suas matas?”¹⁸⁰

Há, nos discursos de Bernardo Pereira de Vasconcelos, o uso do argumento de se estar invadindo um local privado. A situação da terra nos debates sobre a exploração do pau-brasil do século XIX, é que há um conflito entre a lógica do monopólio, que permaneceu mesmo com o fim da colonização e a lógica de propriedade plena. Nos debates há um amadurecimento na ideia de mais domínio sobre a terra e o fim das restrições colocadas pelas leis que regulavam a exploração do pau-brasil. No vastíssimo rol de proibições impostas, os documentos na verdade retratam muito bem tudo o que provavelmente faziam os moradores e os proprietários dos terrenos onde havia pau-brasil.

Como visto, passadas algumas décadas o corte ficou nas mãos dos proprietários dos terrenos onde havia pau-brasil e, anos depois, o estanco acabou. Mas no meio desse processo, houve sempre a tendência de tentar conjugar os interesses particulares com os interesses do Estado. O monopólio ou sua falta de aplicação foram vistos ou “usados” em alguns argumentos para explicar o rareamento da árvore. Algumas soluções para sua conservação também eram encontradas na definição de quem iria explorar a árvore. Mas acima de tudo, não importando nas mãos de quem estivesse o corte e o comércio, na maioria dos discursos defendia-se que a conservação da árvore seria conseguida com a adoção de alguns métodos e abandono de algumas práticas.

¹⁷⁹ PÁDUA, José Augusto, op. cit.

¹⁸⁰ “Relatório de 1932”, citado por SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

As principais práticas apontadas nos debates em torno da conservação do pau-brasil, no século XIX, eram o monopólio do governo, o contrabando, a falta de interesse dos proprietários, as queimadas e o descuido em garantir o crescimento de novas árvores. Em todos os relatos estudados a árvore era vista como um recurso econômico que não poderia ser desperdiçado. O interesse decorrente durante o século oitocentista em discutir e mudar a legislação da exploração do pau-brasil tinha como um dos principais objetivos o fim de práticas que eram consideradas incompatíveis com as ideias de uso da terra privada.

Também, a importância atribuída ao comércio, a preocupação em manter a sua qualidade no sentido de garantir boa obtenção do corante, e as tentativas frustradas de enviar o extrato já reduzido, permitem concluir que o comércio dessa madeira para fins tintórios foi ativo na maior parte do século XIX.

Além disso, a exploração do pau-brasil era importante para as rendas públicas no século XIX. A quantidade de pau-brasil na Mata Atlântica no século oitocentista ainda permitia com a sua venda uma renda para o Estado. A ocorrência dessa árvore deveria ser muito maior do que a que é permitida constatar através dos documentos oficiais, já que havia muito contrabando.

Nesse sentido é levantada a hipótese de que as propostas de conservação da árvore nesse momento se ligam às preocupações do Império e de alguns políticos em proteger um bem público contra o rareamento e contrabando, num sentido de permanência de uma atividade econômica. O que simbolizava o pau-brasil naquele momento para os políticos que regiam suas leis, está muito distante da nossa concepção sobre o pau-brasil, enquanto árvore considerada rara e em risco de extinção e também enquanto símbolo de uma natureza perdida.

A partir de 1840, são criados vários símbolos para representar a nação que então nascia. Nas artes, na literatura e na história foram criados e recriados. Na literatura, o índio e a natureza apareceram como símbolos no século XIX.¹⁸¹ Mas como destaca Pádua, os românticos brasileiros não chegaram a formular uma condenação da destruição do mundo natural, não havia uma crítica da destruição do ambiente.¹⁸² Somente a partir do século XX, os debates para conservação do pau-brasil vão colocar a

¹⁸¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. .

¹⁸² PÁDUA, J. A., op. cit.

árvore nesse conjunto de símbolos criados para representar a nação. Esse será o assunto do próximo capítulo.

TERCEIRO CAPÍTULO

Discursos sobre o pau-brasil sem valor comercial e considerado raro na natureza – início do século XX

Na maior parte do século XIX, a preocupação com o pau-brasil foi mais por seu valor comercial. Mas no decorrer daquele século, os corantes artificiais estavam pouco a pouco sendo usados em lugar de corantes vegetais. No início do século XX, além de não ter mais importância comercial, o pau-brasil também era considerado raro na natureza. Dessa forma, o objetivo deste capítulo é entender qual o significado do pau-brasil nos discursos no momento em que perde o valor comercial e é considerado muito raro na natureza nas primeiras décadas do século XX.

À medida que foi desaparecendo como mercadoria e ficando raro na Mata Atlântica, o pau-brasil vai aparecendo cada vez mais como um dos elementos na construção da memória da nação; passa a ser visto como “árvore símbolo da nacionalidade”, e até mesmo como monumento em espaços públicos. Dessa forma, a conclusão a que se chega é de que nos textos analisados defende-se a ideia de conservar a árvore por se tratar de um elemento carregado de significados e que ganhava cada vez mais espaço na memória dos brasileiros na medida em que quase não era mais encontrado na natureza.

É importante pensar que desde o século XIX a ideia de uma “nação”¹⁸³ estava sendo construída e ocorreram diversas mudanças políticas. A vinda da Corte portuguesa

¹⁸³ É importante destacar que os conceitos de “pátria” e “nação” crescem na luta política e social dos povos europeus a partir do século XVIII. Em diferentes povos e épocas eles tiveram conteúdos diferentes. São duas categorias usadas para obter algum tipo de identidade coletiva. O conceito de nacionalismo foi entendido e usado, em cada nação, a partir da procura de um destino comum que proporcionasse à sua população um sentido de pertencimento. OLIVEIRA, L. L. . A questão nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1990.

para sua colônia na América marcou o que na historiografia foi denominado de processo de “interiorização da metrópole”.¹⁸⁴.

Durante o período regencial (1831–1840), na regência de Pedro Araújo Lima, além do IHGB, também o Arquivo do Império tinha o apoio do governo e o objetivo da construção da memória e da escrita da história da nação. O IHGB¹⁸⁵ teve como projeto fazer uma “gênese da nação brasileira”, colocando-a dentro da civilização e progresso, desejava-se uma espécie de civilização branca e europeia. Os trabalhos tinham o objetivo de coletar e publicar documentos relevantes para a história do Brasil e incentivar no ensino público estudos de natureza histórica.¹⁸⁶

Durante o reinado de D. Pedro II, entre 1840 a 1889, houve maior esforço para a constituição da idéia de nação e de nacionalidade no Império brasileiro. A figura de D. Pedro II foi representada por meio de símbolos variados com o objetivo de estabelecer uma relação de identidade entre o monarca e o povo. Esses símbolos como a Coroa, as roupas e as cerimônias foram fundamentais. O Imperador “tomava parte de um grande projeto que implicava, além do fortalecimento da monarquia e do Estado, a própria unificação nacional que também seria obrigatoriamente cultural”¹⁸⁹.

Na Academia Imperial de belas Artes, por exemplo, foi produzido um conjunto de pinturas históricas que contribuíram para a criação da identidade nacional. Nesse local, nas produções artísticas em geral havia a exaltação do exótico, da natureza e do indígena romântico.¹⁹⁰

Também houve debate sobre quais seriam as origens da nação e do povo brasileiro. Um grupo de intelectuais, muitos falando através de instituições como o IHGB e patrocinados por D. Pedro II, escreveram sobre o assunto. Em 1840, o IHGB

¹⁸⁴ Ocorreu o processo que Maria Odila de S. Dias denominou “interiorização da metrópole”. O Rio de Janeiro se transformou em uma nova metrópole em relação às demais províncias da América Portuguesa. DIAS, M. O. S. “A interiorização da metrópole (1808-1853)”. In MOTA, C. G. (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

¹⁸⁵ O IHGB surgiu em 1838, com o objetivo de “inventar uma memória para um país”, assim havia uma preocupação em conservar toda memória que seus integrantes julgassem importante para a constituição desta memória. Lilia M. Schwartz. No próprio IHGB foi pensada a preservação de uma memória sobre a exploração do pau-brasil. O livro de Bernardino foi publicado principalmente pelo mérito de ter reunido tantas fontes sobre a exploração da árvore.

¹⁸⁶ GUIMARAES, M. L. L. S. “Nação e Civilização Nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e O Projeto de Uma História Nacional”. In *Revista Estudos Históricas*, n. 1, p. 5-27. Rio de Janeiro, 1988.

¹⁸⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit. p. 127.

¹⁹⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit. p. 144-150.

promoveu um concurso para premiar o melhor plano para se escrever a história do Brasil. O naturalista Carl von Martius, que escreveu o texto “Como se deve escrever a história do Brasil”, ganhou o prêmio. Em 1854, o primeiro-secretário do IHGB, Francisco Adolfo de Varnhagen escreveu “História geral do Brasil” considerado o livro fundador da historiografia brasileira.¹⁹¹

No texto de Martius há a definição de algumas linhas que a historiografia deveria seguir para dar uma identidade à nação que se formava. O historiador deveria mostrar a missão do Brasil de mesclar as três raças. Por fim, e coincidindo com o projeto centralizador que ocorria na política, ele propõe que a história nacional produzida deveria unir e transmitir “um conjunto único e articulado de interpretações do passado”¹⁹².

O “indígena como símbolo nacional”¹⁹³ foi umas das questões pensadas na época. Diferentes argumentos foram produzidos para defender o papel de índios e de portugueses como representantes da nacionalidade brasileira, também como uma forma de obscurecer a escravidão no país. Em alguns trabalhos literários produziu-se uma “representação romântica do indígena como símbolo nacional”¹⁹⁴. São exemplos, a obra “O Guarani” de 1851 de José de Alencar, também a ópera composta por Antônio Carlos Gomes chamada “O guarani”, inspirada no romance de Alencar. Os chamados “indianistas brasileiros” foram atacados por Varnhagen. Porém, ambos os grupos eram ligados ao Imperador.¹⁹⁵

Varnhagen escrevia em 1853 ao Imperador advertindo sobre os escritos indianistas de Gonçalves Dias, já que a literatura identificava “brasilidade” nos índios¹⁹⁶. Houve debate para saber o papel de índios e de portugueses na formação do povo brasileiro e como representantes da nacionalidade, apagando o papel do negro que representava uma contradição no seu papel de escravo¹⁹⁷.

A natureza também foi usada nesse “exercício de patriotismo”. Não havia grandes construções como castelos e templos, mas havia grandes rios e vegetação

¹⁹¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit.

¹⁹² GUIMARAES, M. L. L. S. . *Nação e Civilização Nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e O Projeto de Uma História Nacional*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

¹⁹³ Termo usado pela autora. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. Cit.

¹⁹⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit. p. 140.

¹⁹⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit.

¹⁹⁶ GUIMARAES, M. L. L. S. op. Cit.

¹⁹⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit. p.140-144.

exuberante. Além disso, “o ritual da realeza” seguia ritualística com uma mistura de elementos locais, como frutas e palmeiras, entre os trajes de uma realeza da Europa, num esforço de representação do Estado.¹⁹⁸

Com a emancipação política, Debret desenhou aquela que seria por 67 anos a bandeira imperial, um retângulo verde e um losango cor de ouro no centro, um escudo e uma coroa e ramos de café e tabaco em volta.¹⁹⁹

José Bonifácio de Andrada e Silva escreveu em 1823 que muito difícil seria a liga de tanto mental heterogêneo, com brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, em um corpo sólido e político.²⁰⁰

Também foram produzidas telas representando monumentos considerados importantes para a história nacional. Por exemplo, “A primeira missa no Brasil” de 1860 e produzida por Vitor Meireles. O indígena aparece como “símbolo nacional” em várias obras, como a escultura de Francisco Chaves Pinheiro, de 1872 e denominada “Índio simbolizando a nação brasileira”. Para Schwarcz, nos quadros como “A primeira missa no Brasil” de 1860 e o “O último tamoio” de Rodolfo Amoedo “os indígenas passivos e idealizados compõe a cena sem alterá-la fundamentalmente: é quase um elemento colocado à paisagem tropical”²⁰¹.

Em 1889, a monarquia brasileira caiu por diversos motivos: as mudanças socioeconômicas ocorridas no país a partir de 1870, a emergência de outras forças políticas, como militares e cafeicultores, a fragilidade e as críticas ao imperador..²⁰²

A vida do país passou por diversas mudanças a partir da República. Entre essas mudanças inclui-se a criação, por artistas e intelectuais adeptos do novo regime, de um conjunto de novos símbolos nacionais. As fontes de inspiração eram diversas e a nova simbologia deveria atender ao objetivo de dar legitimidade popular ao regime recém-instalado.²⁰⁴

¹⁹⁸ idem

¹⁹⁹ Ibidem.

²⁰⁰ DIAS, M. O. S. “A interiorização da metrópole(1808-1853)”. In: C. G. Mota (org.), 1822: dimensões. São Paulo, Perspectiva, 1986, p.174.

²⁰¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. “As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos”. Companhia das letras, 2edição. p.147

²⁰² CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. “O processo político-partidário na primeira república”. In: C. G. Mota(org.), Brasil em perspectiva. São Paulo, 1977.

²⁰⁴ CARVALHO, José Murilo de. “A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil”. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

“Com fontes de inspiração diversas – a França revolucionária, o ideário positivista, o federalismo norte-americano- a nova simbologia deveria atender ao objetivo dos detentores do poder de dar legitimidade popular ao regime recém-instalado nos Estados Unidos do Brasil.”²⁰⁵

Foi organizado um concurso para escolher o novo Hino Nacional. A construção de Tiradentes como herói da República foi outra importante obra dos artistas republicanos. Também começaram a ser propostas diferentes bandeiras para o novo regime.²⁰⁶

Os positivistas conseguiram liderar a definição de uma bandeira para a República. O modelo apresentado preservava aspectos da tradição, com a manutenção do verde-amarelo, representativo da riqueza nacional e ao mesmo tempo apontava para o futuro da nação com a divisa “Ordem e progresso”²⁰⁷.

Dentro do período que na historiografia é chamado de primeira república (1889-1930) aparece o Modernismo. Este foi um movimento artístico que tem seu início marcado com a Semana de Arte Moderna ocorrida em São Paulo no ano de 1922. Ele será caracterizado por uma virada para dentro do Brasil. Seus participantes queriam romper com a idéia de que o Brasil não tinha compromisso com a sua realidade. Realidade que ainda não estava bem definida, estava em jogo a própria identidade do Brasil.

Para J. M. de Carvalho, no Brasil do início da República inexistia o sentimento de comunidade, de identidade coletiva. Havia alguns elementos que compõe uma identidade nacional, como a unidade da língua, da religião e unidade política. “A busca de uma identidade coletiva para o país, de uma base para a construção da nação, seria tarefa que iria perseguir a geração intelectual da Primeira República”.²⁰⁸²⁰⁹

O período entre 1930 a 1954 ficou estabelecido na historiografia como a Era Vargas. Getúlio Vargas foi chefe da nação de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Na maior

²⁰⁵ idem.

²⁰⁶ ibidem

²⁰⁷ Ibidem.

²⁰⁸ CARVALHO, José Murilo de. A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil” Op. cit. p. 32

²⁰⁹ Também Lúcia Lippi Oliveira investigou o nacionalismo nos primeiros anos da República no Brasil, analisando diversos textos das décadas de 1890, 1900 e 1910. No processo de construção de uma história republicana para substituir a imperial, privilegiou-se as condições naturais do território e das raças, reforçando o otimismo. OLIVEIRA, L. L. . *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.p.143.

parte desse período exerceu o poder de forma centralizadora e personalista. A política econômica foi baseada na intervenção estatal.²¹⁰

Um ponto forte na política de Vargas foi a “formação de corações e mentes”. Maria Helena Capelato analisou o significado da propaganda política construída e divulgada no Estado Novo brasileiro e na política peronista. No varguismo, a política realizada resultou num Estado forte, autoritário com reforço no poder central. A autora mostra como as propagandas políticas varguistas e peronistas procuraram incutir na sociedade uma nova forma de identidade: a identidade nacional coletiva.²¹¹

No processo de busca de “identidade nacional coletiva”²¹², a educação foi considerada elemento essencial para a introdução dos novos valores. O ensino de história do Brasil, seguindo a linha nacionalista, tinha como objetivo formar a consciência nacional. Para tanto, os livros didáticos de nível secundário deveriam obedecer a uma série de exigências que procuravam evitar os regionalismos e a luta de classes sociais. O seu eixo central era estimular a “unidade nacional”. Procurava-se através do ensino, valorizar o conceito de pátria e reforçava-se a índole pacífica, o anseio de unidade nacional e a bravura do povo brasileiro. Havia valorização da miscigenação, mas acima de tudo ensinava-se que o Brasil era bom e que seu chefe político iria promover a felicidade nacional.²¹³

Nesse processo de criação de símbolos, o pau-brasil começa aparecer em pequenas manifestações ligadas com a comemoração do dia da árvore. Não há uma data precisa do momento em que a árvore deixa de ser meramente uma mercadoria. Talvez a arborização da Avenida Central em 1911 com mudas de pau-brasil seja uma das primeiras tentativas de “homenagear” a árvore. Depois temos em 1925, o plantio registrado por Bernardino José de Souza, em um ato declaradamente simbólico.²¹⁴

É provável que a árvore tenha sido plantada simbolicamente desde o início do século XX, pois o Dia da Árvore foi comemorado no Brasil pela primeira vez na cidade de Araras, no Estado de São Paulo, em 1902. Na primeira década do século XX também na “cidade jardim” de Belo Horizonte, há comemorações do Dia da Árvore. Em 1925, um decreto federal oficializou o dia 21 de setembro para a comemoração em todo o

²¹⁰ Cpdoc. “Navegando na história – A era Vargas”.

²¹¹ CAPELATO, Maria Helena R. Op. Cit.

²¹² Para Capelato, a identidade nacional coletiva contrapunha-se à perspectiva individualista e pluralista do pensamento liberal, tendo surgido a partir das idéias de grupos nacionalistas, tanto no Brasil como na Argentina. CAPELATO, Maria Helena R. Op. Cit.

²¹³ CAPELATO, Maria Helena R. op cit.

²¹⁴ SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

país. Uma das características daquelas primeiras comemorações era a associação entre árvores e nação. Dessa forma, até meados de 1920 a comemoração do Dia das árvores foi inúmeras vezes realizada no mesmo dia da data da Proclamação da Independência do Brasil, sete de setembro, numa clara associação entre a nação e a natureza de seu território.^{215 216}

O que pode ser afirmado com segurança é que na década de 1930 se reivindicava fortemente o lugar do pau-brasil no conjunto de símbolos da nação e foram produzidos discursos que de forma geral criticavam a falta de interesse sobre a árvore. A percepção de que o pau-brasil estava “raro” e a falta de “homenagens” são as principais reclamações dos homens que escreveram nesta década e que serão vistos a seguir.

7 Desaparecimento nos mercados e na natureza

7.1 Estudos botânicos

Nunca imaginei que tal assunto fosse tão deficientemente estudado; muitas vezes cheguei a impacientar-me com a deficiência de dados nos autores nacionais, e pelas repetições de erros encontrados nas obras brasileiras ou estrangeiras, em contínuo trabalho de cópia do que já tinha sido dito, escrito e publicado.²¹⁷

²¹⁵ DUARTE, Regina Horta. OSTOS, Natascha Stefania C. “Natureza imaginada: entre ipês e eucaliptos”. *Nômadias*, v. 1, nº 22. Instituto de Estudios Sociales Contemporâneos, abril, 2005.

²¹⁶ A tese do historiador José Luiz de Andrade Franco, intitulada “Proteção à Natureza e Identidade Nacional: 1930-1940” traz uma releitura de alguns cientistas brasileiros pioneiros na reflexão sobre a riqueza natural do Brasil. Frederico Carlos Hoehne, Cândido de Mello Leitão, Armando Magalhães Corrêa e Alberto José Sampaio são alguns autores que viam a natureza brasileira como um fator marcante de sua identidade. FRANCO, J.L.A. *Proteção à Natureza e Identidade Nacional: 1930-1940*. Tese de. Doutorado, Departamento de História da Universidade de Brasília, 2002. Citado por DRUMMOND, Jose Augusto. “Anotações de um integrante de bancas examinadoras”. In *Ambiente e Sociedade*, vol. V, nº 2, ago.-dez., 2002 e nº 1, jan.-jul., 2003.

²¹⁷ NEIVA, Artur. “O pau-brasil em botânica”. In.: SOUZA, Bernardino José de, “O Pau-brasil na História Nacional”. São Paulo, Companhia Editora Nacional/MEC, 1978(1ª edição 1938). P. 23

Em 1939, o livro de Bernardino José de Sousa foi acrescido de um capítulo de autoria de Artur Neiva e de um parecer de Oliveira Viana. Segundo as palavras de Neiva, ele foi convidado “para satisfazer o pedido que um amigo tão patriótico quanto Bernardino José de Sousa [lhe] fez”.²¹⁸ O capítulo de Neiva foi dedicado somente para os estudos botânicos, mas o que ocorreu no decorrer da pesquisa parece ter inflamado indignação no estudioso. Ao constatar que quase não existia estudo sobre a árvore e os que existiam eram cópias com a repetição de erros, Neiva escreve um texto, tentando defender que ocorria um descaso com o pau-brasil. O capítulo, intitulado “O pau-brasil (Caesalpinia echinata, Lamarck 1789) em botânica”, pretendeu mostrar como o pau-brasil foi e estava esquecido nos estudos botânicos. Dessa forma, Neiva conta uma história relatando como a árvore foi mal estudada, como diversos botânicos apenas repetiram informações erradas e como esses enganos ficaram esquecidos nos estudos.

Neiva (1880-1943)²¹⁹ foi médico e durante o período republicano foi “discípulo” de Oswaldo Cruz, sanitarista muito conhecido na história desse período por ter liderado a campanha de vacinação obrigatória para combater a varíola no Rio de Janeiro. Nesse período, em meio ao clima de tensão causado também pela política governista do “Bota Abaixo”,²²⁰ houve forte reação popular desencadeando a chamada “Revolta da Vacina”.

Pouco depois da vitória do movimento de outubro de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, Neiva foi convidado pelo interventor federal em São Paulo, João Alberto Lins de Barros, a assumir a Secretaria do Interior do Estado. Em fevereiro de 1931, deixou o cargo e, também por indicação de João Alberto, foi nomeado por Vargas interventor federal na Bahia,²²¹ onde ficou até agosto do mesmo ano, quando foi

²¹⁸ NEIVA, Artur, *idem*.

²¹⁹ Artur Neiva nasceu em Salvador, em 1880 e estudou medicina. Foi “discípulo” do sanitarista Oswaldo Cruz. Em 1906 passou a trabalhar com ele no Instituto Soroterápico, atualmente Fundação Instituto Oswaldo Cruz. Participou de campanhas de profilaxia da malária e em 1912 realizou viagem científica, percorrendo diversos estados brasileiros. Nos anos posteriores também fez parte de diversas instituições e órgãos públicos. Em 1933, Neiva tornou-se diretor do jornal carioca *A Nação*, vinculado à corrente tenentista, e elegeu-se deputado federal constituinte na legenda do Partido Social Democrático (PSD) da Bahia. No Instituto Oswaldo Cruz existe atualmente, o arquivo “Artur Neiva” que traz informações sobre sua atuação como cientista daquele instituto durante quatro décadas, destaca-se a correspondência com Rocha Lima, Oswaldo Cruz e Carlos Chagas. Cpdoc, op. cit.

²²⁰ Política de demolições do prefeito Pereira Passos, que fez derrubar centenas de cortiços e casas de cômodos para abrir novas avenidas e tornar mais moderna a capital.

²²¹ No governo baiano, procurou desenvolver serviços sanitários, criou o Instituto do Cacau, mas não teve êxito na condução da política estadual. Cpdoc, op. cit.

substituído.²²² Nesse período que Neiva atuou como interventor, Bernardino José de Souza (1884-1949) foi secretário do Interior e Justiça, Instrução, Saúde e Assistência Pública da Bahia durante alguns meses.²²³ Bernardino, já vinha assumindo cargos públicos, além de atuar na área de educação. Elegeu-se deputado federal constituinte e, no ano de 1937, renovou seu mandato na Câmara e o exerceu até o final, quando todas as casas legislativas do país foram fechadas pelo golpe que instaurou a ditadura do Estado Novo. Nesse último ano, Neiva foi convidado por Bernardino para escrever um capítulo do seu livro sobre o pau-brasil. Importante destacar que a ideia do livro de Sousa foi pesquisar sobre o pau-brasil como o primeiro produto dos “ciclos econômicos”, não havia uma ideia de denúncia. Ela aparece à medida que tanto Sousa, como Neiva mergulharam nas suas pesquisas, percebendo que faltava muito para ser estudado e havia um “esquecimento” da importância da árvore. Esse mesmo “tom” de denúncia aparece também em Ferraz, porém em poucos parágrafos e pontualmente em outros autores.

Para Neiva, o “descaso” com o pau-brasil tem como um dos exemplos mais expressivos o fato de “os mais conspícuos botânicos brasileiros [...] publicarem [...] um estudo” para ser distribuído na Exposição Internacional de 1867, mas o pau-brasil não estava citado no trabalho.²²⁴

Segundo Neiva, o *Dicionário de botânica brasileira* de Joaquim de Almeida Pinto, publicado em 1873, está “entre as primeiras informações botânicas publicadas na língua nacional relativas ao pau-brasil”. Além de considerar que o estudo foi, em boa parte, uma cópia dos manuscritos feitos pelo botânico Arruda Câmara (tio de Almeida Pinto) também aponta erros no trabalho. Assim, justifica Neiva “A descrição que Almeida Pinto faz, nem sempre está certa. Por exemplo, quando se refere às flores, diz que são de cor vermelha e amarela. A cor vermelha apenas entra em pequena quantidade”. O mesmo erro sobre a cor da flor teria sido cometido por Melo Morais, em 1881, no *Botânica brasileira*. Segundo Neiva, Morais “dá a falsa informação de que as flores são de cor carmim”.

Neiva também aponta erros no “Ensaio de índice geral das madeiras do Brasil” dos engenheiros André e José Rebouças, publicado em 1878. Segundo o botânico os

²²² Cpdoc. “Navegando na história Navegando na história – A era Vargas”.

²²³ SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

²²⁴ NEIVA, Artur, op. cit.

autores incluem sob a mesma denominação espécies diferentes e afirmam a presença do pau-brasil no Amazonas. Na transcrição que Neiva fez do estudo dos engenheiros há a seguinte informação sobre a madeira: “Quando era mais abundante, foi profusamente empregada em obras civis e hidráulicas”.

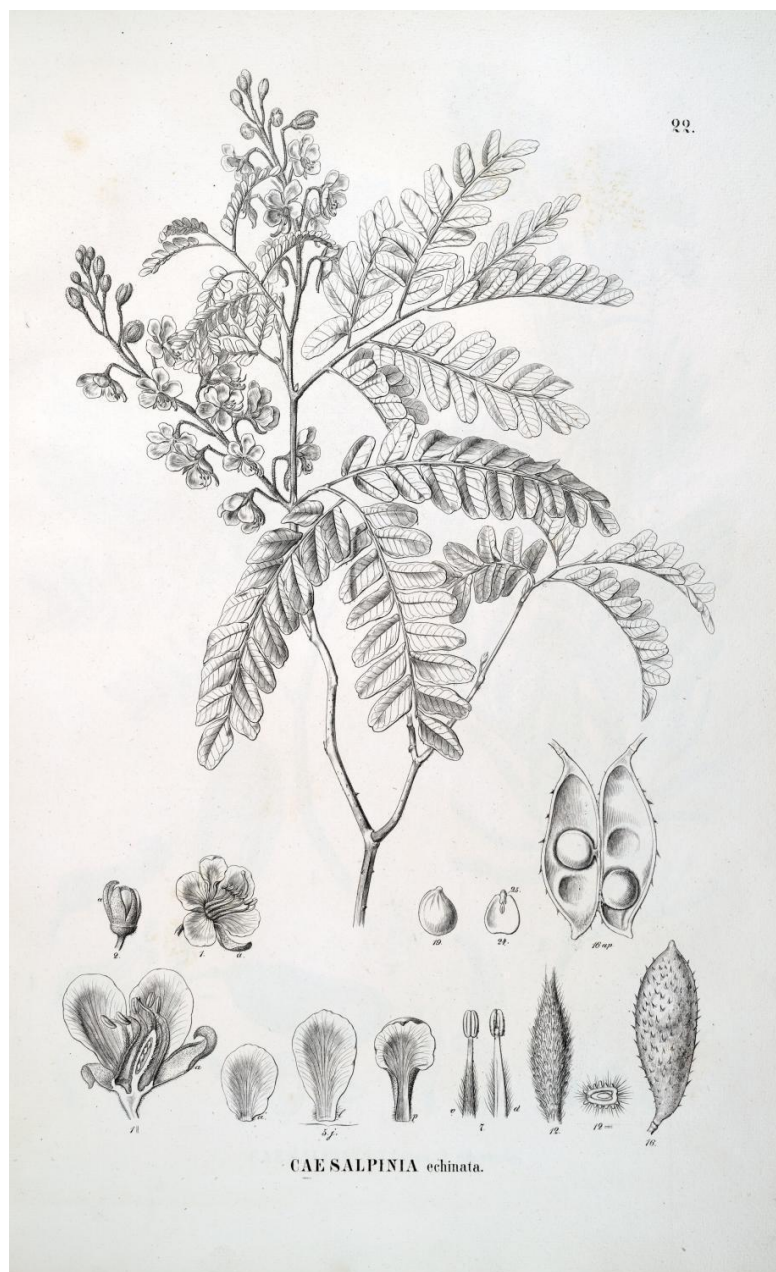
Sobre a “brasilina”, o autor também apontou diversos erros e a falta de informações precisas, “Tive grande trabalho para encontrar qual o químico que intitulou de “brasilina” o princípio corante da madeira, e não pude, com segurança, resolver o problema”.²²⁹

Segundo Neiva, a espécie foi pela primeira vez estudada, em 1648, por Piso e Marcgrave, na *Historia naturalis brasiliae* e, em 1685, é descrita novamente por Piso, no *De Indaié ultriusque re naturalis et medica*. Lamarck fez, em 1789, uma descrição botânica do vegetal no *Dictionnaire encyclopédique de botanique* e a batizou com o nome *Caesalpinia echinata*. O naturalista sistematizou todas as informações de árvores que eram denominadas “brasil” pelos navegadores. Como citam Sousa e Ferraz, há registros do século XVI que dizem que o “brasil” aparecia em diversos pontos do planeta. Todas estas árvores foram denominadas por Lamarck como *caesalpinia*. Além disso, Neiva transcreveu a descrição feita por Martius²³⁰ na *Flora brasiliensis*. Nessa descrição Martius, apontou as características botânicas da *Caesalpinia echinata*, *Lam.*”²³¹

²²⁹ *idem*.

²³⁰ Como visto, o naturalista Carl von Martius também escreveu “Como se deve escrever a história do Brasil”, em concurso promovido pelo IHGB. A *Flora brasiliensis* foi produzida entre 1840 e 1906 pelos editores Carl Friedrich Philipp von Martius, August Wilhelm Eichler e Ignatz Urban, com a participação de 65 especialistas de vários países. Atualmente a obra, muito rara, está disponível na internet através de um projeto patrocinado por empresas privadas e instituições públicas. *Flora brasiliensis*, op. cit.

²³¹ NEIVA, Artur, op. cit.



Flora Brasiliensis, vol. XV, parte II, fascículo 50, prancha 22, 1ª publicação em 1870.
Disponível em <http://florabrasiliensis.cria.org.br/project>.

O caso do pau-brasil é um exemplo bastante interessante sobre o que M. L. Pratt escreve sobre os sistemas de classificações. Os navegadores dos séculos XVI e XVII chamavam de “brasil” a diversas árvores com propriedades parecidas. A partir do século XVII, foram sendo construídos esquemas classificatórios totalizadores. O esquema lineano foi uma vertente desses esquemas. Estudos como “O sistema da natureza” de Lineu provocaram impacto na maneira dos europeus construírem e compreenderem seu lugar no planeta. Tratava-se de um sistema descritivo que funcionava de tal forma que qualquer planta do planeta poderia ser adicionada ao corpo do trabalho, inserida em uma

parte dele. Assim, dava-se ordem “ao caos”, agrupando e classificando. Esse sistema também seria usado para animais e minerais. Estudantes se espalharam por todo o globo objetivando denominar e classificar os mais diferentes elementos da natureza. Logo surgiram as coleções de história natural e os jardins botânicos. As viagens e relatos, as descrições da flora e fauna, foram mudando e seguindo o projeto classificatório global. Foram se tornando naturais a presença e forma burguesas e europeias de descrever o mundo, de ver e de habitar o mundo. A história natural dava um olhar ordenador, diferente do mapeamento de navegação. Através da linguagem do sistema, o olhar tornava familiar, naturalizava qualquer elemento do globo terrestre.²³²

Dessa forma as diferentes árvores, geralmente denominadas de “brasil”, por causa de suas semelhanças e principalmente por servirem para produção de tons de vermelho, foram denominadas de *caesalpinnia* a partir do século XVIII. Interessante perceber como Neiva, desconsiderando os quase dois séculos decorridos, critica que Lamarck como um “estrangeiro” se interessasse pelo estudo do pau-brasil, enquanto os “filhos” da “pátria” não mostravam nenhum interesse.

Completa Neiva,

Em estilo conciso [Lamarck] registrou [...] tudo quanto a ciência do seu tempo conhecia a respeito da madeira que deu nome a uma grande pátria, cujos filhos, no entanto, dela se esqueceram, de um modo que me causa a maior das surpresas.²³³

Sobre o tempo de crescimento da árvore, o autor declara que praticamente nada tinha sido estudado, a não ser as informações do Horto Florestal da Gávea, onde os pesquisadores acompanhavam o crescimento de um exemplar plantado, em 1910, por Armando Sobral, diretor do lugar. Sobre a distribuição geográfica, o botânico também considerava mal estudado, pois escreveu “Nunca imaginei que assunto de tão grande importância, para nós, fosse tão pouco estudado, nem mesmo a distribuição geográfica da *Caesalpinia echinata* é matéria resolvida”.²³⁴

²³² PRATT, Mary Louise. “Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação”. Bauru: EDUSC, 1999

²³³ NEIVA, Artur, op. cit.

²³⁴ NEIVA, Artur, op. cit. e seguintes.

7.2 O pau-brasil está extinto na natureza?

*Em quatro séculos extinguiu-se praticamente o vegetal que deu nome à nossa pátria.*²³⁵

Após o relatório e o alerta de que o pau-brasil tinha sido mal e pouco estudado pelos cientistas, Neiva passa a escrever sobre uma sensação sua, de que a árvore estava “desaparecendo”. Ao falar sobre a antiguidade do nome “brasil”, Neiva escreve que “o nome da nossa pátria” era usado para denominar uma madeira do oriente e “acabou ligando-se a um grande país e a seus filhos, pois brasileiros eram chamados os extratores de um vegetal que, aos poucos, vai desaparecendo”.²³⁶

Ao tratar da descrição feita por Lery durante o século XVI, que fala de árvores de tamanhos gigantes, Neiva duvida de tal informação, pois “se existiu com tal diâmetro descompassado, o que não deve ser verdade, desapareceu para todo o sempre”.²³⁷ Exemplificando ainda mais sua percepção da quase inexistência da árvore, o botânico escreveu, “grande mesa que servia à Comissão de Justiça da antiga Câmara dos Deputados” parecia ser pau-brasil e continua: “Digo parece, porque a madeira se torna de tal modo escassa que os verdadeiros conhecedores são muito raros”.

A intenção de Neiva parece ter sido provar que realmente a árvore estava praticamente desaparecida, pois ele escreve da seguinte forma “como confirmação do que escrevo passarei a transcrever o tópico de uma carta de 30 de setembro”. Trata-se de uma carta, de 1937, na qual um amigo de Neiva, contava que até mesmo na fábrica moveleira mais importante do Brasil não tinha conseguido informações sobre o pau-brasil.²³⁸ Neiva também informa que procurou nas maiores serrarias do Rio de Janeiro, mas o pau-brasil “de tal forma está se tornando raro” que não tinha conseguido nada. Ele conclui, “Desapareceu inteiramente do mercado.”²³⁹ Mas nem tudo parecia perdido, conforme escreveu Neiva “quando tudo dá impressão do seu desaparecimento” há a constatação da existência de pau-brasil no litoral norte do Rio de Janeiro. Essa área abrange as cidades da chamada Região dos Lagos, como Cabo Frio e Armação de

²³⁵ NEIVA, Artur, *idem*.

²³⁶ NEIVA, Artur, *idem*.

²³⁷ NEIVA, Artur, *idem*.

²³⁸ NEIVA, Artur, *idem*.

²³⁹ NEIVA, Artur, *idem*.

Búzios. Essa região era citada nos documentos desde os primeiros anos do século XVI como um dos locais com abundância de pau-brasil. A região parece ser um local de existência natural da árvore e atualmente há algumas reservas com exemplares da espécie.²⁴⁰ Para Neiva, a área era o “principal habitat para espécie”. Tanto o Horto Florestal como o Serviço de Arborização da Prefeitura, informava Neiva, transplantavam exemplares daquela região. Ele afirma que aquele era o “último reduto de um vegetal que enriqueceu uma nação, que dele tirou o nome, mas que aos poucos se vai sumindo, sem ter sido sequer objeto de especial atenção em nenhum ponto do país”.²⁴¹

A conclusão de Neiva é que a escassez do pau-brasil significava o “desaparecimento” da “essência nacional”, não como uma espécie, fitologicamente falando, porém como mercadoria. Mas a preocupação maior do botânico é que a árvore corria o risco de desaparecer da memória das pessoas.

Dela ninguém cuida e parece incrível que um trabalho que fiz com abundância de coração, pelo amigo que meu pediu, e pelo assunto que involuntariamente toca a todo filho deste país, no fim, acabasse me enchendo de certa melancolia.²⁴²

Bernardino dedicou um capítulo para falar do desaparecimento do pau-brasil, chama-se “Rareamento do pau-brasil nas florestas brasileiras: medidas oficiais”. O capítulo possui somente duas páginas e é quase todo ocupado por um documento do século XIX, a memória de João Paulo de Araújo. Bernardino encontrou nela uma forma de exemplificar uma das poucas vozes que se preocupou com o progressivo rareamento da árvore.

De olhar patriótico, Bernardino defende que a desordenada e excessiva exploração, tanto dos portugueses como dos estrangeiros, colaborou para a “quase extinção” do pau-brasil. Isso fica claro nos capítulos anteriores, nos quais o autor relata os valores de madeira explorada, o contrabando, os desperdícios, e as tentativas da Coroa de regularizar a exploração como um todo. Em nenhum desses capítulos ele entra

²⁴⁰ LIMA, Haroldo Cavalcante de; e BUENO, Eduardo. “Epílogo: Raízes do futuro”. In: BUENO, Eduardo(org.). Pau-brasil. São Paulo: Axis Mundi, 2002.

²⁴¹ NEIVA, Artur, op. cit.

²⁴² NEIVA, Artur, idem.

na questão do rareamento, mas narra de uma forma que leva o leitor a premeditar o “fim trágico” da árvore do pau-brasil. Dessa forma, ele começa o capítulo sobre o rareamento como se fosse um resultado de três séculos de exploração.

Quando o Brasil se tornou independente o seu patrimônio de pau-brasil já estava visivelmente diminuído. Três séculos e alguns anos levaram os portugueses a distribuírem a madeira tintorial pelos mercados consumidores da Europa e a renda que dessa exploração lhes adveio [...] foi de grande vulto. [...] Junta-se a isso o que carregaram para a sua pátria, por contrabando, os franceses.²⁴³

Bernardino vai mais longe e escreve que “página interessante será, certamente, a que escrever sobre o progressivo rareamento do pau-de-tinta, até quase o seu desaparecimento”. Para o autor, esse desaparecimento foi mais resultado da “extração inconsiderada”, “devastadora”, do que pela quantidade de troncos exportados.

É, sem dúvida, um dos casos mais flagrantes, no mundo, da quase extinção de uma espécie vegetal pela economia destruidora do homem. O machado e o fogo dos incêndios foram os dois instrumentos de que lançaram mão mercadores, contrabandistas, e até os governos indiretamente por meio de contratadores.²⁴⁴

8 Falta de homenagens

8.1 O pau-brasil está extinto na memória dos brasileiros?

Como destacou Pollak (1989), estudar memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implicaria na análise de sua função. A memória é uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se deseja lembrar, ela se integra em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades. Segundo

²⁴³ SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

²⁴⁴ idem.

o autor, a memória tem duas funções essenciais, manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum.²⁴⁵

Um termo mais específico do que memória coletiva, seria “memória enquadrada”, pois há um trabalho de enquadramento da memória de um grupo com limites e não construída arbitrariamente. A história fornece material para o trabalho de enquadramento da memória. Nesse trabalho há reinterpretação incessante do passado em função dos combates do presente e do futuro. A memória é construída, e dependendo dos interesses ela grava, exclui ou esconde acontecimentos do passado. A memória é um elemento que constitui o sentimento de identidade.²⁴⁶

Nos Estados Unidos, os americanos guardam, com a veneração de uma planta sagrada, o pé de laranjeira que eles transportaram da Bahia e que originou as imensas riquezas da Califórnia. As crianças aprendem a olhá-la como um símbolo sagrado.²⁴⁷

Essas palavras são de Artur Neiva e compõem um trecho do capítulo que ele escreveu para o livro de Bernardino José de Sousa, “O pau-brasil na história nacional”. Schama estuda outro caso ocorrido nos Estados Unidos, no século XIX, em Yosemite Valley. No vale, foram encontradas imensas árvores que passariam ser vistas como troféus. A descoberta das “Grandes Árvores” fez com seus troncos cortados fossem usados para exibição por todo território. Botânicos ingleses e franceses entraram em uma competição para ver quem apresentaria a classificação e a nomenclatura decisivas. Foram os turistas vindos do leste que “modificaram as atitudes em relação aos bosques de sequoia, transformando-os num local não só de curiosidade, como também de veneração”. Um segundo bosque de árvores gigantes foi encontrado em 1860 e um missionário decidiu que a “perversa obra de destruição” realizada com as árvores gigantes no primeiro bosque, não ocorreria no segundo. As Grandes Árvores começaram a ser vistas como o próprio templo natural da América. Crescia a ideia de que o bosque das Grandes Árvores constituía uma espécie de monumento natural da América.

²⁴⁵ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: FGV. Vol. 2, n. 3, 1989. p. 9-10.

²⁴⁶ POLLAK, Michael, *idem*.

²⁴⁷ NEIVA, Artur, *op. cit.*

Para Neiva, era preciso que a árvore ganhasse imediatamente “as devidas atenções” antes que ela desaparecesse, pois “aos poucos se vai sumindo, sem ter sido sequer objeto de especial atenção em nenhum ponto do país”.²⁴⁸ Em seguida cita o exemplo dos Estados Unidos, em que as crianças de uma região aprendiam a olhar o pé de laranjeira “como um símbolo sagrado”.²⁴⁹ O autor escreveu ainda que à medida que ia verificando a destruição da árvore, sua raridade crescente, e seu desaparecimento, se sentia “invadido por um espanto”; constatava que o assunto pouco tinha merecido dos estudiosos e da administração pública, quase não havia pesquisa. Para ele, “nunca houve real interesse”.

Quando Neiva, Bernardino, Lyra, Ferraz e Calmon mostraram alguma indignação com a falta de conservação do pau-brasil, estavam relacionando seus relatos à questão da memória da nação. Como já foi visto em Neiva, a árvore não só estava desaparecendo das matas, mas estava sendo esquecida. Eram poucas as informações que ele conseguiu recolher da árvore que segundo ele “deu nome a uma grande pátria, cujos filhos, no entanto, dela se esqueceram, de um modo que me causa a maior das surpresas”.²⁵⁰ Em tom irônico, Neiva escreveu que se Lamarck soubesse do desinteresse que os “filhos do país” tinham pela *Caesalpinia echinata*, talvez batizasse a árvore com outro nome, quem sabe “inditosa”. E completa que não havia “sequer a recompensa de um culto que todo o mundo civilizado presta às árvores”.²⁵¹ Neiva completa o capítulo pedindo mais atenção das autoridades, destacando que o problema já não era mais econômico, mas o “mais brasileiro de todos”. Pelas considerações que o autor fez no capítulo, faltavam pesquisas e faltavam homenagens para a árvore que estava desaparecendo. Ele não problematizou a questão da destruição florestal como um todo, nem a questão da árvore estar desaparecendo pela exploração e pelo descuido. Sua reivindicação é pela falta de atenção. Provavelmente, Neiva pensava que quanto mais ela fosse lembrada, pesquisada e homenageada mais cuidado ela receberia, mas talvez somente em espaços específicos e não em integração com a floresta.

Oxalá que a modesta contribuição que fui levado a fazer [...] Possa suscitar a atenção para tão importante vegetal, por parte

²⁴⁸ NEIVA, Artur, *idem*.

²⁴⁹ *idem*.

²⁵⁰ *ibidem*.

²⁵¹ *ibidem*.

dos pesquisadores e da administração pública, que deverão volver olhos mais carinhosos para um problema que deixou de ser econômico, na verdade, mas que será, sem dúvida, o mais brasileiro de todos.²⁵²

Hormino Lyra também apresentou um trabalho no Terceiro Congresso de História Nacional do IHGB, em 1938. A “memória” apresentada por Lyra possui em torno de 40 páginas e foi publicada na revista do próprio Instituto. O trabalho traz o tema pau-brasil na introdução e, nas páginas seguintes, Lyra escreve sobre os primeiros contatos dos navegantes portugueses nas terras que hoje constituem o Brasil. Nas primeira e segunda partes, o autor descreve detalhadamente os primeiros contatos dos portugueses no século XVI e, a partir daí, começa a refletir sobre a reação dos “gentios”. Após entrar neste tema, Lyra escreve e defende o “instinto social” dos índios e traz exemplos para sustentar sua visão. O tema pau-brasil só aparece mesmo na introdução, o autor não retorna ao tema nem na conclusão. A conclusão da sua memória é que “se até os irracionais estimam a companhia, não poderia ao Índio de Vera Cruz [...] escapar a ideia de sociedade”.²⁵³

É até um pouco angustiante ler Lyra, porque tendo como título “Arubatan²⁵⁴, a árvore simbólica” e uma introdução que reivindica o lugar do pau-brasil na memória dos brasileiros, o autor não fala mais da árvore, não cita mais nada, nem como mercadoria nos primeiros anos do século XVI, nem como árvore conhecida dos índios! O título tranquilamente poderia ser outro, relativo aos índios.

Bernardino escreveu que “Coube-nos relatar, por designação de seu venerando Presidente [...] a primeira parte [...] das “fases do desenvolvimento econômico”, ou seja, a que diz respeito ao pau-brasil”. Já Hormino Lyra escreveu “estudo em torno da primeira tese que tem por objeto os primeiros contatos entre europeus e os habitantes das terras descobertas [...] apresentado ao IHGB para o Terceiro Congresso de História Nacional”. Segundo Bernardino, foram distribuídos 55 assuntos entre os sócios do

²⁵² NEIVA, Artur, *idem*.

²⁵³ LYRA, Hormino. “Arubatan”. IHGB/ Centenário do Instituto/ 3º Congresso de História Nacional. 1938/ Anais/ 5º Volume/ 1941/ p.123-165.

²⁵⁴ Esse nome é uma das designações que aparece para o pau-brasil em obras históricas. Segundo Ferraz (1938) o primeiro documento histórico em que ela aparece são as descrições do francês Jean de Lery no século XVI. Lery teria ouvido os índios, que habitavam a atual região dos lagos do Rio de Janeiro, pronunciar “ibirapitanga” e reproduzir como arubatan. Portanto, para Ferraz este último não é uma designação indígena. FERRAZ, A. L. Pereira, *op. cit.*

Instituto e que “abrangiam o desenvolvimento do Brasil de 1500 a 1900”. Dessa forma, parece que Lyra não tinha o pau-brasil como tema, mas escreveu sobre a árvore na introdução e usou seu nome como título.

O pouco que Lyra escreveu sobre o pau-brasil é muito importante para análise desse trabalho, porque ele deixa suas impressões sobre o papel da exploração da árvore e qual a sua importância. Nas primeiras linhas da sua “memória” em tom de reivindicação Lyra escreve.

É lícito pedir-se aqui ao Governo da República, a todo cidadão com pequenina parcela de responsabilidade nos negócios públicos e à vanguardeira das boas e grandes causas, a Imprensa, a providenciarem contra o desaparecimento da árvore do pau-brasil, cuja espécie se acha quase extinta na terra dos brasileiros.²⁵⁵

O autor, assim como Neiva e Bernardino, registra a sua impressão de que a árvore estava desaparecendo, estava “quase extinta” na década de 1930. Provavelmente esta percepção não baseou-se em um estudo botânico nem em qualquer estudo específico que oferecesse informações sobre o número de exemplares da árvore na Mata Atlântica. O próprio Neiva ficou indignado pela falta de informações científicas e estudos sobre a ocorrência geográfica da árvore.

A impressão de Lyra, talvez seja constituída do sentimento de esquecimento da árvore, da ideia de que a maioria dos brasileiros nunca tinha visto e mal conseguia reconhecer a árvore que deu nome à nação.

A única árvore, que até a presente data deu nome a um país, Brasil, é aqui desconhecida. Raríssimo é o filho desta nação a quem cabe a glória de ter visto o arabutan.²⁵⁷

Uma de suas reivindicações é pela distribuição e plantio de exemplares de pau-brasil nas ruas das grandes cidades do país, por exemplo. Ele reclamava do fato de se preferir para arborização das ruas das grandes cidades as árvores de outros países. Para

²⁵⁵ LYRA, Hormino, op cit.

²⁵⁷ idem.

ele, era melhor o plantio da “árvore simbólica” do que “as espécies exóticas que povoam ruas e jardins de elegantes cidades nacionais”.²⁵⁸

Assim, ele reclama do lugar do pau-brasil, ou melhor, de exemplares da árvore no Jardim Botânico do então distrito federal, que era no Rio de Janeiro. Aqui o Jardim Botânico aparece mais como um local de memória, um espaço público, onde a população poderia ver e contemplar diferentes espécies de plantas. No discurso de Neiva, quando ele falava sobre a presença do pau-brasil no Jardim Botânico, partia da ideia de não haver estudos da árvore. Já Lyra, quando fala do Jardim Botânico, parece tratar mais de um lugar de memória, um espaço público para a população contemplar diferentes espécies e onde monumentos e plantas são usados para reverenciar pessoas e ideias.

Lyra cita primeiro a presença de árvores exóticas, escrevendo que “no Jardim Botânico [...] encontram-se bonitas alas de nogueiras, jaqueiras, mangueiras, longanas, cravos da Índia. Há cercas de murta, cróton, hibisco. Havia exemplares de plantas de diferentes países, mas ninguém diz da existência, aí, da *Caesalpinia echinata!*”.²⁵⁹

A decantada “Palma Mater”, cujo centenário fora festivamente celebrado, em 1909, pelo ex-diretor [...] inaugurando o busto de D. João VI que lhe fica próximo e de frente, a elegante palmeira joanina a modo adornada de plumacho verde, plantada pelas mãos reais do príncipe lisbonense, fonte genealógica de mais de uma centena de palmeiras enfileiradas ao longo de grande alameda do mimoso vergel carioca – é de origem francesa: veio do Jardim de Gabriele, ilha de França.²⁶⁰

Interessante perceber que, na década anterior, os intelectuais do Modernismo, de 1922 tentavam definir o “caráter brasileiro”, uma “consciência criadora nacional”. Na obra de Mário de Andrade, por exemplo, o autor criticava o europeísmo como algo que fazia com que os brasileiros escrevessem de um jeito e falassem de outro, que admirassem as paisagens europeias e não conseguissem admirar as do Brasil. O autor também criticou o regionalismo como um fator que diluía a ideia de nação. Ele queria

²⁵⁸ LYRA, Hormino, *idem*.

²⁵⁹ *idem*.

²⁶⁰ *ibidem*.

“definir o caráter brasileiro”, queria conhecer o país em sua integridade, nas palavras do autor havia a ideia de uma “conquista comum duma nacionalidade”.²⁶¹

Para Neves, por mais que desejassem uma autonomia, os intelectuais do modernismo direta ou indiretamente receberam influências das “fontes científicas europeias”. Mas isso não os impediu de buscar as tradições do Brasil e criticar aqueles que eram voltados inteiramente para a Europa. Através do que se encontrava nas ruas, no cotidiano e na arte popular se poderia construir uma identidade nacional.²⁶²

Lyra também informa, com indignação, que na arborização da avenida Rio Branco também poderia ser usado o pau-brasil. Ele escreve em 1938, mas não menciona a tentativa de arborização da mesma avenida com o pau-brasil, na época da sua inauguração na primeira década do século XX.

Artur Neiva escreveu sobre essa tentativa, informando que quando a avenida Rio Branco ia ser inaugurada o ministro Lauro Muller mandou que se plantasse em toda a sua extensão árvores de pau-brasil. Com o passar dos anos as mudas não se desenvolveram e foram plantadas em seu lugar mudas de uma espécie exótica. Neiva também escreve sobre uma campanha que a imprensa fez para que a árvore fosse substituída e uma caricatura feita por Ângelo Agostini,²⁶³ “representando o povo brasileiro acorrido junto à árvore à espera que ela desse sombra para poder levantar-se”.²⁶⁴

Já a existência de pau-brasil na floresta da Tijuca, por eles chamada “Tijuca”, é confirmada tanto por Lyra como por Neiva. Além disso, os dois falam que o plantio foi feito na época inicial de implantação da floresta.

Consola ver um dia a árvore simbólica no coração da capital e nas ruas e jardins de toda a metrópole fulgurante de sol claro ou de lampadários elétricos, cuja luz deslumbra quem os fita.²⁶⁵

²⁶¹ NEVES, Margarida de Souza, op. cit.

²⁶² NEVES, Margarida de Souza, idem.

²⁶³ Desde o regime imperial a imprensa foi um poderoso veículo de críticas ao governo. As caricaturas de Ângelo Agostini apresentavam críticas ao governo com humor e provocavam efeitos diretos no público, valendo mais que muitas palavras.

²⁶⁴ NEIVA, Artur, op. cit.

²⁶⁵ LYRA, Hormino, op. cit.

Um dos pedidos de Neiva era para que a árvore de pau-brasil fosse conhecida, reconhecida fisicamente pelos brasileiros. Se há esse pedido, é provável que não fosse normal um cidadão ver um exemplar de pau-brasil. Já foi visto acima que até mesmo nas áreas onde a árvore ocorria naturalmente estava sendo difícil encontrar exemplares.

É justo conhecerem os filhos desta terra a árvore que lhes deu o nome ao país natal, aumentando-se-lhes assim o valor da neológica brasilidade, pois não obstante ser aquela oriunda do oriente, é também nativa de Vera Cruz.”²⁶⁶

Mais uma vez há a informação de que os brasileiros não conheciam, não tinham hábito de ver uma árvore de pau-brasil. Até hoje são poucos os brasileiros que já viram e conseguem reconhecer um exemplar da árvore.

Ao invés de plantas nipônicas e australianas e outros vegetais exóticos para darem sombra às ruas, para decoração olímpica dos jardins, plantem todos o “arabutan” e cuidem-lhe com zelo paternal, a fim de ser contemplada a árvore com respeito e carinho.²⁶⁷

Outro autor que escreveu no Terceiro Congresso do IHGB, em 1938, foi Pedro Calmon.²⁶⁸; seu artigo “Brasil-Pau de tinturaria” oferece um pequeno texto que analisa os escritos que o florentino e piloto-astrônomo Américo Vespúcio fez nas duas vezes que atravessou o oceano Atlântico sob a bandeira de Portugal. A exploração do pau-brasil não é tema central, somente no final do texto ele escreve sobre a importância da árvore nos primeiros anos de colonização.²⁶⁹

O tema “pau-brasil” também aparece naquelas obras que vão analisar a etimologia da palavra “brasil”. Talvez a mais importante delas, foi publicada em 1939, por Antônio Leôncio Pereira Ferraz com o título “Terra da Ibirapitanga”. Nesse

²⁶⁶ LYRA, Hormino, *idem*.

²⁶⁷ *idem*.

²⁶⁸ Estreou na tribuna do Instituto Histórico em 1926, sendo eleito sócio efetivo do Instituto em 1931. Foi seu orador oficial de 1938 a 1968 e seu presidente desde 1968. CALMON, Pedro. “Brasil: pau de tinturaria”.

²⁶⁹ CALMON, Pedro, *idem*.

trabalho, escrito para o Instituto Pan-Americano de Geografia e História, ele apresenta tese sobre o nome “brasil”. Procura indicar através de documentos, o uso do termo nos seus primórdios, e analisa os vários nomes dados à árvore.

Pensando no papel histórico da árvore para o Brasil, Ferraz teve como objetivo central analisar a importância do nome “brasil”. Ferraz lembra da importância da árvore como o primeiro produto “exportado” da “nossa terra”, pois através do seu comércio veio o nome do país, além disso, por sua importância histórica como primeiro produto de interesse dos navegadores. São esses os argumentos de que Ferraz se utiliza para pedir mais homenagens. Segundo as palavras do autor “como árvore simbólica da nacionalidade, [o pau-brasil] ainda não recebeu a merecida consagração”.²⁷⁰

Mas o pau-brasil não desempenhou somente o papel histórico de dar nome a uma das maiores regiões do globo; foi a princípio o único produto a chamar a atenção e justificar iniciativas, uma vez que a nossa terra não oferecia as vantagens da Índia.²⁷¹

Se no período colonial a árvore foi explorada com uma “economia destruidora” levando ao seu rareamento, o que simbolizava a falta de cuidado com as terras coloniais. Desta vez, a árvore, no século XX, estava quase extinta pela falta de cuidado dos brasileiros com a sua memória. Memória ligada a um sentimento, nesse caso, de nacionalidade que deveria levá-los a reverenciar aquela árvore. Foi esse esforço que levou alguns homens a prestar homenagens a uma árvore, uma entre tantas árvores, mas que naquele momento era vista através de uma rica história. A história de uma exploração e de um quase desaparecimento de um recurso que deu nome a um país. Essa exploração muitas vezes foi vista como a maior representação da destruição cometida pelos colonizadores. São essas homenagens que serão vistas a seguir.

²⁷⁰ FERRAZ, A. L. Pereira, op. cit.

²⁷¹ FERRAZ, A. L. Pereira, idem.

9 As homenagens conhecidas

9.1 Bernardino José de Sousa homenageia o pau-brasil

Aos vinte e um dias do mês de setembro de mil novecentos e vinte e cinco, às nove e meia horas, presentes os Exmos. Srs. Drs. Governador do Estado, Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Intendente Municipal, Presidente da Sociedade Baiana de Agricultura, Inspetor do Ensino, Diretor da Escola Normal, Diretor do Ginásio da Bahia, Inspetor Federal junto ao mesmo Ginásio, Professores que compõem o seu Corpo Docente, os seus funcionários, alunos e alunas devidamente uniformizados e em formatura cívica, representantes da Imprensa da Capital e da Agência Americana, outras autoridades civis e militares e grande número de pessoas gradadas realizou-se, em frente à porta principal do Ginásio da Bahia, o plantio de um “pau-brasil”, oferecido à mocidade do Ginásio pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.²⁷²

No IHGB há um documento de 1925, no qual há o relato do feito de um sócio que anos mais tarde iria apresentar uma vasta pesquisa sobre o pau-brasil. Em 1938, para comemorar o primeiro centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre outras solenidades, a sua diretoria resolveu convocar o Terceiro Congresso de História Nacional. Coube para um grupo falar da primeira parte das “fases do desenvolvimento do Brasil”. Nesse grupo Bernardino José de Souza, Hormino Lyra e Pedro Calmon cada um com tese própria, falaram do pau-brasil.

Importante lembrar que no Brasil a criação de uma rede de instituições de saber ocorreu nos início do século XIX com a transferência da Corte para a colônia portuguesa. A fundação do primeiro Instituto Histórico e Geográfico, em 1838, respondia à ideia de criar instituições autônomas em relação à tutela colonial, já que o contexto era de emancipação política.²⁷³

²⁷² “Ata do plantio da árvore simbólica de um pau-brasil em frente ao ginásio da Bahia no Dia da árvore”, em SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

²⁷³ SCHWARCZ, Lilia Moritz, op. cit.

Seu objetivo era criar uma história para a nação, inventar uma memória para um país que deveria separar, a partir de então, seu destino do da antiga metrópole europeia.²⁷⁴

No “Discurso sobre a palavra Brasil” pronunciado pelo sócio José Silvestre Rebelo na sessão magna do IHGB, em 1839, fala-se das origens da palavra “brasil”, e como esse nome foi sendo usado para denominar o Império. Fala da árvore e da sua serventia tintorial, mas não há uma exaltação dela. Assim ele conclui.

Se, pois, a Divina Providência quis que a palavra Brazil substituísse as de – Terra de Santa Cruz – e viesse a ser o nome do nosso Império, compete-nos a nós pelas nossas acções o fazer com que o Brazil preencha bem à face do mundo o que a palavra designa, isto é, apresente ao mesmo muitos e mui valiosas objetos de commercio; mui solidas instituições políticas, e mui religiosos, sabios, e moraes costumes sociaes. [...] Apresentando-se pois no mundo o povo do Brasil, em poucos annos [...] preencherá visivelmente o nome Brazil que a Divina Providencia lhe fez haver, e que lhe agoura um brilhante futuro.²⁷⁷

Segundo Schwarcz, instituições, como o IHGB perdem força principalmente com a criação das primeiras universidades na década de 1930, marco de uma crescente fragilidade dos institutos “ameaçados em seu predomínio e autonomia com a fundação das universidades²⁷⁸ do país”.²⁷⁹ No final dessa década foi comemorado o centenário do IHGB e entre os trabalhos apresentados três foram sobre o pau-brasil e deixaram impressão de seus autores sobre a situação da árvore naquele momento.

²⁷⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz, *idem*.

²⁷⁷ IHGB. “Discurso sobre a palavra brasil”. Rio de Janeiro, 1839- 2 documentos. Revista IHGB, 1839, V. I, p. 298- 305. Página citada 304.

²⁷⁸ Em 1935, foi criada a universidade do Distrito Federal fundada por um grupo de Educadores, destacando-se Anísio Teixeira, e que foi extinta em 1939 acusada de abrigar comunistas. Em 1934, foi fundada a Universidade de São Paulo-USP fundada pela elite paulista. Em 1937 criou-se a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, fundada pelo governo. Cpdoc, op. cit.

²⁷⁹ O espetáculo das raças”. Conferir SCHWARCZ, Lilia Moritz, op. cit.

Neiva comenta que, em 1924, Bernardino José de Sousa mandou construir um armário feito com pau-brasil para o Instituto Histórico e Geográfico da Bahia. Neiva conta, que o então Secretário do Instituto teve grande trabalho para encontrar a madeira. Foi necessário mandar vir um toro das matas de Porto Seguro, pois não foi encontrada em nenhum madeireiro da cidade de Salvador. Ainda assim, teria sido muito difícil encontrar um exemplar da árvore naquelas matas.²⁸⁰

Bernardino, já em 1925, participou de um evento registrado na “Ata do plantio da árvore simbólica de um pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) em frente ao Ginásio da Bahia no Dia da Árvore, 21 de setembro de 1925”. O plantio do pau-brasil foi realizado “em comemoração ao Dia da Árvore, segundo as determinações do Exmo. Sr. Dr. Milguel Calmon do Pin e Almeida, Ministro da Agricultura”.²⁸¹

Conforme a ata, o evento seguiu todas as formalidades de uma solenidade. Mesmo que não tenha ocorrido de forma tão solene e organizada, tudo está registrado como fosse. Pela manhã, “os alunos e alunas sob direção do Diretor e do Professor de Ginástica, Aristeu Brandão Costa, desfilarão em formatura militar, até a sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia”. Na porta principal receberam do diretor do Instituto “a planta que ia ser posta em frente ao Ginásio e que se achava colocada em rica charola”. A planta, um ramo de pau-brasil, foi conduzida pelos alunos em desfile por uma avenida até o edifício do Ginásio. Quando o “cortejo” chegou “os padrinhos e madrinhas colocaram a Árvore no seu canteiro”. Depois disto colocaram terra e água ao pé da referida planta [...], entoaram os alunos o Hino à Bandeira e o Hino Nacional”. O diretor do Ginásio era o professor Bernardino José de Sousa, que agradeceu a todos pela presença e ao fim da solenidade levantou “viva pela a grandeza da Bahia, e do Brasil”.²⁸³

Hobsbawm analisou o surgimento de práticas parecidas no século XIX e que estavam ligadas ao processo de fortalecimento da ideia de nação. O autor identificou que durante a Terceira República na França, em termos de “invenção de tradição”, três novidades podem ser destacadas: o desenvolvimento da educação primária, cujos

²⁸⁰ NEIVA, Artur, op. cit.

²⁸¹ Ata da Apanha da terra de Pirajá (Bahia), destinada ao plantio da árvore simbólica do pau-brasil na Casa Ruy Barbosa. IHGB, Arquivo, Coleção Instituto Histórico. Lata 799, pasta 30.

²⁸³ “Ata do plantio da árvore simbólica de um pau-brasil em frente ao ginásio da Bahia no Dia da árvore”, op. cit.

manuais e práticas transformavam pessoas em autênticos “franceses”; a invenção de cerimônias públicas; a produção em massa de monumentos públicos.²⁸⁴

Na unificação da Alemanha, o historiador também identificou diversas dessas tradições. Um exemplo, oferecido pelo autor, aproxima-se muito do plantio realizado, em 1925, na Bahia. O historiador identificou nos anais de um ginásio o registro de diversas cerimônias na década de 1890 “para comemorar” a guerra franco-prussiana.

Observados por pais e amigos, os meninos entravam no pátio da escola, marchando e cantando [...] Formavam de frente para os representantes de cada turma, que traziam bandeiras enfeitadas com folhas de carvalho [o carvalho tem ligações com o folclore, o nacionalismo e os valores militares teuto-germânicos, ainda lembrados nas folhas de carvalho que assinalavam a mais alta classe de ornamento militar antes de Hitler: um equivalente alemão adequado dos louros latinos]. [...] Depois, os meninos marchavam, seguindo as bandeiras. Seguia-se ainda outro discurso do diretor, antes que fosse plantado um “carvalho imperial” (Kaisereiche) ao som de um coral.²⁸⁵

Simon Shama,²⁸⁶ recordando suas memórias de infância, escreveu sobre as árvores que eram plantadas na Galileia com ajuda financeira enviada pelas famílias judias da Inglaterra. Para o autor, era como se as árvores “patrocinadas” fossem “migrantes”. Em Israel comemorava-se o “Dia Sionista da Árvore”, ao qual uma das práticas era as crianças plantarem árvores como “o equivalente botânico de si mesmas, em fileiras alegres e obedientes”. Tradição pagã que via as florestas como nascedouros das nações. A floresta que eles estavam plantando era uma “floresta judia” e significava voltar à origem. O ciclo natural parecia promover a verdadeira imortalidade nacional.²⁸⁷

²⁸⁴ HOBSBAWM, Eric. “A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914”, op. cit.

²⁸⁵ HOBSBAWM, Eric. “A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914.” IN.: A invenção das tradições. HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (organização). Tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 285.

²⁸⁶ SCHAMA, Simon. “Paisagem e memória”. Tradução Hildegard Feist.- São Paulo: companhia das Letras, 1996.

²⁸⁷ SCHAMA, Simon, idem.

Alguns anos mais tarde, mais uma ação de Bernardino José de Sousa foi registrada formalmente. Era a “Ata da Apanha da terra de Pirajá (Bahia), destinada ao plantio da árvore simbólica do pau-brasil na “Casa Ruy Barbosa”, na cidade do Rio de Janeiro” em 1930. Naquele ano, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia representado por Bernardino José de Souza, secretário perpétuo, Arnaldo Pimenta da Cunha, tesoureiro, e Guilherme Marback, sócio efetivo, compareciam ao sítio de Pirajá a fim de apanhar certa quantidade de terra para ser utilizada no plantio da árvore que eles chamavam “árvore simbólica do pau-brasil – ibirapitanga ou imirapirango” na solenidade da inauguração da “Casa Ruy Barbosa”, no Rio de Janeiro.²⁸⁹

A comissão, conforme o documento, foi convocada pelo governador da Bahia, escolheu a terra entre “a velha Capella de São Bartolomeu de Pirajá e o Panteheon onde se guardam os despojos do General Labatut”. A terra seria retirada e acondicionada em caixote especial, “a fim de ser remetida ao senhor Baptista Pereira, que a requisitou, juntamente com a água do Rio São Francisco, mandada vir da cidade de Juazeiro neste Estado”.²⁹⁰

Mais do que uma tarefa, tratava-se de um evento para ser visto e registrado oficialmente. Conforme está escrito “a comissão escolheu para a realização da tocante e gratíssima tarefa” tudo o que representava coisa importante para eles. O próprio sítio, como o local onde estava a terra, e até mesmo o “caixote especial”. Além de formalmente escrito, também compareceu ao sítio um fotógrafo para completar o registro.²⁹¹

Em 1937, quando Bernardino José de Sousa realizou sua pesquisa que resultou no livro “O pau-brasil na história nacional”, o autor se mostrou surpreso pela falta de atenção que até então tinha sido dado para a árvore. O próprio autor não registrou essas homenagens da quais ele participou. Foi Neiva quem transcreveu para seu capítulo a Ata de 1925 e a Ata de 1930 encontra-se arquivada no Instituto Histórico e Geográfico, localizado no Rio de Janeiro.

9.2 Outras homenagens

²⁸⁹ Ata da Apanha da terra de Pirajá (Bahia), destinada ao plantio da árvore simbólica do pau-brasil na “Casa Ruy Barbosa” IHGB/ Arquivo/ Coleção: Instituto Histórico. Lata 799, Pasta 30.

²⁹⁰ Ata da Apanha da terra de Pirajá (Bahia), *idem*.

²⁹¹ *idem*, *ibidem*.

Já Pereira Ferraz que escreveu sobre o nome “brasil”, em 1939, através das suas pesquisas, enumerou algumas informações sobre as homenagens. Parece que sua intenção, ao enumerá-las, foi mostrar que pouco havia sido realizado. Assim escreveu o autor, destacando que foram poucas as homenagens feitas.

Entre as poucas homenagens que lhe foram tributadas, apenas se destacam: um decreto imperial de 2 de março de 1860, concedendo uniforme ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com as suas folhas bordadas a matiz.; um cartão do Museu Nacional, em que figura um galho de ibirapitanga A medalha comemorativa do movimento revolucionário de 1930, em cujo anverso se vê um pé dessa leguminosa; E ultimamente, o plantio, com muita propriedade, de um exemplo de “brasil” no jardim do Palácio Itamarati. E é quase tudo quanto se tem feito, bem pouco ainda, sem dúvida alguma, para o muito que lhe devemos.²⁹²

É interessante pensar, que aqui é um caso em que a árvore está sendo tratada como “monumento”. Conforme explica Le Goff, a palavra latina *monumentum* remete à raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais da mente, a memória. O verbo *monere* significa fazer recordar. Assim o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação.²⁹³

Ferraz ainda informa que durante a impressão do seu livro foram realizadas outras cerimônias que consistiam em plantar uma muda do pau-brasil nos jardins de prédios importantes do governo. Essas cerimônias sempre contavam com a presença de autoridades governamentais. Entretanto, Ferraz não informa onde aconteceram, somente cita o Palácio do Catete e o Itamarati. Segundo o autor, essas cerimônias eram “dignas de ser imitadas em todos os recantos do país”.²⁹⁴

Interessante pontuar que nesse período, no que tange às comemorações e festas cívicas e esportivas promovidas pelo Estado, o modelo era o nazi-fascista, criando-se a imagem da “sociedade em festa”, coesa e unida em torno de um líder, ocultando-se as

²⁹² FERRAZ, A. L. Pereira. “Terra da Ibirapitanga”, op. cit.

²⁹³ LE GOFF, “Lugar da História”, op. cit.

²⁹⁴ FERRAZ, A. L. Pereira, op. cit.

práticas repressivas para exercer o controle social. Todas as datas nacionais passaram a ser comemoradas em grande estilo, normalmente realizadas em estádios esportivos ou em praças públicas e avenidas. As festas contavam com grande presença popular, de alunos de escolas públicas e privadas, forças armadas, bandas etc., sendo realizadas por esses segmentos desfiles, danças, hinos e discursos, entre outras manifestações.²⁹⁵

A ideia desse capítulo foi descobrir os valores velados nos discursos que abordaram a questão da conservação do pau-brasil, na primeira metade do século XX. Praticamente desapareceu como mercadoria e na natureza, mas cada vez mais começou a aparecer na construção da memória da nação. Talvez por esse motivo, não tenha sido realmente extinto. Importante nesse capítulo é destacar que a partir do século XX, o tema pau-brasil vai aparecer em trabalhos históricos e obras artísticas, ao mesmo tempo em que praticamente desaparece como preocupação política ou econômica. O tema pau-brasil vai voltar aos debates políticos quase depois de um século, a partir da década de 1950. Ao se comparar um discurso da década de 1850 e 1950, por exemplo, pode-se concluir como um elemento da natureza é visto, tratado, pensado de forma completamente diferente em uma situação histórica e cultural diferente. No próximo capítulo serão analisados discursos sobre a árvore, o cerne do falado sobre ela, o interesse em conservá-la, a razão para transformá-la em símbolo da nação. Uma árvore como outra qualquer.

²⁹⁵ CAPELATO, Maria Helena R. “Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo”. Capelato. Campinas, Papirus, 1998.

QUARTO CAPÍTULO

A conservação e a ideia do pau-brasil como símbolo da nação– décadas de 1950, 1960 e 1970

A necessidade de se intensificar o plantio dessa árvore, para servir de lembrança do fato histórico ocorrido.³⁰⁰

A solução está em plantá-lo em grande escala. Mas o mais importante, para preservá-lo, é disseminar o seu significado relativamente às nossas tradições. É importante torná-lo conhecido e estimado.³⁰²

A partir da década de 1950, começaram a ser elaborados, na esfera federal, vários discursos objetivando promover o plantio do pau-brasil e declará-lo árvore nacional. Nesses discursos há a ideia da necessidade de conservação. Como visto nos capítulos anteriores, desde o início do século XIX, até mesmo antes, desde o início do século XVII no “Regimento do pau-brasil”,³⁰⁴ há esforços para conservar a árvore. No século XX essa preocupação continua, mas no decorrer desses anos os interesses envolvidos foram diversificados. Na segunda metade do século XX, a visão de muitos brasileiros sobre o pau-brasil “já carregava” uma intensa e profunda relação com o país que se formou. Já era vista através de quase 500 anos de história.

³⁰⁰ “Parecer da Comissão de Agricultura e Política Rural” (Relator Diogo Nomura), referente ao “Projeto de Lei n.º 1573, de 1973”. Relator deputado Faria Lima. DCN1, 7/5/1974. coleção 3. Endereço eletrônico www2.camara.gov.br. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009. (Declara o pau-brasil árvore nacional).

³⁰² Projeto de Lei n.º 1006, de 1972. Relator deputado José Bonifácio Neto. DCN1, 24/10/1972, coleção 3. Endereço eletrônico www2.camara.gov.br. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009. (Declara o pau-brasil árvore nacional)

³⁰⁴ “Regimento do pau-brasil” de 12 de dezembro de 1605. Documento completo em SOUZA, Bernardino José de, op. cit. e na Legislação Brasileira ou Coleção cronológica das Leis, op. cit.

Seguindo o objetivo geral da pesquisa, o objetivo, neste capítulo, foi entender o sentido para a defesa da conservação do pau-brasil. Como propõe Shama (1996), “analisar não o que foi destruído na natureza, mas o que foi mantido pelo homem em algum momento”.³⁰⁵ Para isso é importante identificar nos discursos quais os fundamentos usados nas argumentações daqueles que “defendiam” o pau-brasil, de onde vinha a ideia de que a árvore era importante. Se o argumento foi a importância da árvore para o equilíbrio de um ecossistema ou a importância e o valor de sua madeira, a sua beleza, a sua raridade, o perigo de desaparecimento ou a sua representatividade na história. Como era lembrada? Um grande símbolo da destruição promovida durante a colonização? Um alerta para os problemas ambientais daquele momento? Um grande símbolo de que os brasileiros não valorizavam sua história e por isso a maioria nem reconhecia o pau-brasil? A árvore poderia ser lembrada como um grande símbolo das riquezas da nação “próspera” que desde cedo provocou a cobiça dos conquistadores? Essas perguntas estiveram presentes em todo o trabalho e, aqui, nesta fase elas podem ser respondidas com mais propriedade, pois como será visto já estava consolidada uma memória nacional sobre a árvore.

Nos discursos que tiveram o pau-brasil como tema e foram apresentados no plenário, nas décadas de 1950, 60 e 70, os argumentos aplicados foram essencialmente históricos. Os parlamentares basicamente se apropriaram, conforme seus interesses, de “uma história” sobre a exploração do pau-brasil para justificar suas propostas. De forma geral, foram destacados quatro argumentos que tentam atribuir importância ao pau-brasil e que mostram como a árvore era pensada, o que ela representava. O primeiro argumento foi o da ligação do nome do país e da árvore, o segundo foi o da exploração considerada devastadora, exemplo de como a colônia foi usada, o terceiro foi o perigo de desaparecimento da espécie e, por último, o fato de ter sido o primeiro produto de “exportação” do país.

Basicamente, também, os projetos visavam criar viveiros e plantar a árvore em lugares específicos, como se o pau-brasil servisse por monumento, como ocorreu nas décadas anteriores. Praticamente não se falou em reflorestamento, em proteção de reservas naturais ou implementação de leis de proteção. Desejava-se promover solenidades oficiais que mostrassem publicamente o interesse pela árvore.

³⁰⁵ SCHAMA, Simon. “Paisagem e memória”, op. cit.

Assim como no capítulo anterior, para análise, considerou-se que a natureza é vista pelo homem através da sua cultura, podendo-se construir diferentes relações em diferentes momentos históricos e que a imagem que uma pessoa tem de uma paisagem, uma árvore, um animal e outros elementos que a compõem é sempre carregada de diferentes significados, estes construídos de uma memória (Shama, 1996). Além disso, que essa memória é construída segundo os interesses de um grupo, e que no caso desta pesquisa, trata-se de uma memória nacional que é uma memória coletiva, com a função de manter a coesão de um grupo e defender as fronteiras daquilo que ele tem em comum. Que essa memória se alimenta do material fornecido pela história e que o material que a história fornece pode ser interpretado e combinado a várias referências (Pollak, 1989). Finalmente considerou-se a ideia de monumento como material da memória coletiva e da história, que não é o conjunto do que sobreviveu no passado, mas uma escolha feita para evocar algo do passado, perpetuar uma recordação, que tende a ser uma obra de caráter comemorativo, como uma escultura, uma coluna e outros monumentos. (LE GOFF, 2000).

A seguir há a exposição e análises dos discursos dos parlamentares na tentativa de criar uma lei para o pau-brasil em projetos e textos diversos. O de 1956 visava escolher uma árvore para representar a nação; o de 1961 tinha o mesmo objetivo; o de 1972 pretendia, inicialmente, dar preferência ao plantio do pau-brasil na semana da árvore; e o de 1973 pretendia transformar o pau-brasil em árvore nacional. Além disso, também foram analisados os textos produzidos pelas comissões e as discussões que ocorreram no plenário.

10 Projeto de lei 1.851, de 1956³⁰⁶

Em setembro de 1956 foi apresentado um projeto de lei³⁰⁷ de autoria de Ernesto Dornelles para ser apreciado pelo plenário. O objetivo era declarar o pau-brasil e o ipê amarelo como árvore e flor nacionais, respectivamente. Porém, no dia 21 de novembro, a mesa diretora da Câmara dos deputados arquivou o projeto.³⁰⁸

O texto de argumentação e justificativa do projeto afirmam que a ideia de declarar uma árvore nacional e uma flor nacional surgiu de uma solicitação feita “por entidade técnica da República de Honduras” ao Ministério da Agricultura. Este por sua vez elaborou um pedido ao presidente da República para transformar em projeto de lei.³⁰⁹

Segundo o exposto no documento a “Dirección General de Recursos Naturais daquele país amigo” pedia ao Ministério da Agricultura para informar os nomes da árvore e da flor nacionais do Brasil, além da data em que se celebrava “o dia da mesma árvore nacional”. A entidade de Honduras justificou o pedido como parte de um “trabalho de divulgação relacionado com os países americanos”.³¹⁰

³⁰⁶ Nas eleições de 1955, getulistas (PTB e PSD, representados por JK e João Goulart) e UDN (representado por Carlos Lacerda) disputaram as eleições. A primeira chapa venceu. Nas eleições de 1960, PSD-PTB (general Henrique Teixeira Lott e João Goulart ou Jango) e UDN (Jânio Quadros e Milton Campos) mais uma vez disputaram as eleições para presidente. Jânio foi eleito presidente e Jango vice. Em 1961, Jânio renuncia e Jango assume. Jango, que sofria oposição dos militares e de Lacerda, mostrava o interesse de adotar medidas para reformas de base e mobilizou as forças populares organizadas. Vários acontecimentos posteriores levaram ao golpe dos militares que derrubou o presidente João Goulart e seus aliados e levou repressão aos grupos de oposição. As décadas de 1950 e 1960 no Brasil foram marcadas por projetos político-ideológicos para levar o país ao mundo desenvolvido. Quatro instituições vão se destacar como lugares onde foram pensados esses projetos: a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) foi fundada em 1949 e tinha idéias estruturalistas e um dos seus principais pensadores era Celso Furtado; a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), desde 1940 começou a ter importância política, tinha um discurso nacionalista. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) que era contra o latifúndio exportador e capital estrangeiro foi criado em 1955. A Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, baseava suas idéias na segurança e desenvolvimento.³⁰⁶ FREIRE, Américo. MOTTA, Marly Silva da. ROCHA, Dora. “História em curso”. Fundação Getúlio Vargas: 2005.

³⁰⁷ No ano de 1956, foi apresentado na câmara dos deputados o Projeto nº 1.851, com o objetivo de “Declara(r) o pau-brasil e o ipê amarelo como árvore nacional e como flor nacional do país”.

³⁰⁸ Projeto nº 1.851, de 1956. “Declara o pau-brasil e o ipê amarelo como árvore nacional e como flor nacional do país”. Relator Ernesto Dorneles. Diário do Congresso Nacional, 18/9/1956, Coleção 3. Endereço eletrônico <http://www2.camara.gov.br>. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009.

³⁰⁹ Projeto nº 1.851, de 1956. Projeto nº 1.851, de 1956. idem.

³¹⁰ Projeto nº 1.851, de 1956. Projeto nº 1.851, de 1956. idem.

No primeiro argumento exposto informava-se que se tratava de assunto “considerado” por outros países, por isso era conveniente que o Brasil também escolhesse e declarasse “por forma legal perfeita, quais as essências florestais de seu rico parque tropical que representam a árvore e a flor brasileiras”. Inclusive a República de Honduras já tinha as suas duas espécies símbolos, o pinho e a rosa.³¹¹ A escolha do pau-brasil foi justificada com a ideia de que a árvore representava um elemento importante na história do país.

Quanto à primeira, de certo, é difícil pensar em outra espécie que não o pau-brasil (*Caesalpinia echinata* Lam.), por isso que esta leguminosa ficou ligada e deu nome ao país, tempos após o seu descobrimento.³¹²

Essa ligação entre o nome da árvore e o nome do país, é um fator que dá diversos significados ao pau-brasil. Praticamente todo brasileiro sabe por que motivo o país foi denominado de “brasil”. Quando se estuda as origens do país, sempre há a referência sobre os nomes que foram dados à nova terra e como o nome “brasil” acabou sendo definitivamente adotado.

A presença de uma árvore com propriedades tintoriais fez com que nas cartografias e documentos, da época das grandes navegações, as “terras descobertas” fossem denominadas de “brasil”. Uma parte muito interessante, apresentada por Ferraz (1937), foi o uso do nome “Brasil” em diversos mapas do século XVI para identificar as novas terras. O autor citou também mapas registrados antes do “descobrimento oficial” em 1500.³¹³ Já Bernardino apresentou documentos com o descontentamento de alguns religiosos ao longo dos séculos XVI e XVII por ter sido usado o nome “Brasil”, no lugar de nomes cristãos para denominar os domínios de Portugal na América.

Dentre os argumentos apresentados, desde o projeto de 1956 até a lei de 1978, sempre a ligação entre o nome dado à nação e o nome da árvore é citada. Só ela bastaria para a árvore não ser vista da mesma forma que as demais árvores da Mata Atlântica, mas outras questões também surgiram nos discursos. A forma como ocorreu a exploração e

³¹¹ Projeto nº 1.851, de 1956. idem. .

³¹² Projeto nº 1.851, de 1956. idem. .

³¹³ FERRAZ, A. L. P. “Terra da Ibirapitanga”, op. cit.

as conseqüências, geralmente são citados como um dos maiores exemplos de uma exploração degradante.

Segundo a justificativa apresentada no Plenário, em 1956, o fato da árvore não ser conhecida pelos brasileiros era fruto de uma “exploração descontrolada sofrida pela espécie” e “exatamente por isto” ela estava “quase desaparecida de suas zonas de ocorrência”.

O pau-brasil foi visto como “desaparecido”, “raro”, “quase extinto” na natureza nas primeiras décadas do século XX. Pelo que está registrado, a situação em meados da década de 1950, não parecia diferente. A árvore continuava sendo vista como muito rara na natureza e em perigo de extinção. Segundo o documento, o “fato de não ser do conhecimento da maioria da população brasileira” poderia atrapalhar a escolha do pau-brasil. O argumento contrário era que mesmo desconhecida dos brasileiros e “quase desaparecida”, ainda assim, a árvore tinha grande importância histórica.³¹⁶

O argumento que podia não favorecê-la no sentido daquela indicação seria o fato de não ser do conhecimento da maioria da população brasileira [...] É argumento, entretanto, menos forte do que o vínculo deixado em nossa história pelo comércio de madeira que aquela leguminosa criou, e se desenvolveu com a Europa, constituindo o primeiro ciclo econômico deste país. E de menor relevo do que a força histórica das lutas a que deu lugar, pela sua posse e exploração, entre franceses e portugueses.³¹⁷

Interessante observar que as duas justificativas – de o pau-brasil ter sido “o primeiro ciclo econômico deste país” e ter sido motivo de lutas entre franceses e portugueses –, são pensadas como fortes argumentos, mas não podem ser naturalizadas, pois são construções históricas. Pelo trabalho de diversos historiadores foi construída uma história para a exploração do pau-brasil, que destacou seu papel na gênese da nação. A teoria dos ciclos econômicos ganhou notoriedade no trabalho de Simonsen (1937) no final da década de 1930. Assim, pode-se pensar que essa teoria e seu uso em diversas obras e livros didáticos contribuíram para certa visão da árvore. Apesar dessa

³¹⁶ Projeto nº 1.851, de 1956. idem.

³¹⁷ Projeto nº 1.851, de 1956. idem.

teoria já estar superada na historiografia, ela foi citada diversas vezes entre os políticos para justificar a importância do pau-brasil. Ainda hoje é largamente usada em livros didáticos nos meios escolares. A teoria dos ciclos vai ser citada novamente nos discursos dos anos seguintes.

Assim, naquele momento desejava-se que o pau-brasil fosse homenageado, o que passava pela sua conservação. O pau-brasil deveria ser mantido com a justificativa em sua própria história, a árvore vista carregada de memória. Como se destacou no documento, apesar dos brasileiros não conhecerem a árvore na natureza, conheciam a representatividade que foi dada para ela no processo de construção histórico e na memória coletiva.

Já para a escolha do ipê como flor nacional, foram dadas diferentes justificativas. Primeiro, a leguminosa já tinha sido remetida “mais ou menos nesse caráter para o Jardim da Paz, criado na cidade argentina de La Plata, em torno de 1937”, os seguintes argumentos foram mais de razões contemplativas, como “trata-se de uma das mais belas flores das matas naturais brasileiras”, “além disso, a espécie ocorre de norte a sul do país” e é “conhecida e admirada pelas populações do interior mais profundo e da zona litorânea, das capitais e dos sertões”. Para completar, destacou-se que a flor foi citada “por poetas e escritores da língua portuguesa”, José de Alencar em “Tronco do Ipê” e em “Flores de Ouro”.³¹⁸

Desta forma, os argumentos produzidos para o ipê foram associados à beleza da flor e à admiração dos brasileiros. Diferente do pau-brasil, em que foram usadas justificativas históricas, já que a árvore não era nem mesmo reconhecida no seu aspecto físico pelos brasileiros.

Em face desses argumentos defendem-se tais escolhas e a necessidade de “promover-se a imediata multiplicação dessas duas leguminosas, por meio de plantios (...), sobretudo nas escolas”.³¹⁹ Assim, foi apresentado o projeto nº 1.851, de 1956, com esses dois objetivos, estabelecer e declarar a árvore e a flor nacionais e promover o plantio.

³¹⁸ Projeto nº 1.851, de 1956. *idem*.

³¹⁹ Essas justificativas foram assinadas por Ernesto Dornelles do Ministério da Agricultura, que passou esse texto junto com o projeto para receber a concordância do presidente e em seguida ser levado ao plenário. “Exposição de motivos do Ministério da Agricultura”. Projeto nº 1.851, de 1956. *idem*.

Art. 1º A leguminosa chamada vulgarmente pau-brasil e que a botânica denominou de *Caesalpinia echinata Lam.*, fica por esta forma declarada como Árvore Nacional brasileira. Art. 2º A leguminosa cientificamente conhecida de *Tecoma longiflora, Bur. ET Sch*, vulgarmente chamada ipê amarelo, fica sendo a flor nacional do país. Art. 3º Os órgãos técnicos competentes providenciarão, desde logo, no sentido da produção de mudas das espécies mencionadas nos artigos 1º e 2º, destinadas ao plantio na sede dos municípios e nos estabelecimentos rurais de ensino, de experimentação e de fomento agrícola e florestais existentes ou que venham a existir em território nacional e onde essas espécies possam desenvolver-se. Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.³²⁰

Interessante perceber que as mudas produzidas deveriam ser plantadas em determinados estabelecimentos, mais próximo da ideia de se manter um “monumento”, do que da ideia de sua conservação dentro da Mata Atlântica como componente importante desse bioma.

11 Projeto de lei 3.380, de 1961³²¹

Um ano após apresentado o projeto de 1956, em novembro de 1957 ele foi arquivado, a Comissão de Economia o rejeitou e a Comissão de Educação e Cultura pediu o arquivamento.³²² No ano de 1961, foi apresentado o projeto 3.380 ao plenário, junto com a exposição de motivos do Ministério da Agricultura. O texto do projeto é

³²⁰ Projeto nº 1.851 de 1956, op. cit.

³²¹ **Projeto de lei 3.380, de 1961.** “Declara o pau-brasil e o ipê amarelo como árvore nacional e como flor nacional do país”. Relator Ernesto Dorneles. Diário do Congresso Nacional, 18/9/1956, Coleção 3. Endereço eletrônico <http://www2.camara.gov.br>. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009.

³²² “Projetos mandados arquivar de acordo com o artigo 19, II, “a”, do Regimento Interno”. Projeto nº 1.851, de 1956: Mensagem nº 464 do Poder Executivo e Exposição de motivos do Ministério da Agricultura. Diário do Congresso Nacional, 22/11/1957, Coleção 4, página 9902. Endereço eletrônico <http://www2.camara.gov.br>. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009.

praticamente igual ao apresentado em 1956, com algumas pequenas modificações, como a do nome científico do ipê, que no primeiro aparecia o nome *Tecoma longiflora* e no segundo *Tecoma araliácea*. Já a segunda parte do texto, que constitui a justificativa, apresenta algumas mudanças, apesar da ideia central continuar a mesma. Primeiro, destacou-se que o Brasil é um país conhecido mundialmente “pela exuberância de sua flora”, mas que ainda não tinha estabelecido uma árvore e flor para simbolizar as suas “essências florestais”. Segundo, argumentou-se que o Brasil deveria seguir o exemplo “de outros países, especialmente os latino-americanos”. Uma vez considerada essa necessidade, o próximo passo seria escolher a árvore e a flor.³²³

Assim, defende-se a escolha do pau-brasil pelos mesmos motivos históricos colocados no ano de 1956. O texto é exatamente o mesmo e já está citado acima. Já as justificativas para a escolha do ipê-amarelo são sutilmente modificadas, não no seu conteúdo, mas na maneira como foram escritas, na redação. Quanto aos locais, o segundo texto fala da “necessidade de promover-se a imediata multiplicação dessas leguminosas através do plantio, sobretudo nas escolas...” e nos demais estabelecimentos já citados no texto anterior.³²⁴ Para o projeto de 1961, só estão registradas duas ações, a apresentação, em 1961, e a última ação, em junho de 1972, com a solicitação para a retirada do projeto.³²⁵

12 Projeto de lei 1.006, de 1972

Durante a década de 1970, foi assinada uma lei objetivando declarar oficialmente o pau-brasil como árvore nacional, além de determinar diversas medidas para sua conservação. A lei foi resultado dos projetos de lei nº 1.006, de 1972, e nº 1.573, de 1973, e parece que contou com a atuação de pessoas ligadas a algumas instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Universidade Federal Rural de Pernambuco. Essas atuações não foram objeto deste trabalho, mas merecem investigações futuras.

Em 1972, foi apresentado o projeto de José Bonifácio Neto cujo objetivo era determinar o plantio de pau-brasil nas comemorações oficiais da “Semana da árvore”.

³²³ Mensagem nº 464 do poder executivo e Exposição de motivos do Ministério da Agricultura. Anais da Câmara dos Deputados, op. cit. Mensagem nº 464 do poder executivo e Exposição de motivos do Ministério da Agricultura. Anais da Câmara dos Deputados, op. cit.

³²⁴ Anais da Câmara dos Deputados, idem.

³²⁵ Anais da Câmara dos Deputados, idem.

Dispõe sobre o plantio de pau-brasil nas comemorações oficiais da “Semana da árvore”. (Às comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura e Política Rural e de Finanças). O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Nas comemorações da “Semana da árvore” realizada em estabelecimentos oficiais será plantada, em caráter de preferência, muda de pau-brasil. Art. 2º O Poder Executivo, através dos Ministérios da Agricultura e da Educação e Cultura, promoverão, nessa época, campanha explicativa das tradições históricas nacionais do pau-brasil. Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.³²⁶

Na justificativa, há explicação de que era “comum, nas comemorações da Semana da Árvore” as autoridades plantarem um vegetal e indagava o porquê de não ser o pau-brasil. A preocupação do parlamentar parecia ser mesmo a extinção da árvore, mas não por razão ecológica nem econômica, mas pelo papel na história nacional. Tanto que ao iniciar o texto de justificativa, escreve:

Nosso País tem seu nome originado da madeira pau-brasil. Com esse nome atravessamos alguns séculos, crescemos e nos desenvolvemos e hoje somos universalmente conhecidos. Por tudo isso, não podemos admitir a ameaça de extinção.³²⁷

No projeto de 1972, é muito interessante a solução apontada pelo parlamentar para o perigo de extinção. Para preservar o pau-brasil, sugere o deputado, seria necessário plantá-lo em grande escala, mas o mais importante seria “torná-lo conhecido e estimado”. Continua o deputado: “Na verdade, muitos brasileiros não o conhecem”. Se fosse plantado nas escolas, “as crianças teriam a imagem da árvore que foi semente histórica da Pátria”. Por fim, ele afirma seu objetivo principal, justificando o projeto.³³⁰

³²⁶ Projeto de lei nº 1.006/1972, op. cit.

³²⁷ Justificação do Projeto nº 1006, de 1972, op. cit.

³³⁰ “Justificação do Projeto nº 1.006, de 1972”, Anais da Câmara dos Deputados, op. cit.

Por isso, o projeto presente, que pretende disseminar o conhecimento dessa árvore [...] A solução está em plantá-la em grande escala. Mas o mais importante, para preservá-la, é disseminar o seu significado relativamente às nossas tradições. É importante torná-la conhecida e estimada.³³¹

Dentro de um grupo de tradições, o deputado sugeria um lugar para o pau-brasil. Talvez colocar a árvore dentro desse quadro poderia aumentar sua chance de não desaparecer. É interessante pensar em quais tradições o deputado estaria pensando. Uma foi referida, que era a comemoração da “Semana da Árvore”, coisa instituída pelo Estado, assim como seria o plantio do pau-brasil.

Aqui abre-se um parêntese para pensar nas tradições evocadas pelo autor do projeto e que aparecem em outras linhas dos discursos estudados. Provavelmente ele está se referindo a um conjunto de “tradições inventadas”³³² a partir da República e que tentavam definir nacional.

No capítulo “A Produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914”, Hobsbawm identifica que em muitas nações da Europa, a partir do final do século XIX, várias tradições³³³ surgiram com frequência como instrumentos para assegurar a coesão social e estruturar as relações sociais. Praticou-se uma produção de tradições para um crescente número de pessoas que deveriam tornar-se como pertencentes a um Estado. Criaram-se “novos feriados, cerimônias, heróis e símbolos oficiais públicos”.³³⁴ Em cada nação foi estabelecido uma capital, uma bandeira, hino nacional, uniformes militares e, na maioria das vezes, o conjunto era baseado no modelo britânico de hino nacional e no modelo francês de bandeira. Hobsbawm escreve que foi necessário construir-se uma “religião cívica”.³³⁵

³³¹ Anais da Câmara dos Deputados, idem.

³³² HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. “A invenção das tradições”, op. cit.

³³³ “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. HOBBSAWM, Eric. Introdução de “A Invenção das Tradições”, idem.

³³⁴ HOBBSAWM, Eric. “A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914”, idem.

³³⁵ HOBBSAWM, Eric, idem.

Também é óbvio que símbolos e acessórios inteiramente novos foram criados como parte de movimentos e Estados nacionais, tais como o hino nacional, a bandeira nacional ou a personificação da “nação” por meio de símbolos ou imagens oficiais [...] ou não-oficiais.³³⁶

Um dos instrumentos utilizados pelo governo do golpe de 64³³⁷ foi a propaganda política feita no seio da Presidência da República, de caráter utópico, exaltava o Brasil e o poder dos brasileiros, cultuava valores morais e relações familiares, defendia noções de educação e civilidade, exibia belas imagens e músicas envolventes, com frases do tipo: “Ninguém segura o Brasil”. Nesse aspecto, a pátria, seus símbolos e valores foram regulados de forma a construir uma identidade aos membros da nação brasileira.³³⁸

13 O andamento do projeto de Bonifácio, em 1973

Em agosto de 1973, o projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com substitutivo, e das Comissões de Agricultura e Política Rural e de Finanças. No texto do parecer da CCJ, além do elogio ao projeto é também acrescentada a informação de que “na defesa de nossa reserva florestal, já se levantou, durante o Império, José Bonifácio de Andrade e Silva”. Assim, é citado um trecho de discurso feito por Bonifácio, no século XIX.

Precisamos conservar, como herança sagrada para a posteridade, as antigas florestas virgens, que pela sua vastidão e frondosidade, caracterizavam o nosso belo país.³³⁹

³³⁶ HOBBSAWM, Eric. Introdução de “A Invenção das Tradições”, op. cit.

³³⁷ O Brasil, entre 1964 e 1980, foi governado com a idéia do projeto: “desenvolvimento com segurança”, cada um dos cinco governos o programou de maneira diferente. No governo militar os presidentes faziam parte dos principais grupos das forças armadas. No governo Castelo Branco (1964-1967) procurou-se montar uma estrutura jurídico-política autoritária e criar novas instituições econômicas. Nos governos Artur da Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974), a repressão política aumentou e a economia apresentava elevadas taxas de crescimento. No governo Geisel (1974- 1979) iniciou-se o processo de abertura política a adoção do projeto “Brasil Grande”. No governo de João Batista Figueiredo (1979-1985), a inflação e a dívida externa aumentaram. FAUSTO, Boris. “História do Brasil”.

³³⁸ FICO, Carlos. “Além do Golpe, versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar”.

³³⁹ E seguintes: “Parecer da Comissão de Constituição e Justiça”, Projeto nº 1.006, de 1972. Anais da Câmara dos Deputados, op. cit.

A Comissão sugeria que o projeto estivesse de acordo com o Decreto n° 55.795/65, que instituía a Festa Anual das Árvores em substituição ao dia da árvore. A Festa anual era uma solução para a diversidade ecológica do Brasil e por isso seria comemorada no mês março, no Norte e Nordeste, e em setembro, nas demais regiões do Brasil. Para a comissão, o plantio do pau-brasil deveria estar condicionado “às características fisiográfico-climáticas do território nacional”.

Outra determinação era que o plantio fosse realizado nos estabelecimentos oficiais e particulares de ensino e no seu ato ocorresse campanha elucidativa da fonte de riqueza e das tradições históricas nacionais do pau-brasil. Com o substitutivo adotado pela Comissão, o projeto em agosto de 1973, ficou assim:

O Congresso Nacional decreta: Art. 1° Será promovido nos estabelecimentos oficiais e particulares de ensino, durante a Festa Anual das Árvores, instituída pelo Decreto n.º 55.795 de 24 de fevereiro de 1965, o plantio de mudas de pau-brasil, condicionado às características fisiográfico-climáticas do território nacional. Art. 2° Será realizada, através dos Ministérios da Agricultura e Educação e Cultura, no ato do plantio, campanha elucidativa de fonte de riqueza e das tradições históricas nacionais do pau-brasil. Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Art.4° Revogam-se as disposições em contrário. Sala das Sessões, 9 de maio de 1973. Lauro Leitão, presidente. Laerte Vieira, relator.

Já a Comissão de Agricultura e Política Rural apresenta no relatório e no voto do relator elogios pelo projeto, pois este trazia na sua justificativa

a necessidade de se intensificar o plantio dessa árvore, para servir de lembrança do fato histórico ocorrido.³⁴³

O “fato histórico” de que trata o texto é uma construção e, também, uma escolha. Como visto, ao longo do tempo, foi construída uma história para a exploração do pau-

³⁴³ “Parecer da Comissão de Agricultura e Política Rural” (Relator Lopes da Costa), referente ao Projeto de Lei n.º 1006, de 1972. Anais da Câmara dos Deputados, Agosto de 1973, p. 583.

brasil, destacando alguns aspectos, principalmente sua relação com o “descobrimento” do país. Destaca-se ainda que, por pensar no plantio nos estabelecimentos de ensino, o projeto iria “certamente dar enorme contribuição na educação e cultura da juventude brasileira, sem contar a proteção ao pau-brasil, para que tenha vida eterna em nosso país”. Concluem com voto favorável ao projeto e ao substitutivo. O mesmo ocorreu na Comissão de Finanças, com elogios.

O nobre Deputado José Bonifácio Neto teve a feliz iniciativa de apresentar projeto de lei dispondo sobre a obrigatoriedade da plantação, em caráter de preferência [...] de mudas de pau-brasil.³⁴⁷

14 O projeto do deputado Faria Lima, em 1973

Em setembro de 1973, também foi apresentado o projeto de número 1.573 de autoria do deputado Faria Lima. O objetivo era declarar o pau-brasil “árvore nacional” e homenageá-lo na festa anual das árvores.

Projeto de Lei N.º 1.573, de 1973. (A que se referem os pareceres.) O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Fica declarada Árvore Nacional a leguminosa denominada Pau-brasil (*Caesalpinia Echinata, Lam.*). Art. 2º O Poder Executivo promoverá, durante a Festa Anual das Árvores, campanha elucidativa sobre a importância do Pau-brasil na História Pátria. Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.³⁴⁹

A justificativa apresentada pelo deputado é muito interessante, pois celebra a obra que tem sido mencionada continuamente nesse trabalho, o livro de Bernardino José

³⁴⁷ “Parecer da Comissão de Finanças” (Relator Adhemar de Barros Filho), referente ao Projeto de Lei n.º 1006, de 1972. Anais da Câmara dos Deputados, agosto de 1973.

³⁴⁹ Projeto de Lei n.º 1573, de 1973. Relator deputado Faria Lima. Diário do Congresso Nacional, 27/9/1973.

de Sousa. Os argumentos que o autor usa para justificar seu projeto são todos históricos e todos são pensados a partir do livro de Sousa.

São de origem histórica as razões que nos levam a apresentar o presente projeto, declarando Árvore Nacional o Pau-brasil.³⁵⁰

O deputado cita a obra de Sousa e procura dar legitimidade ao autor, citando o parecer de alguns integrantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro elogiando o trabalho de Sousa. Esse parecer está no início do livro e foi assinado pela Comissão de História Social e Econômica do 3º Congresso de História Nacional promovido pelo IHGB, em 1938.³⁵¹

Os trechos selecionados pelo deputado para o parecer procuram aumentar a importância da exploração do pau-brasil na história construída para o Brasil. Assim, segundo a comissão, o trabalho de Sousa destacava-se, pois mostrava que a exploração do pau-brasil foi importante durante três séculos e não, como era comum pensar, somente nos primeiros anos do século XVI.

Sob a luz das considerações do eminente pesquisador e dos elementos comprovantes por ele coligidos e exibidos, o ciclo do pau-brasil – cuja duração parecia a quase toda gente ter sido muito rápida, abrindo-se por assim dizer no primeiro dia da descoberta e encerrando-se logo cedo com o advento do ciclo do açúcar – dilata-se, ao contrário, desmedidamente, com todo seu interesse, sua importância, suas múltiplas repercussões geográficas, econômicas e administrativas, cobrindo um período de nada menos de três séculos e meio, para encerrar-se na segunda metade do século XIX, precisamente em 1875.³⁵²

Duas observações sobre esse trecho são importantes. O ano de 1875 é marcado na obra de Bernardino para o fim da história de exploração da árvore. Em um final

³⁵⁰ Projeto de Lei n.º1573, de 1973. *idem*.

³⁵¹ Projeto de Lei n.º1573, de 1973. *idem*.

³⁵² Projeto de Lei n.º1573, de 1973. *idem*.

trágico, no qual a árvore, já praticamente desaparecida das florestas, tem a sua madeira citada pela última vez nos documentos de exportação em meio a tantas outras, “sem importância”. Essa foi a data encontrada por Sousa para delimitar temporalmente a história de exploração do pau-brasil. A segunda observação é que Sousa não nega a ideia dos ciclos, ao contrário, ele elogia a obra de Simonsen, que inclusive é um dos que assinam o parecer. Entre os elogios, Sousa escreveu:

Roberto Simonsen foi o primeiro, que estudou o desenvolvimento da economia brasileira distribuída em ciclos mais ou menos sucessivos: e no seu magnífico livro, de 1500 a 1822, alinham-se os ciclos do pau-brasil, do açúcar, da pecuária e da mineração.³⁵³

O entendimento e a definição que Sousa tinha dos ciclos econômicos não o levariam a negar a obra de Simonsen. Sousa entendia que “cada um desses ciclos, por sua vez, possui um núcleo principal, uma determinada produção, que [...] monopoliza maiores atenções”. Dessa forma, Sousa escreve que “não nos cingimos ao período do já definitivamente chamado ciclo do pau-brasil. Aventuramo-nos a retrair a sua história desde o descobrimento até o momento em que desapareceu da nossa exportação como pau-de-tinta, 1500-1875”.³⁵⁴

Faria Lima cita outras importâncias históricas da árvore e que foram mencionadas no parecer, “ela determina os primeiros pontos de fixação humana em nosso litoral; que dá causa aos primeiros conflitos com os corsários e contrabandistas franceses, que motiva as primeiras medidas de reação e defesa da colônia por parte do governo português ...”. Por fim, não poderia ser esquecido o fato do nome “brasil” ter sido usado para denominar as terras. Mas a árvore não foi importante somente no início, “esta importância do pau-brasil, da sua exploração e comércio assim revelada no primeiro século, não diminuiu nos dois séculos seguintes.”³⁵⁵

Faria Lima vai mais longe citando que a árvore foi importante mesmo após a Independência e mais uma vez cita Bernardino:

³⁵³ SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

³⁵⁴ SOUZA, Bernardino José de, idem.

³⁵⁵ Projeto de Lei n.º1573, de 1973. idem..

Prova desta excepcional importância do pau-brasil em nossa história econômica e administrativa, é o fato de que, já depois da Independência, era com as rendas auferidas com a sua exportação para Londres que acorriamos ao pagamento das despesas feitas com o serviço da nossa dívida externa e com os nossos agentes no estrangeiro.³⁵⁶

15 Parecer da Comissão de Constituição e Justiça

A Comissão apresentou um parecer “frio”, sem os elogios que apareceram em outros. A Comissão defendia que existiam árvores mais importantes do que o pau-brasil, mas o projeto iria ser aprovado, pois “do ponto de vista da constitucionalidade e juridicidade” não havia nada de errado. Eles defendiam que existiam “árvores que tiveram na vida brasileira muito mais significado”. Citou-se como exemplo, o pinheiro, “que até hoje (...) é uma das principais fontes de divisas do país”. Citou-se também a peroba, o cedro e o mogno, que para o relator “represent(avam) à Nação mais do que a árvore que emprestou o seu nome ao Brasil.”³⁵⁷

O relator da Comissão, Ferreira Amaral, quase que declara que o voto foi favorável, pois não cabia à Comissão aquele tipo de assunto. Isso porque, após o voto favorável, ele declarou que houve um projeto de lei que pretendeu mudar o Hino Nacional e foi julgado favoravelmente na Comissão, “pois a ela não cabia a análise do mérito”.³⁵⁸

16 Parecer da Comissão de Agricultura e Política Rural

A Comissão procurou destacar que o projeto era importante, pois promovia campanha sobre a importância do pau-brasil na história do país e poderia “servir de enorme estímulo tanto ao plantio de pau-brasil, quanto de outras árvores que produzem madeiras nobres nativas”.³⁵⁹

³⁵⁶ Trecho do parecer contido no livro de Sousa (1938) e citado pelo Deputado Faria Lima na “Justificação do Projeto de Lei nº 1.573, de 1973”. Diário do Congresso Nacional. op. cit.

³⁵⁷ “Parecer da Comissão de Constituição e Justiça” (Relator Ferreira do Amaral), referente ao “Projeto de Lei n.º1573, de 1973”. Diário do Congresso Nacional, 7/5/1974.

³⁵⁸ “Parecer da Comissão de Constituição e Justiça” (Relator Ferreira do Amaral), idem.

³⁵⁹ “Parecer da Comissão de Agricultura e Política Rural” (Relator Diogo Nomura), referente ao “Projeto de Lei n.º1573, de 1973”. Relator deputado Faria Lima. DCN1, 7/5/1974.

17 Parecer da Comissão de Finanças

Segundo o voto do relator da Comissão, Athiê Jorge Coury, “com seu quase desaparecimento de nossas matas, sua memória vai aos poucos se apagando”³⁶⁰ e isso mudaria quando a proposição fosse transformada em lei. Mais uma vez foi citada a obra de Bernardino José de Sousa para justificar a importância histórica da árvore. Para o relator “encontrando-se o pau-brasil em extinção, urgem providências para detê-la”.

Desta forma, propõe-se uma modificação no art. 2º.

Art. 2.º O Poder Executivo promoverá, durante a Festa Anual das Árvores, campanha elucidativa sobre a importância do Pau-brasil na História Pátria.³⁶¹

Como a Festa Anual das Árvores, segundo o Decreto que a instituíra, era de responsabilidade dos Ministérios da Agricultura e da Educação e Cultura, a proposta era modificar o texto nesse sentido e acrescentar o estímulo da sua plantação. Assim, o art. 2º foi mudado.

Emenda da Comissão. Art. 2º À realização da Festa Anual das Árvores, os Ministérios da Agricultura e da Educação e Cultura promoverão campanha elucidativa sobre a relevância do pau-brasil na História pátria, sugerindo e estimulando seu plantio.³⁶²
Parágrafo único. O Ministério da Agricultura expedirá instruções no sentido de preservar a espécie, proibindo o seu corte e industrialização segundo condições a serem estabelecidas com vistas à sua não extinção.³⁶³

³⁶⁰ “Parecer da Comissão de Finanças” (Relator Athiê Jorge Coury), referente ao “Projeto de Lei n.º1573, de 1973”. Relator deputado Faria Lima. DCN1, 7/5/1974.

³⁶¹ “Parecer da Comissão de Finanças” (Relator Athiê Jorge Coury). Idem

³⁶² “Parecer da Comissão de Finanças” (Relator Athiê Jorge Coury). Idem

³⁶³ “Parecer da Comissão de Finanças” (Relator Athiê Jorge Coury). Idem

Durante o ano de 1974, o projeto 1.573 passou pelas comissões competentes e recebeu pareceres favoráveis. Em abril de 1975, ele foi prejudicado pela aprovação do projeto de lei 1.006, de 1972.³⁶⁴

18 O andamento do projeto 1.006, de 1972, em 1974

Em junho de 1974, o projeto entrou em discussão no plenário e foi aprovado o requerimento do deputado Paulino Cícero de uma audiência da Comissão de Educação e Cultura.³⁶⁵ Durante a votação do requerimento, os deputados Célio Marques Fernandes e Laerte Vieira pronunciaram algumas opiniões. O primeiro fez um comentário muito interessante, que revela que mesmo não existindo uma legislação, na prática já havia certa tradição que celebrava a árvore. Como foi visto no capítulo anterior, com as homenagens das décadas de 1920 e 1930.

Como sabemos, sr. Presidente, o pau-brasil está desaparecendo e poucos espécimes ainda são encontrados. O que está aparecendo mesmo, cada vez mais, no mundo todo, é a nossa pátria, pela luta que travamos em prol do seu desenvolvimento. Acredito que a Comissão de Educação e Cultura deva também ser ouvida sobre este projeto. Quando eu era criança, ouvia que a árvore nacional, a árvore típica brasileira era o pau-brasil. É possível que haja até uma legislação já muito antiga considerando-a árvore nacional. Acho que a nossa Liderança andou acertada, ao solicitar a audiência da Comissão de Educação e Cultura.³⁶⁶

Segundo Hobsbawm quando a “invenção de tradição” é um processo formalmente instituído e planejado é mais fácil de determinar sua origem, pois é possível que esteja documentado. Mas quando surgem em grupos fechados ou de maneira informal é mais difícil localizar essa origem.³⁶⁷ O objetivo do autor não foi determinar quando, mas como elas surgiram e se estabeleceram. No caso desta pesquisa

³⁶⁴ Proposição: PL-1573/1973.

³⁶⁵ Tramitação de Proposição (referente ao Projeto de Lei n.º 1006, de 1972, relator deputado José Bonifácio). Anais da Câmara dos Deputados, v. 11, junho de 1974. .

³⁶⁶ Tramitação de Proposição (referente ao Projeto de Lei n.º 1006, de 1972). Idem.

³⁶⁷ HOBBSAWM, Eric. “A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914”, op. cit.

a intenção também não foi localizar quando o pau-brasil começou a ser visto como um símbolo, mas perceber as mudanças de interpretações no decorrer dos anos.

O deputado até sugeriu a existência de alguma legislação antiga para homenagear a árvore, mas admitiu a probabilidade de que também não existisse. Quanto ao requerimento, Célio Marques Fernandes concordava que a Comissão de Educação e Cultura fosse ouvida, diferente do voto do deputado Laerte Vieira, a seguir.

Senhor Presidente, votamos contrariamente ao requerimento, porque achamos que a matéria não deve ser encaminhada àquela Comissão. O projeto já foi apreciado por três Comissões Técnicas da Casa, limite máximo e, regimentalmente, pode ser aprovado sem essa audiência.³⁶⁸

Em resposta, o deputado Paulino Cícero respondeu que os “estabelecimentos oficiais”, citados no projeto, eram basicamente vinculados à rede oficial de ensino, o que tornava importante a opinião da Comissão de Educação e Cultura.³⁶⁹ Por fim, o requerimento foi aprovado.

Antes, entretanto, o deputado Jair Martins fez alguns comentários que são interessantes para serem comentados, pois ele via o projeto como uma oportunidade para discutir problemas ambientais. Assim, cita o projeto e começa falar sobre o problema do desmatamento no Estado da Guanabara. Sugeriu também que fossem editados “milhares de opúsculos deste projeto, para serem distribuídos principalmente, às autoridades do Poder Executivo do Estado da Guanabara, responsáveis pelo desmatamento criminoso que lá ocorre”. O deputado concluiu, criticando as empresas imobiliárias e a falta de fiscalização do Governo, denunciando que estavam “depenando” o Brasil inteiro.³⁷⁰ As observações de Martins não foram debatidas e o projeto de 1972 foi enviado para a Comissão de Educação e Cultura. Nesta, finalmente,

³⁶⁸ Tramitação de Proposição (referente ao Projeto de Lei n.º 1006, de 1972). Idem.

³⁶⁹ Tramitação de Proposição (referente ao Projeto de Lei n.º 1006, de 1972). Idem..

³⁷⁰ Tramitação de Proposição (referente ao Projeto de Lei n.º 1006, de 1972). Idem.

o deputado relator Emanuel Pinheiro solicitou a anexação do projeto de lei nº 1.573, de 1973, ao de 1972, e conseguiu aprovação da CEC³⁷¹ e do plenário³⁷².

Em abril de 1975, o substitutivo da Comissão de Educação e Cultura foi apresentado para ser votado e recebeu aprovação. O projeto era um composto, uma união do de 1972, do deputado Bonifácio Neto, com o de 1973, do deputado Faria Lima.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Fica declarada Árvore Nacional a leguminosa denominada Pau-brasil (*Caesalpinia echinata, Lam.*). Art. 2º Durante a realização da Festa Anual das Árvores, os Ministérios da Agricultura e da Educação e Cultura promoverão campanha elucidativa sobre a relevância do Pau-brasil na História Pátria, sugerindo e estimulando o seu plantio. Parágrafo único. O Ministério da Agricultura expedirá instruções no sentido de preservar a espécie, proibindo o seu corte e industrialização segundo condições a serem estabelecidas com vistas à sua não extinção. Art. 3º Durante a Festa Anual das Árvores, instituída pelo Decreto n.º 55.795, de 24 de fevereiro de 1965, será promovido o plantio de mudas de Pau-brasil, inclusive nos estabelecimentos oficiais e particulares de ensino de todo o País, ocasião em que se porá em relevo a sua importância como fonte de riqueza e tradições históricas nacionais. Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.³⁷³

Antes da apresentação, o deputado Bresolin defendeu o projeto “porque no Brasil ocorreram dois fatos profundamente lamentáveis”:

³⁷¹ Aprovação unânime de requerimento do relator, solicitando a anexação do projeto de lei n.º1573, de 1973 ao 1006/72. Comissão de Educação e Cultura (CEC). Relator deputado Emanuel Pinheiro. DCN1, 29/8/1974, p. 6622 .

³⁷² Aprovação unânime de requerimento do relator, solicitando a anexação do projeto de lei n.º1573, de 1973 ao 1006/72. Idem.

³⁷³ “Discussão única do Projeto nº 1.006B, de 1972”. Diário do Congresso Nacional (Seção I), 10 de abril de 1975, p. 1280.

O primeiro foi a devastação, a derrubada e – por que não dizer? – de certa maneira, o desvio da quase totalidade do pau-brasil para o exterior. Em segundo lugar, Senhor Presidente e Srs. Deputados, até hoje os nossos Governos descuraram dos viveiros para multiplicar a semente dessa preciosa essência florestal.³⁷⁴

Bresolin informou, ainda, que ele tinha em Brasília duas árvores de pau-brasil conseguidas em uma estação de silvicultura do governo. Também informa que quando o Secretário da Agricultura do Estado de Minas Gerais esteve na Comissão de Agricultura e Política Rural, “confessou que no Brasil existe pouca madeira de pau-brasil” e que não havia interesse do governo de criar viveiros e “multiplicar essa magnífica essência florestal que está ligada à própria História do Brasil”.³⁷⁵

Quanto aos viveiros, em 1967, a Universidade Federal Rural de Pernambuco enviou mudas para todas as capitais brasileiras. Plantou, em 1973, cerca de cinquenta mil mudas no contorno da bacia hidráulica do Sistema de Barragens do Rio Tapacurá. E, em 1988, beneficiou-se com a criação da Fundação Nacional do Pau-brasil, tendo como presidente o professor Roldão de Siqueira Fontes,³⁷⁶ considerado o maior “propagador da ibiripitanga” no Brasil.³⁷⁷

³⁷⁴ Diário do Congresso Nacional (Seção I), idem.

³⁷⁵ Diário do Congresso Nacional (Seção I), idem.

³⁷⁶ Roldão de Siqueira Fontes foi professor de História e Geografia no Colégio Agrícola de São Lourenço da Mata, hoje, Colégio D. Agostinho Ikas, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Executou o projeto assinado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNCS-PE, através de Carlos Krebs Filho, e a Universidade Federal Rural de Pernambuco, através dos reitores Adierison Erasmo de Azevedo, Murilo Salgado, Humberto Carneiro, João Batista de Oliveira, Vasconcelos Sobrinho, Naldo Halliday Pires Ferreira e Waldeci Fernandes Pinto, e das diretorias do Colégio Agrícola D. Agostinho Ikas (Codai), mantendo naquele estabelecimento uma sementeira de cinquenta mil mudas da *Caesalpinia echinata*, permitindo assim a manutenção dos viveiros e complementação da reserva florestal nativa em torno da bacia hidrográfica do Sistema de Barragens do rio Tapacurá. Segundo Osvaldo Martins Furtado de Souza,³⁷⁶ engenheiro agrônomo e professor aposentado da UFRPE, Roldão de Siqueira Fontes viajou por conta própria, e foi à Brasília, para pressionar deputados e senadores para aprovarem projeto 1.006, de 1972. Roldão de Siqueira Fontes foi fundador e presidente da Fundação Nacional do Pau-Brasil (Funbrasil). SOUZA, Osvaldo Martins Furtado de. “3 de maio: Dia do Pau-brasil”.

³⁷⁷ SOUZA, Osvaldo Martins Furtado de. idem.

Após aprovação da redação final o projeto foi despachado ao Senado Federal, e só retornou ao plenário da Câmara dos Deputados em outubro de 1977.³⁷⁸

19 A correspondência, em 1977

Em outubro desse ano, o Senado apresentou as modificações para a Câmara e foi enviada para o presidente do IHGB, Pedro Calmon, uma correspondência da Fundação Coimbra Bueno, dando notícias sobre o andamento do projeto de lei sobre o pau-brasil. A carta, que está arquivada no Instituto, foi enviada no dia 3 de outubro e informava que o projeto estava em tramitação no Senado Federal. A carta fala de só uma modificação do Senado proposta pelo Senador Henrique de La Roque, sugerindo o 3 de maio como data comemorativa para a árvore. Além disso, na carta fica claro o interesse do IHGB em tornar a árvore símbolo nacional.³⁷⁹

Caro Presidente, Em prosseguimento da correspondência relativa ao “pau-brasil”, trocada com Vossa Ex. temos a honra de enviar a cópia do projeto de lei ora em tramitação no Senado Federal, contendo emenda do Senador Henrique de La Roque, fixando a comemoração em três de maio.³⁸⁰

Como agradecimento, o IHGB, enviou outra correspondência agradecendo as informações sobre o pau-brasil.

Prezado Senhor, em nome do professor Pedro Calmon, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico, acusamos o recebimento do seu ofício de 3/10, próximo passado, e apresentamos os nossos agradecimentos pelas informações nele contidas a respeito do “pau-brasil”. Sirvo-me do ensejo para apresentar-lhe os protestos de elevado apreço e distinta consideração.

³⁷⁸ Proposição PL-1006/1972, op. cit.

³⁷⁹ IHGB. Arquivo. Coleção: Instituto Histórico. Resumo: Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1975. Declara o pau-brasil árvore nacional, determina o seu plantio e sua divulgação durante a festa anual das árvores.

³⁸⁰ IHGB. Arquivo e seguintes, idem.

20 A aprovação, em 1978³⁸²

No dia 19 de outubro, o projeto voltou ao plenário com as modificações sugeridas pelo Senado. Nos meses seguintes, as comissões aprovaram o substitutivo do Senado e, em novembro de 1978, o projeto entrou em discussão.³⁸³ O deputado Viana Neto, líder do partido Arena, solicitou à Mesa destaque para a votação das expressões “no dia 3 de maio”, citada no artigo primeiro e, “devendo, ainda, expedir instruções permitindo-lhe o corte e a industrialização com o dever da respectiva replantação da própria espécie”, citado no artigo segundo. O plenário aprovou a rejeição das expressões.³⁸⁴

Essa segunda expressão que foi retirada do projeto, talvez fosse o único termo que poderia levar à lei uma ênfase mais propriamente ambiental, trazendo a preocupação com a presença da árvore dentro da floresta. Não se pensou em uma legislação de defesa da árvore, com leis, por exemplo, que proibissem seu corte nas áreas de ocorrência ou que controlassem o uso de sua madeira.

Hobsbawm (1984) escreve que “os objetos e práticas só são liberados para uma plena utilização simbólica e ritual quando se libertam do uso prático”³⁸⁵ e que nas “tradições o passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas) tais como a repetição”.³⁸⁶ Para o caso do pau-brasil há essa ideia de uma utilização simbólica e de uma repetição de práticas fixas, como o plantio nas escolas. Mas, a árvore não estava totalmente liberada para uma utilização simbólica, pois sua madeira era e é considerada valiosa para construção de diversos artigos. Talvez por isso preferiu-se no projeto final não legislar sobre o uso prático da árvore e abordar

³⁸² Politicamente, no ano de 1978, o país vivia um período de eleições. A fim de controlar o processo de abertura política e as eleições, os chefes do governo tomaram medidas para combater aqueles que eram considerados inimigos do regime: a cúpula do PCB foi eliminada, os líderes do MDB cassados e o Congresso fechado. No governo Figueiredo (1979-1985), com o fim do bipartidarismo, novos partidos ganharam espaço. Além da Arena, o Partido Democrático Social (PDS) e o partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o trabalhismo com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido dos Trabalhadores (PT), o novo sindicalismo. Iniciava-se, assim, o período de abertura política.³⁸²

³⁸³ Votação em discussão única do Projeto nº 1.006-B, de 1972. Diário do Congresso Nacional, 30/11/1978.

³⁸⁴ Votação em discussão única do Projeto nº 1.006-B, de 1972. Diário do Congresso Nacional. Idem..

³⁸⁵ HOBBSAWM, Eric, op. cit.

³⁸⁶ idem.

somente questões meramente rituais e simbólicas. Até mesmo o plantio e a intenção de conservação foram justificadas “para finalidades cívicas”.³⁸⁷

Finalmente em dezembro, houve a aprovação da redação final e o projeto foi transformado na lei 6.607, de 7 de dezembro de 1978, declarando o pau-brasil árvore nacional, determinando o seu plantio e sua divulgação durante a festa Anual das Árvores. O Congresso Nacional decretava que ficava declarada Árvore Nacional a leguminosa denominada Pau-brasil (*Caesalpinia echinata, Lam.*) e durante a realização da Festa Anual das Árvores, os Ministérios da Agricultura e da Educação e Cultura promoveriam campanhas “elucidativas” sobre a relevância do Pau-brasil na “História Pátria”, sugerindo e estimulando o seu plantio.³⁸⁸

LEI Nº 6.607, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1978. **Declara o Pau-Brasil árvore nacional e dá outras providências.** O PRESIDENTE DA REPÚBLICA faz saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º É declarada Árvore Nacional a leguminosa denominada Pau-Brasil (*Caesalpinia echinata, Lam.*), cuja festa será comemorada, anualmente, quando o Ministério da Educação e Cultura promoverá campanha elucidativa sobre a relevância daquela espécie vegetal na História do Brasil. Art. 2º O Ministério da Agricultura promoverá, através de seu órgão especializado, a implantação, em todo o território nacional, de viveiros de mudas de pau-brasil, visando à sua conservação e distribuição para finalidades cívicas. Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, em 7 de dezembro de 1978, 157º da Independência e 90º da República. ERNESTO GEISEL. Alysson Paulinelli Euro Brandão.³⁸⁹

O Ministério da Agricultura, através de seu órgão especializado, promoveria a implantação, em todo o território nacional, de viveiros de mudas de pau-brasil, visando

³⁸⁷ Lei nº 6.607, de 7 de dezembro de 1978.

³⁸⁸ Idem.

³⁸⁹ Lei nº 6.607, de 7 de dezembro de 1978, op. cit.

a sua conservação e distribuição para finalidades “cívicas”. A árvore foi declarada “árvore nacional” e não “símbolo nacional”. Além disso, conforme foi visto, não fica instituído o dia 3 de maio como o dia do pau-brasil, já que a expressão foi retirada. Ainda assim, o objetivo principal, que é de lembrar a árvore, conduz a uma ideia de que a árvore é um dos símbolos do país.

Os discursos analisados ao longo dos anos ganharam contornos variados. No projeto da década de 1950, coloca-se a necessidade de escolher uma árvore para representar a nação. O projeto não foi pensado a partir do pau-brasil e sim a partir do objetivo de escolher uma entre tantas árvores. Escolhe-se o pau-brasil, com um argumento essencialmente histórico e a necessidade de plantar a árvore quase como “monumentos” em certos estabelecimentos, como escolas, por exemplo.

Já o projeto de 1972, na versão inicial pretendeu dar preferência ao plantio do pau-brasil nas comemorações da Semana da Árvore, o que logo traz a questão do porque se preferir “uma entre tantas”. Na justificativa, já aparecem termos como “extinção”, “preservar” e “reservas” para defender o projeto, mas o argumento considerado mais importante pelo autor foi a necessidade de tornar a árvore conhecida dos brasileiros, já que o nome do país vinha dela.

O projeto de 1973, recupera o objetivo de tornar o pau-brasil a árvore nacional. No decorrer dos debates, argumentos como o perigo de extinção da espécie e necessidade de viveiros aparecem. Porém, a importância histórica do pau-brasil foi o argumento mais usado. Como vimos essa “memória” sobre uma árvore da Mata Atlântica era resultado de uma construção histórica.

QUINTO CAPÍTULO

Considerações finais

Nos discursos do século XIX, aqui estudados, o pau-brasil foi visto como um recurso econômico que não poderia ser desperdiçado, daí surge a preocupação em conservá-lo. As propostas de conservação da árvore se ligavam às preocupações da Coroa e de alguns políticos em garantir “as rendas” que a exploração e comércio monopolizados traziam para o Estado e ao mesmo tempo repensar a legislação que regulava a exploração da árvore. Conforme foi debatido na Resolução de Consulta de 1818,

He a opinião do sobredito Conselho que importa conservar ao patrimonio real o rendimento do estanco do commercio do páo brazil, porque não pode ser indifferente para o Real Erario a venda de mais de trezentos mil cruzados, que, segundo as suas indagações tem dado annualmente no mercado de Londres a venda do páo brazil por conta da Corôa, mas he também a sua opinião que os obstáculos que este estanco põe ao adiantamento da agricultura, e os inconvenientes que resultão do contrabando, não se podem tirar e evitar, se não houver Vossa Magestade por bem interessar os grandes proprietários no córte do mesmo páo brazil.³⁹⁰

A questão da conservação do pau-brasil aparecerá a partir do momento em que o monopólio da sua exploração começou a ser visto como um “obstáculo” aos direitos dos proprietários das terras onde existia a árvore. Há, nos debates sobre a exploração do

³⁹⁰ Resolução de 30 de setembro de 1818. Coleção das Leis do Império, op. cit.

pau-brasil, um conflito entre a lógica do monopólio, que permaneceu mesmo com o fim da colonização, e a lógica em que os proprietários de terra não admitiam tais restrições.

Como visto, passadas algumas décadas, o corte ficou nas mãos dos proprietários dos terrenos onde havia pau-brasil e, anos depois, o estanco do seu comércio acabou. Mas no meio desse processo, houve sempre a tendência, por parte dos políticos, de tentar conjugar os interesses particulares com os interesses do Estado.

Nos documentos do século XIX, que foram aqui analisados, era importante também dar a “regra e o método para a conservação das matas” que tinha o pau-brasil. No geral, as opiniões eram que nos locais onde houvesse árvores de pau-brasil fosse evitado o uso do fogo para preparo da terra e que no corte da árvore fosse deixado um pedaço de tronco para sua rebrota.

O pau-brasil, ou melhor, sua exploração, apareceu como tema de muitos debates durante o século XIX. O motivo das discussões sobre a árvore era mais os problemas que os regulamentos para sua exploração traziam e menos uma preocupação com a sua conservação. A percepção do “rareamento” da árvore só veio reforçar os argumentos contra ou a favor de certas regras. A partir desses problemas que a conservação da árvore entra em jogo. Assim, debatia-se a conservação do pau-brasil a partir de defesas ou oposições sobre o monopólio, o estabelecimento de lavouras, o direito dos proprietários, as queimadas, falta de zelo dos lavradores e uso racional dos recursos naturais. A defesa da conservação parece ser usada apenas para reforçar os pontos de vista sobre esses assuntos. O que estava em jogo não era a árvore em si, muito menos seu valor simbólico para uma nação que não estava formada. Não foi a árvore em si que foi considerada “obstáculo à lavoura”, mas a forma como era feita a sua exploração.

Somente a partir do século XX, o pau-brasil começará a ser visto dentro de um conjunto de símbolos criados para representar a nação. Quando se falava da sua conservação é para tratar de questões relacionadas com a história da nação, com a forma como estava sendo construída sua memória. Como é expresso nas palavras do botânico Artur Neiva, em 1937, quando escreveu que as autoridades deveriam “volver olhos mais carinhosos para um problema que deixou de ser econômico, na verdade, mas que será, sem duvida, o mais brasileiro de todos”.³⁹¹

A árvore vai ganhando mais espaço no conjunto de símbolos e na memória da nação à medida que foi desaparecendo como mercadoria e que vai sendo percebida

³⁹¹ NEIVA, Artur. O pau-brasil em botânica, op. cit.

como uma espécie rara, “quase extinta”. Passa ser vista como “árvore símbolo da nacionalidade”, e até mesmo como monumento em espaços públicos.

A percepção de que a árvore “estava desaparecendo”, e as afirmações da sua “quase extinção”, ³⁹² provavelmente foram mais formuladas em função de sentimentos ligados à sua representatividade na memória dos brasileiros, do que por um estudo científico propriamente. Como por exemplo, quando Neiva escreve sobre a hipótese de que existiram exemplares “gigantes” de pau-brasil: “se existiu com tal diâmetro descompassado, o que não deve ser verdade, desapareceu para todo o sempre”. ³⁹³

Foram mais discursos que defendiam a conservação do pau-brasil na memória dos brasileiros. Não se falou em atividades de replantio ou de áreas reservadas. Mas sim da “falta de homenagens”. Por fim, para que não desaparecesse na memória dos brasileiros, ela começa a ser vista e tratada como um monumento que deveria ser visto e reverenciado.

A única árvore, que até a presente data deu nome a um país, Brasil, é aqui desconhecida. Raríssimo é o filho desta nação a quem cabe a glória de ter visto o arubatan. ³⁹⁴ [...] compareceu ao sitio de Piraje a fim de apanhar certa quantidade de terra para ser utilizada no plantio da árvore simbólica do pau-brasil – ibirapitanga ou imirapirango – na solenidade da inauguração da “Casa Ruy Barbosa”, no Rio de Janeiro. ³⁹⁵

Nos discursos que tiveram o pau-brasil como tema e foram apresentados no plenário nas décadas de 1950, 1960 e 1970, os argumentos para a conservação da árvore foram essencialmente históricos. Os parlamentares basicamente se apropriaram, conforme seus interesses, de “uma história” sobre a exploração do pau-brasil para justificar suas propostas.

Quando pretendemos seja a leguminosa Pau-Brasil considerada Árvore Nacional, não estamos buscando uma árvore que exista em todo território brasileiro, inclusive porque não seria o caso

³⁹² LYRA, Hormino. “Arubatan”, op. cit.

³⁹³ NEIVA, Artur, op. cit.

³⁹⁴ LYRA, Hormino, op. cit.

³⁹⁵ “Ata do plantio da árvore simbólica de um pau-brasil em frente ao ginásio da Bahia no Dia da árvore”. Em SOUZA, Bernardino José de, op. cit.

do pau-brasil; queremos que ela seja conhecida como um símbolo, cujo significado está preso às primeiras manifestações de posse e ocupação do território brasileiro, às origens do nome de nosso país e ao núcleo principal do primeiro ciclo da nossa economia, por sinal, o mais longo, eis que se desenrolou por mais de três séculos e meio.³⁹⁶

Nesse trecho da justificativa do deputado Faria Lima, estão sintetizados todos os argumentos que foram usados para tornar o pau-brasil árvore nacional desde 1956, ao mesmo tempo está colocado um contra-argumento, pensado em mais de uma vez, que era o fato da árvore não ser conhecida em todo território e portanto, não poder representar a nação. A espécie ocorre naturalmente em áreas isoladas da Mata Atlântica, e não aparece nos outros quatro biomas presentes no território nacional.

Desta forma, após a Lei de 1978, provavelmente várias mudas de pau-brasil foram espalhadas por regiões “brasileiras”, onde a árvore não ocorre naturalmente. Isso acrescenta a ideia de que a intenção de conservar e de plantar era envolvida por um ato simbólico. Era como se fosse necessário um exemplar em cada região de um país imenso, trazendo a ideia de que todos os “brasileiros” eram responsáveis pelo plantio daquela árvore.

Sobre essa questão, Shama apresenta um exemplo interessante, ao escrever sobre suas memórias de infância, lembrando das árvores plantadas na Galileia com patrocínio da comunidade judia da qual ele fazia parte na Inglaterra. As árvores eram patrocinadas como se fossem “imigrantes” para formar uma “floresta judia” naquele solo. Outro exemplo oferecido por Schama foi o “Dia Sionista da Árvore”, em Israel,

.ao qual não faltam crianças, de pazinha em punho, plantando o equivalente de si mesmas em fileiras alegres e obedientes. É um ritual inocente. No entanto, por trás dele, esconde-se uma longa e rica tradição pagã que via as florestas como o nascedouro das nações; o início da habitação.³⁹⁷

³⁹⁶ “Justificativa do projeto de lei nº 1.573-A, de 1973”. Diário do Congresso Nacional (Seção I), op. cit.

³⁹⁷ SHAMA, op. cit.

Ao mesmo tempo, todas essas construções históricas sobre o pau-brasil acarretavam diferentes expectativas sobre a árvore. Havia um temor em todos esses discursos sobre um possível desaparecimento da árvore, porém o mais interessante é quando os deputados colocam a necessidade da árvore não ser esquecida e de ser “reconhecida”. A mesma preocupação que apareceu em alguns discursos da década de 1930.

Não basta, portanto, que essa leguminosa tenha o seu nome conhecido, é preciso que seja admirada e respeitada como um símbolo nacional.³⁹⁸

“Com seu quase desaparecimento de nossas matas, sua memória vai aos poucos se apagando”.³⁹⁹

A constatação do progressivo “rareamento” do pau-brasil na natureza, entre as décadas de 1950 e 1970, foi um fator ambiental importante para a construção da ideia do pau-brasil enquanto símbolo da nação. Entretanto as medidas governamentais tomadas em relação à árvore, naquelas décadas, não possuem como argumento principal a preservação ambiental, a árvore era vista como um elemento representativo das riquezas nacionais e importante para a história do país.

Por fim, enquanto no século XIX a árvore era vista como um item de comércio e o interesse para conservá-la mantinha esse sentido, a partir do século XX, o que se constatou na maior parte dos discursos analisados foi a preocupação do pau-brasil ser esquecido pelos brasileiros, de desaparecer da memória.

³⁹⁸ Justificação do Projeto nº 1.573, de 1973, op. cit.

³⁹⁹ “Parecer da Comissão de Finanças” (Relator Athiê Jorge Coury), referente ao “Projeto de Lei n.º1573, de 1973” . .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe. “A economia política dos descobrimentos.” In NOVAES Aduato (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal econômico: esboço de história*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1929.

CAMPHELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. “O processo político-partidário na primeira república”. In C. G. Mota (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo, 1977.

CAPELATO, Maria Helena R. *Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998.

CARVALHO, J. M. de. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CASTRO, Carlos Ferreira Abreu. “Gestão Florestal no Brasil Colônia”. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo, a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DIAS, M. O. S. “A interiorização da metrópole (1808-1853)”. In MOTA, C. G. (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 2000.

DRUMMOND, Jose Augusto. “Anotações de um integrante de bancas examinadoras”. In *Ambiente e Sociedade*, vol. V, nº 2, ago.-dez., 2002 e nº 1, jan.-jul., 2003.

DRUMMOND, José Augusto, “A História Ambiental: Temas, Fontes e Linhas de Pesquisa”, *Estudos Históricos*, n. 8, 1991.

DRUMMOND, Jose Augusto. “Why study Brazilian environmental history?”

DUARTE, Regina Horta. OSTOS, Natascha Stefania C. “Natureza imaginada: entre ipês e eucaliptos”. *Nômadias*, v. 1, nº 22. Instituto de Estudios Sociales Contemporâneos, abril, 2005.

FERLINE, V. L. A. “Do verde das matas ao verde da cana.” In *História e meio ambiente: o impacto da expansão européia*. Centro de Estudos de História do Atlântico, Funchal, 1999.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FERRAZ, A. L. Pereira. *Terra da Ibirapitanga*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1939.

FICO, Carlos. *Além do Golpe – Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Editora Record, 2004.

FREIRE, Américo. MOTTA, Marly Silva da., ROCHA, Dora. *História em curso*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Verbetes “Monopólio”. In VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

GUIMARAES, M. L. L. S. “Nação e Civilização Nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e O Projeto de Uma História Nacional”. In *Revista Estudos Históricos*, n. 1, p. 5-27. Rio de Janeiro, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira HGCB*. Tomo I, vol. 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.

HOBSBAWM, Eric. “Introdução: A Invenção das Tradições.” In HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBSBAWM, Eric. “A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914”. In

HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LE GOFF. “Lugar da História”. In *História e memória*, v. 11, “Memória”. “Documento/monumento”. Trad. Ruy Oliveira. Lisboa: Edições 70, 2000.

LIMA, Haroldo Cavalcante de. In BUENO, Eduardo (org.). *Pau-Brasil*. São Paulo: Axis Mundi, 2002.

MACNEIL, John R. “Naturaleza y cultura de la historia ambiental”. In *Nómadas*, v. 1. nº 22. Instituto de Estudios Sociales Contemporâneos, abril, 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Acess, 1999.

MILLER, Shawn. *Fruitless Trees: Portuguese Conservation and Brazil's Colonial Timber*. Stanford: SUP, 2000.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das, e MACHADO, Humberto Fernandes. “O Império do Brasil”. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

NORMANO, J. F. *Evolução econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1939.

OLIVEIRA, L. L. . *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

PÁDUA, J. A. “Herança romântica e ecologismo contemporâneo”. In *Varia História*, nº 33, jan., 2005.

PÁDUA, José Augusto. “Cultura esgotadora: agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império”. In *Estudos, sociedade e agricultura*, nº 11, out., 1998.

PALACIO, German A. “En busca de conceptos para una historiografía ambiental”. In PALACIO, German A. (org.) *Naturaleza en disputa: Ensayos de historia ambiental de Colombia 1850-1995*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2001.

- PEREIRA, Osny Duarte. *Direito Florestal Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editor Borsoi, 1950.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. 15ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.
- RAMINELLI, Ronald. Verbete “Frei Vicente do Salvador”. In VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2000.
- ROQUERO, Ana. “Moda e tecnologia”. In BUENO, Eduardo (org.). *Pau-Brasil*. São Paulo: Axis Mundi, 2002.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual, Natureza, capital e a Produção de Espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARTZ, Stuart B. “Prefácio”. In DEAN, Warren. *A ferro e fogo, A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SECRETO, Maria Verônica. “Fronteiras em movimento: o Oeste Paulista e o Sudeste Bonaerense na segunda metade do século XIX”. Tese de doutorado em História Comparada. São Paulo: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SOUZA, Bernardino José de. *O Pau-brasil na História Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional e MEC, 1978.

SOUZA, Osvaldo Martins Furtado de. “3 de maio: Dia do Pau-brasil”. UFRPE. Endereço eletrônico www.ufrpe.gov.br, acesso em 10 de maio de 2009. (Artigo)

VAINFAS, Ronaldo. Verbetes “Pau-brasil”. In *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. Verbetes “Transmigração da Corte”. In *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

WHITEHEAD, Alfred North. *O conceito de Natureza*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WORSTER, D. “Para Fazer História Ambiental”. In *Estudos Históricos*, n. 8, 1991.

_____. “As Transformações da Terra: Uma Perspectiva Agroecológica da História”. Trad. Maria Clara Abalo Ferraz de Andrade. In *Journal of American History*, 1990.

Referências documentais

“Regimento do pau-brasil” de 12 de dezembro de 1605. “Legislação Brasileira ou coleção cronológica das Leis [...] do Império do Brasil, desde o ano de 1808 até 1831”, Tomo II, IHGB. Coleção Thereza Christina; página eletrônica “Coleção das Leis do Império”.

Ordem de 14 de setembro de 1810. Conjunto documental: Junta do Comércio. Importação e exportação. Caixa 448, pct. 1. Data-limite: 1802-1822. Título do fundo ou coleção: Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Endereço eletrônico

www.arquivonacional.gov.br, Sala de Aula, Brasil, “O Pau-Brasil: do estanco à extinção”. Rio de Janeiro, acesso em 3 de maio de 2009.

ARAÚJO, João Paulo de. “Memória sobre a conservação e propagação do pau-brasil”. *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 10, 163(416): 381-383. Rio de Janeiro, jul.-set. 2002.

Decreto de 20 de outubro de 1817. Coleção das Leis do Império. Endereço eletrônico <http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html>. Brasília, acesso em 20 de fevereiro de 2009.

Resolução de 30 de setembro de 1818. Coleção das Leis do Império, em www2.camara.gov.br/internet/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html. Brasília, acesso em 20 de fevereiro de 2009.

Provisão de 10 de março de 1826. Coleção das Leis do Império, em www2.camara.gov.br/internet/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html. Brasília, acesso em 20 de fevereiro de 2009.

Provisão de 18 de abril de 1828. Coleção das Leis do Império, em www2.camara.gov.br/internet/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html. Brasília, acesso em 20 de fevereiro de 2009.

“Relatório de 1932”, citado por SOUZA, Bernardino José de. *O Pau-brasil na História Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional e MEC, 1978.

“Discurso sobre a palavra Brasil”. Rio de Janeiro, 1839. 2 documentos. *Revista Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 1. Rio de Janeiro, 1939.

“Relatório de 1940”, citado por SOUZA, Bernardino José de. *O Pau-brasil na História Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional e MEC, 1978.

Lei nº 243 de 30 de novembro de 1841, citado em “Regulamento sobre o corte do pau-brasil”, de 11 de janeiro de 1842. Coleção das Leis do Império, em www2.camara.gov.br/internet/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html. Brasília, acesso em 20 de fevereiro de 2009.

Regulamento sobre o corte do pau-brasil de 11 de janeiro de 1842. Coleção das Leis do Império. Endereço eletrônico <http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao1.html>. Brasília, acesso em 20 de fevereiro de 2009.

Relatório de 1843, do Visconde de Abrantes, citado por SOUZA, Bernardino José de. *O Pau-brasil na História Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional e MEC, 1978.

“Ata do plantio da árvore simbólica de um pau-brasil em frente ao ginásio da Bahia no Dia da árvore” (21/9/1925). Documento completo em SOUZA, Bernardino José de. *O Pau-brasil na História Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional e MEC, 1978.

Ata da Apanha da terra de Pirajá (Bahia), destinada ao plantio da árvore simbólica do pau-brasil na Casa Ruy Barbosa. IHGB, Arquivo, Coleção Instituto Histórico. Lata 799, pasta 30.

CALMON, Pedro. “Brasil: pau de tinturaria”. IHGB, Centenário do Instituto, 3º Congresso de História Nacional. 1938, Anais, 7º volume.

LYRA, Hormino. *Arubatan*. Centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 3º Congresso de História Nacional. 1938. Anais, 5º volume, 1941.

NEIVA, Artur. “O pau-brasil em botânica”. In SOUZA, Bernardino José de. *O Pau-brasil na História Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional e MEC, 1978.

Projeto nº 1.851, de 1956. “Declara o pau-brasil e o ipê amarelo como árvore nacional e como flor nacional do país”. Relator Ernesto Dorneles. Diário do Congresso Nacional, 18/9/1956, Coleção 3. Endereço eletrônico <http://www2.camara.gov.br>. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009.

Projeto nº 1.851, de 1956: Mensagem nº 464 do Poder Executivo e Exposição de motivos do Ministério da Agricultura. Diário do Congresso Nacional, 18/9/1956, Coleção 3. Endereço eletrônico <http://www2.camara.gov.br>. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009.

“Projetos mandados arquivar de acordo com o artigo 19, II, “a”, do Regimento Interno”. Projeto nº 1.851, de 1956: Mensagem nº 464 do Poder Executivo e Exposição de motivos do Ministério da Agricultura. Diário do Congresso Nacional, 22/11/1957, Coleção 4, página 9902. Endereço eletrônico <http://www2.camara.gov.br>. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009.

Projeto de Lei n.º1573, de 1973. Relator deputado Faria Lima. Diário do Congresso Nacional, 27/9/1973, coleção 3. Endereço eletrônico www2.camara.gov.br. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009. (Declara o pau-brasil árvore nacional).

Andamento da Proposição PL-1573/1973. Endereço eletrônico www2.camara.gov.br. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009. (Declara o pau-brasil árvore nacional).

“Parecer da Comissão de Constituição e Justiça” (Relator Ferreira do Amaral), referente ao “Projeto de Lei n.º1573, de 1973”. Relator deputado Faria Lima. DCN1, 7/5/1974, coleção 1. Endereço eletrônico www2.camara.gov.br. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009.

“Parecer da Comissão de Agricultura e Política Rural” (Relator Diogo Nomura), referente ao “Projeto de Lei n.º1573, de 1973”. Relator deputado Faria Lima. DCN1, 7/5/1974, coleção 3. Endereço eletrônico www2.camara.gov.br. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009. (Declara o pau-brasil árvore nacional).

“Emenda da Comissão de Finanças” (Projeto de Lei n.º1573, de 1973). Relator deputado Athiê Jorge Coury. Publicado no Diário do Congresso Nacional, 6/4/1974, coleção 3. Endereço eletrônico www2.camara.gov.br. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009. (Declara o pau-brasil árvore nacional).

“Parecer da Comissão de Finanças” (Relator Athiê Jorge Coury), referente ao “Projeto de Lei n.º1573, de 1973”. Relator deputado Faria Lima. DCN1, 7/5/1974, coleção 1. Endereço eletrônico www2.camara.gov.br. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009.

Aprovação da “Emenda da Comissão de Finanças” (Projeto de Lei n.º1573, de 1973). Publicado no Diário do Congresso Nacional (4/5/1974), coleção 3. Endereço eletrônico

www2.camara.gov.br. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009. (Declara o pau-brasil árvore nacional).

Projeto de Lei n.º 1006, de 1972. Relator deputado José Bonifácio Neto. DCN1, 24/10/1972, coleção 3. Endereço eletrônico www2.camara.gov.br. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009. (Declara o pau-brasil árvore nacional).

Andamento da Proposição PL-1006/1972 (1972-1978). Endereço eletrônico www2.camara.gov.br. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009. (Dispõe sobre o plantio de “pau Brasil” nas comemorações oficiais da “semana da árvore”. Declara o pau-brasil árvore nacional, institui o dia do pau-brasil, e dá outras providências).

“Parecer da Comissão de Constituição e Justiça” (Relator Laerte Vieira), referente ao Projeto de Lei n.º 1006, de 1972. Relator deputado José Bonifácio. Anais da Câmara dos Deputados, v. 12, agosto de 1973. Endereço eletrônico www2.camara.gov.br. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009.

“Parecer da Comissão de Agricultura e Política Rural” (Relator Lopes da Costa), referente ao Projeto de Lei n.º 1006, de 1972. Relator deputado José Bonifácio. Anais da Câmara dos Deputados, Agosto de 1973, p. 583. Endereço eletrônico www2.camara.gov.br. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009.

“Parecer da Comissão de Finanças” (Relator Adhemar de Barros Filho) , referente ao Projeto de Lei n.º 1006, de 1972. Relator deputado José Bonifácio. Anais da Câmara dos Deputados, v. 12, agosto de 1973, p. 583. Endereço eletrônico www2.camara.gov.br. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009.

Aprovação unânime de requerimento do relator, solicitando a anexação do projeto de lei n.º1573, de 1973 ao 1006/72. Comissão de Educação e Cultura (CEC). Relator deputado Emanuel Pinheiro. DCN1, 29/8/1974, coleção 1. Endereço eletrônico www2.camara.gov.br. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009.

Tramitação de Proposição (referente ao Projeto de Lei n.º 1006, de 1972, relator deputado José Bonifácio). Anais da Câmara dos Deputados, v. 11, junho de 1974. Endereço eletrônico www2.camara.gov.br. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009.

“Discussão única do Projeto nº 1.006-B, de 1972”. Diário do Congresso Nacional (Seção I), 10 abril de 1975. Col 1. Endereço eletrônico www2.camara.gov.br. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009.

Projeto de lei da Câmara nº 11, de 1975. (Declara o pau-brasil árvore nacional, determina o seu plantio e sua divulgação durante a festa anual das árvores.) Rio de Janeiro, 3 de outubro e 4 de novembro de 1977. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), lata 746, pasta 9.

Votação em discussão única do Projeto nº 1.006-B, de 1972. Diário do Congresso Nacional, 30/11/1978, col 1. Endereço eletrônico www2.camara.gov.br. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009.

Lei nº 6.607, 7 de dezembro de 1978. Endereço eletrônico www.planalto.gov.br. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009.

Referências institucionais

Cpdoc. www.cpdoc.fgv.br. “Navegando na história – A era Vargas”. http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_arturineiva.htm.

Flora brasiliense. <http://florabrasiliensis.cria.org.br/project>. Acesso em 10 abril de 2009.

Governo Federal. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Endereço eletrônico <http://www.ibge.gov.br>. Brasília, acesso em 20 de abril de 2008.

Governo Federal. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA). Endereço eletrônico www.ibama.gov.br/recursos-florestais e www.ibama.gov.br/fauna. Brasília, acesso em 20 de fevereiro de 2009.

Governo Federal. “O Pau-Brasil: do estanco à extinção”, Sala de Aula, Brasil. Endereço eletrônico www.arquivonacional.gov.br. Rio de Janeiro, acesso em 3 de maio de 2008.

Governo Federal. Câmara Federal. Endereço eletrônico www.camara.gov.br. Brasília, acesso em 20 de fevereiro de 2009.

Governo Federal. Endereço eletrônico www.planalto.gov.br. Brasília, acesso em 10 de abril de 2009.